



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria Nacional de Economia Solidária

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
(RELATÓRIO FINAL – CONVÊNIO MTE/ IPEA/ANPEC 2003)

Equipe de Pesquisadores:

IPEA: Herton Ellery Araújo
Frederico Barbosa
Bernardo Loureiro
André Luis Souza

UnB: Christiane Girard Ferreira Nunes
Tânia Cristina da Silva Cruz

UFSCAR: Francisco José da Costa Alves
Bruno Pompeu Corrêa da Costa

UFBA: Genauto Carvalho de França Filho
Denise Nascimento Guimarães
Vicente Macêdo de Aguiar

Rede de Gestores: Alzira Josefa De Siqueira Medeiros

Coordenação Geral: Herton Ellery Araújo

Brasília
2005

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
(RELATÓRIO FINAL – CONVÊNIO MTE/ IPEA/ANPEC 2003)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

José Alencar Gomes da Silva

**MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA
REPÚBLICA**

Dilma Vana Roussef

MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO

Luiz Marinho

Secretário Executivo

Alencar Rodrigues Ferreira Júnior

Secretaria Nacional de Economia Solidária

Paul Israel Singer

Departamento de Estudos e Divulgação

Valmor Schiochet



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria Nacional de Economia Solidária

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
(RELATÓRIO FINAL – CONVÊNIO MTE/ IPEA/ANPEC 2003)

Brasília
2005

Copyright 2005 – Ministério do Trabalho e Emprego
A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente com autorização prévia e oficial do MTE.

Impresso no Brasil

1ª edição – versão eletrônica: 2005

Equipe de Pesquisadores:

IPEA

Herton Ellery Araújo
Frederico Barbosa
Bernardo Loureiro
André Luis Souza

UnB

Christiane Girard Ferreira Nunes
Tânia Cristina da Silva Cruz

UFSCar

Francisco José da Costa Alves
Bruno Pompeu Corrêa da Costa

UFBA

Genauto Carvalho de França Filho
Denise Nascimento Guimarães
Vicente Macedo de Aguiar

Rede de Gestores

Alzira Josefa de Siqueira Medeiros

Coordenação Geral: Herton Ellery Araújo

Normalização bibliográfica: Equipe da Biblioteca do MTE

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BIBLIOTECA. SEÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS – MTE

A945 Avaliação das políticas públicas de Economia Solidária (relatório final do convênio MTE/ IPEA/ ANPEC – 01/2003) / Herton Araújo...[et al]. – Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005.
93 p.: il.

Inclui anexos.

1. Economia Solidária, avaliação. 2. Políticas públicas, Economia Solidária, avaliação. 3. Economia Solidária, estudo de caso, Brasil. I. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). II. Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). III. Brasil. Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC).

CDD 330.155

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. Relatório Fase Quantitativa.....	4
2. Resultados Parciais – Fase Qualitativa	12
2.1 Relatório 1: Estudo de Caso dos Municípios de Santo André, São Bernardo, Mauá e São Carlos.....	12
2.2 Relatório 2: Estudo de Caso dos Estados da Bahia e Municípios de Aracajú e Recife.....	32
2.3 Relatório 3: Estudo de Caso dos Municípios de São Paulo, Aracajú e Recife	67
ANEXO 2: LISTA DOS ENTES FEDERADOS QUE RESPONDERAM.....	99
ANEXO 3 TERMO DE REFERÊNCIA DA PESQUISA	99
ANEXO 3 TERMO DE REFERÊNCIA DA PESQUISA	100

INTRODUÇÃO

O presente relatório constitui resultado final relativo a primeira e segunda etapas da pesquisa sobre políticas públicas de economia solidária no Brasil. Tal pesquisa surgiu no bojo de um amplo convênio firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através da sua Diretoria de Estudos Sociais. Ela conta ainda com o apoio e participação de professores e pesquisadores da Universidade de Brasília, da Universidade Federal de São Carlos e da Universidade Federal da Bahia.

O propósito maior desta pesquisa é de conhecer em maior profundidade a natureza e singularidades desse gênero novo de política pública no Brasil voltada para o tema da economia solidária. Para tanto, a pesquisa subdivide-se em duas etapas. A primeira dedica-se a uma visão geral sobre tais políticas com base em questionário previamente enviado a rede brasileira de gestores públicos de economia solidária. A segunda etapa envolve pesquisa mais qualitativa organizada sob a forma de estudos de caso envolvendo uma amostra de 8 entes federados que participam desta rede.

1. RELATÓRIO FASE QUANTITATIVA

Para efeito do presente relatório, o universo pesquisado compreende 18 entes federados – sendo, destes, 17 municípios e apenas um caso de governo estadual (conforme lista em anexo 2). Todos possuem representação na rede brasileira de gestores públicos de economia solidária. O levantamento dos dados para este relatório fora obtido através de questionário específico (ver anexo 1) enviado ao conjunto dos participantes da rede brasileira de gestores públicos de economia solidária. Dos 42 participantes desta rede, apenas 18 haviam respondido tal questionário até dezembro de 2004 – data limite para coleta das informações. É precisamente este universo (de 18 entes federados) que constitui nossa amostra para esta primeira etapa da pesquisa.

Esta primeira tentativa de apreensão da natureza das políticas públicas de economia solidária no Brasil, conforme sugerida neste relatório, estrutura-se a partir de três eixos fundamentais de caracterização de tais políticas. O primeiro concerne ao seu nível de estruturação. O segundo compreende o modo de concepção e formulação de tais políticas, além da forma de participação social dos atores nelas. Finalmente, o terceiro eixo diz respeito ao modo de execução destas políticas, onde se busca identificar principalmente a natureza das ações e as características do seu público prioritário.

1.1 SOBRE O NÍVEL DE ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA

Neste primeiro quesito, o propósito inicial fora de conhecer o grau de estruturação da política de ES em termos da sua complexidade, ou seja, do nível de articulação entre plano, programa, projetos e ações. Em outras palavras, e de modo mais preciso, o objetivo era de saber se as ações no campo da ES estavam estruturadas sob uma política geral de ES e se sob tal política alinhavam-se programas, projetos e ações. Neste aspecto, muito embora parte significativa dos informantes (61,1%) tenha apontado a existência de um plano geral de ES, chama atenção o fato do desenho de tal plano, para a grande maioria dos informantes, praticamente limitar-se a descrição de uma série

de ações (neste âmbito da ES). O grau de estruturação das políticas de ES parecem assim fundamentar-se (essencialmente) nas próprias ações empreendidas.

Tal constatação parece nos revelar uma primeira conclusão importante desta pesquisa, que diz respeito a suposta ausência (na maioria dos casos) de uma estratégia e/ou diretrizes claras em tais políticas. Isto porque sua formulação não fora explicitada, pela grande maioria dos informantes. Ou seja, não percebe-se, por exemplo, uma subordinação das ações descritas às políticas, planos ou projetos. Tais aspectos nos conduzem ainda à considerarmos uma ausência de eixo na estruturação dessa política, indicando alto grau de dispersão das ações¹.

Deve-se salientar ainda, a pouca importância atribuída às leis na estruturação de tais políticas. A grande maioria dos informantes (66,7%) apontou a inexistência de leis para tal fim. Por outro lado, dado o pouco grau de desenvolvimento de um marco legal para a economia solidária no país, parece surpreendente o fato de 33,3 % dos informantes terem assinalado a existência de lei – o que nos indica a necessidade de um maior aprofundamento deste aspecto nos estudos de caso (segunda etapa da presente pesquisa). De todo modo, tais leis não parecem revelar-se estruturantes destas políticas, muito embora tenham indicado contribuir na resolução de problemas pontuais – quando existentes.

Em suma, a pesquisa nos leva a concluir inicialmente sobre o baixo grau de estruturação formal das políticas de ES. Isto porque não se percebem as conexões entre leis, planos, programas e ações na descrição da estruturação de tais políticas.

Esse conjunto de considerações iniciais nos conduz já a um primeiro bloco de questionamentos, particularmente úteis como novas pistas investigativas para a segunda etapa da pesquisa durante o trabalho de campo. A primeira dessas questões diz respeito ao modo mesmo como se estruturam o conjunto dessas ações (que aparecem descritas na grande maioria das respostas sobre o modo de estruturação de tais políticas). Ou seja, qual diretriz ou estratégia orientaria tais ações? Dado, portanto, esta ênfase na descrição de ações, pode-se concluir sobre a inexistência (para a maioria dos entes federados) de uma estruturação e planejamento dessa política?

Assim como, de modo adicional, importa indagarmos sobre a existência de relação entre o nível de estruturação da política (como existência ou não de uma secretaria específica ou mesmo um programa especial para tal finalidade) e sua eficácia ou realização do seu escopo (aqui importaria chegarmos até certos indicadores como número de empreendimentos criados ou número de pessoas envolvidas/atingidas...).

Outras questões podem ainda ser projetadas neste momento: o suposto baixo grau de institucionalização da política dificulta o seu acompanhamento ? Os gestores de tais políticas possuem uma orientação a nível federal ? Existe esforço para estruturar tais políticas de ES ? e qual a direção destas políticas ?

¹ De todo modo, cabe-nos neste primeiro relatório muita cautela e vigilância no sentido de uma auto-reflexão permanente acerca dos dados encontrados na sua relação com o método investigativo (e em especial a formulação do questionário). Isto porque parece ter havido da parte dos gestores-informantes uma certa dificuldade em discernir sobre algumas categorias contidas na formulação de certas perguntas (em especial, confusão na definição e entendimento, além da distinção mesmo, de alguns termos tais como: diretrizes, estratégias, planos, programas, ações e atividades). Tal aspecto nos apresenta-se muito mais como uma hipótese forte, devendo ser elucidado durante a segunda etapa na pesquisa de campo.

1.2 SOBRE O MODO DE ARTICULAÇÃO DOS VÁRIOS PROGRAMAS E OBJETIVOS: A PRIMAZIA DE PARCERIAS INTRA E EXTRA-GOVERNAMENTAIS

Se no tópico anterior nossa preocupação fora de caracterizar o modo como tais políticas se estruturam, neste momento abordaremos a maneira como elas são concebidas e como os diversos atores se articulam na prática. Nesta perspectiva, um traço maior vem marcar tal tipo de política, apontando inclusive aquilo que consideramos como uma das singularidades fortes deste gênero de política pública. Ou seja, o fato dela supor, para sua efetivação, a construção de vínculos ou articulações institucionais redefinindo e complexificando o papel do ente executor. Em outras palavras, as políticas de ES apóiam-se necessariamente sobre diferentes formas de articulações ou parcerias na sua realização. Tais articulações ou parcerias ocorrem fundamentalmente de duas maneiras. A primeira dentro da própria estrutura ou máquina de governo, portanto, intra-governamental, e a segunda para além da estrutura de governo (portanto, extra governamental), ou seja, na sua relação com a sociedade civil.

O primeiro tipo de parceria não parece constituir uma condição fundamental para a realização da política (ao contrário do segundo tipo, conforme descreveremos adiante), porém tem revelado-se uma prática corrente na maioria dos casos (77,8% dos informantes). Elas se dão, em geral, através de acordos, contratos ou convênios entre duas ou mais secretarias. É o caso de uma ação, cuja execução pode mobilizar outras secretarias de governo ou programas específicos de outros órgãos envolvidos na sua realização.

Esta tendência para a construção de “alianças intra-burocráticas” ou parcerias intra-governamentais na realização da política revela-se assaz surpreendente se levarmos em consideração o caráter recente e pouco conhecimento que o tema é objeto nos aparelhos de governo em geral. Isto nos aponta a necessidade de uma maior qualificação destas “parcerias”, ou seja, de um nível de aprofundamento do conhecimento sobre a natureza deste tipo de tendência – que será possível apenas durante a segunda etapa da pesquisa. Em todo caso, apresentamos a seguir duas hipóteses explicativas para este tipo de comportamento constatado.

Em primeiro lugar, tais tipos de “parcerias” ou articulações intra-governamentais parecem ocorrer em razão da natureza dos problemas que as práticas de ES mobilizam. Tais problemas envolvem temas muito variados, indicando a necessidade de transversalidade para o seu tratamento. Sabemos que as práticas de economia solidária mobilizam diferentes dimensões para além de um simples ato econômico: como aspectos sociais, políticos, culturais, ambientais, etc..

Porém, e ao mesmo tempo, o reconhecimento desta natureza singular do fenômeno da economia solidária não parece evidente para a maioria dos que atuam na máquina pública (ela existe, sobretudo, na cabeça de um certo número de pesquisadores e gestores públicos). Trata-se de um tema novo e ainda desconhecido em sua profundidade para a maioria das pessoas. Muito embora isto ocorra, paradoxalmente parece existir um certo apelo ao seu reconhecimento, dado que o desejo por uma economia com solidariedade parece causar unanimidade a primeira vista. É assim que o tema tende a deslizar como um certo modismo ao interior das estruturas de governo. Enquanto moda, ele (tema) torna-se também (algumas vezes) objeto de disputa política. Neste sentido, o tema exige da parte dos seus formuladores a necessidade de sua afirmação no interior do aparelho governamental para conseguir-se mais espaço e legitimação. É assim que seus formuladores podem tender a buscar compor alianças junto a outras esferas de governo com vistas ao seu próprio fortalecimento. Trata-se aqui de uma outra hipótese muito baseada numa análise estratégica da dinâmica dos atores políticos, que deve ser examinada com cautela uma vez que não parece tão evidente.

Em todo caso, uma hipótese que deve ser adicionada ao exame destas considerações concerne o fato de que o baixo grau de estruturação da política deve, muito provavelmente, dificultar o nível de articulação intra-institucional.

Já em relação às articulações extra-governamentais, somos levados a concluir sobre o caráter imprescindível da parceria como fundamento para realização de tais políticas. Aqui reside uma das

grandes constatações acerca da natureza desta política, cujas implicações apontam um redesenho das relações entre poder público e sociedade que merecem maiores aprofundamentos. Dito de outro modo, as políticas de ES supõem necessariamente a participação ou graus variados de articulações com a sociedade civil para sua efetividade. Isto pode se explicar, de um lado, pelo fato de serem efetivamente agentes da sociedade civil organizada que encontram-se construindo as práticas da economia solidária. Tal fenômeno pode ser interpretado inclusive como construindo formas inéditas de ação pública se levarmos em consideração o impacto que algumas dessas práticas pode ter na recomposição do tecido social e econômico (ou até mesmo político pela incitação ao associativismo local) em certos territórios caracterizados por dinâmicas de exclusão. Não podemos jamais perder de vista o fato de que a economia solidária representa práticas oriundas da própria sociedade, cujo avanço obtido nos últimos anos do ponto de vista do seu grau de institucionalização político (com a criação das redes e dos fóruns nacional e estaduais) tem interpelado os próprios poderes públicos e levado a criação de estruturas de governo (o caso mais emblemático tendo sido a criação da própria SENAES no nível da esfera federal de governo) e posteriormente das próprias políticas. Assim, na construção deste tipo de política o poder público corre necessariamente atrás da parceria. Isto porque, como se tratam de políticas muito recentes, os gestores públicos vão buscar legitimidade no próprio campo dessas organizações que são aquelas instâncias que possuem efetivamente legitimidade nesta realidade. Tais articulações podem até revelar certo grau de fragilidade em muitos casos, em razão do próprio grau de fragilidade na organização dos atores sociais em certas realidades – ainda pouco institucionalizadas. Consta-se desse modo, conforme discutiremos adiante, a construção de uma política em processo, que carece de legislação, de recursos de toda ordem e de ampliação da sua rede de articulação e legitimidade social.

1.2.1 IMPORTÂNCIA DAS PARCERIAS COM UNIVERSIDADES

Se, portanto, para a implementação das políticas de apoio à ES o poder público teve que buscar parceiros, importa-nos neste momento identificarmos quem são estes interlocutores privilegiados. Dentre estas, a pesquisa revelou um maior peso das parcerias com instituições de ensino universitários (77,8% dos informantes). Isto talvez se explique pela inserção do tema em algumas universidades, que tem empreendido um esforço importante no tratamento do assunto não apenas no nível da pesquisa científica, mas também nas atividades de extensão universitária, através da construção de estruturas de intervenção e apoio ao desenvolvimento de tais práticas – cujo exemplo mais emblemático tem sido o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs) que já constituem hoje redes importantes em diferentes partes do país, sempre filiado às universidades. Além destas, as parcerias com Ongs também mereceram uma certa importância (com 61,1% dos informantes), o que parece explicar-se pelo papel de certas instituições públicas da sociedade civil que passaram a desenvolver *expertise* no tratamento do tema e outras que são criadas especificamente para o fomento de outras iniciativas em ES.

De todo modo, a natureza dos entes envolvidos nestas parcerias pode ser bastante variada, em razão das especificidades de certos contextos locais. Por exemplo, em alguns casos é o Sebrae que se apresenta como parceiro. O fato de tal instituição ter sua preocupação muito mais voltada para o âmbito de iniciativas de caráter empresarial, parece indicar certa associação da idéia de ES com outros projetos de natureza fundamentalmente micro-empresarial, como nos casos dos arranjos-produtivos locais (APL). Nestes casos, costuma haver tendência em reforçar-se uma lógica mais econômico-mercantil pelo fato de muitas iniciativas de ES também participarem de dinâmicas de mercado.

Em suma, não existe unanimidade no tratamento e compreensão do tema pelo conjunto dos gestores públicos, o que parece refletir à própria diversidade de perspectivas de compreensão da construção de tais práticas. Cabe de todo modo, assinalar a pouca relevância das parcerias com sindicatos (27,8%) o que parece indicar certa tendência da economia solidária em constituir-se como um tipo novo de movimento social, conforme abordaremos mais adiante.

1.2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE?

Quanto a natureza das ações que são empreendidas em matéria de políticas de ES merece registro o fato de serem em sua grande maioria “ações-meio”, no sentido de representarem atividades de organização e fomento para posteriores resultados. Esta constatação parece coerente com a necessidade da parceria. Ou seja, as ações de ES mais parecem iniciativas de suporte envolvendo agentes mediadores (os entes parceiros da sociedade civil) e cujos resultados implicam o médio e longo prazo. Trata-se de uma política cujo público-alvo não são beneficiários individuais, mas sim coletivos concretos, isto é, entes organizados. Ela parece fomentar, assim, muito mais a organização da sociedade.

A seguir são apresentados os principais tipos de ações em matéria de política de ES:

- Iniciativas de geração de trabalho e renda – no sentido de fomento direto a certas atividades produtivas;
- Iniciativas de organização popular - sob a forma de fortalecimento do associativismo e cooperativismo local;
- Capacitação profissional – no sentido do apoio a formação das pessoas para o trabalho;
- Crédito, banco do povo;
- Incubadoras de empreendimentos;
- Programas familiar e agrícola;
- Outros programas sociais com populações em alto grau de risco.

1.2.3 UMA OUTRA VISÃO DA CAPACITAÇÃO?

Importa salientar a natureza da capacitação em se tratando de economia solidária. Esta não deve referir-se a capacitação técnica no sentido de uma lógica de empreendedorismo, ou seja, voltada exclusivamente para finalidades técnico-mercantis e de empregabilidade no sentido de pretender participar do mercado formal da economia. Primeiro porque trata-se de um conhecimento em processo de construção que supõe a junção de distintos saberes: o da universidade e aquele das tradições populares.

De todo modo, esta visão da capacitação não parece absolutamente comum ao conjunto dos atores que lidam com o tema. Para alguns, capacitação continua a ser sinônimo de aumento da capacidade de empregabilidade dos indivíduos no sentido mais estrito do termo. Uma tal diversidade de percepção é o que pode explicar o fato de ocorrer em alguns casos uma mudança grande de foco entre a demanda de capacitação e a oferta de capacitação proposta. Além de uma percepção equivocada, tal aspecto pode explicar-se também pela pouca base de conhecimento especializado em certos campos potencialmente abertos para desenvolvimento de práticas de ES, sobretudo aqueles envolvendo tecnologias alternativas.

1.2.4 PARCERIAS: PARA QUÊ?

Se as ações em matéria de ES são viabilizadas através de articulações entre poderes públicos e sociedade civil, conforme salientamos antes, a pesquisa revelou ainda que as razões fundamentais para tais parcerias concernem (por ordem de prioridade) a necessidade de:

- pessoal especializado (81,9% dos informantes);
- recursos financeiros (72,2% dos informantes);
- proximidade com o público-alvo (50% dos informantes);
- infra-estrutura (38,9% dos informantes).

O fato da necessidade de pessoal especializado aparecer de modo preponderante neste item (81,9%) parece coerente com a importância da parceria para efetivação desta política. Por outro lado, se parte significativa dos informantes (50%) alegam necessidade de maior proximidade com a comunidade como motor para a parceria, é possível concluir a partir desses elementos que haja um certo distanciamento entre a política de ES e o seu público-alvo? Neste caso, não estaríamos

esbarrando num paradoxo entre um suposto distanciamento da comunidade e ao mesmo tempo sua aproximação via parcerias? De fato, conclusões definitivas ainda parecem prematuras. Os dados acima sinalizam a complexidade do objeto desta pesquisa, apontando a urgência dos estudos de caso (segunda etapa da pesquisa).

A complexidade acima apontada parece sinalizar na direção de maiores esclarecimentos sobre dilemas e desafios na relação entre poderes públicos e sociedade. Uma política baseada nesta interação dificilmente pode passar incólume diante da possibilidade de conflitos. É comum existirem fricções e tensões próprias a esta relação. Isto porque desconfiâncias mútuas nesta relação entre poder público e sociedade civil podem ocorrer por razões de busca de reconhecimento e legitimidade política e social. De todo modo, uma pista que nos parece fecunda a ser investigada a esse respeito refere-se a questão do nível de institucionalização deste campo de práticas. Isto é, como boa parte desta realidade recobre um universo de práticas em processo de auto-organização, ainda, portanto apresentando baixo grau de institucionalização, tal configuração pode estar pesando sobre o padrão da relação ou parceria na construção da política.

1.2.5 SOBRE CONCEPÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA

No que diz respeito ao processo de formulação deste tipo de política, chama atenção a importância atribuída a sensibilidade dos dirigentes (77,8% dos informantes), o que aliás parece estranho diante do fato de tal política ser implementada em relação estreita com a sociedade civil. Isto implica considerar que tal política reproduziria as tendências “de cima para baixo”, particularmente comuns às culturas políticas tradicionais? Mas aí onde residiria o caráter inovador de tal política? Importa-nos então decodificarmos o que se entende aqui por “sensibilidade dos dirigentes” na formulação dessa política, conforme abordaremos logo adiante.

Um outro elemento forte nesta explicação sobre o processo/modo de formulação da política é o “diagnóstico da realidade social do município” (72,2% dos informantes). Por outro lado, “a interação com outros municípios” ocupa pouca relevância para a maioria dos casos relativos a este item (16,7%). Chama atenção, de todo modo, o fato “da articulação (pressão, demanda) com interlocutores sociais” representar apenas 44,4% das respostas encontradas. Isto indicaria (mais uma vez) que parte significativa destas políticas não são formuladas a partir do diálogo com a própria sociedade?

Nossa hipótese explicativa a esse respeito é de que “sensibilidade dos dirigentes”, diz respeito não a uma “sensibilidade do príncipe que doa algo”, mas uma sensibilidade pela pertinência do tema diante do contexto e rumos do desenvolvimento econômico atual. Porém, a compreensão e encaminhamento de tal política variam muito em função dos diferentes contextos municipais. Por exemplo, em certas realidades o tecido organizativo local encontra-se num nível de institucionalização muito maior. O que implica graus de participação social dos atores muito mais acentuado em todos os níveis: concepção, implementação, controle e avaliação.

Já em relação a participação dos atores na política, o dado encontrado revela-se coerente com o quesito anterior. Isto é, a grande maioria dos atores atua efetivamente na implementação e execução da política (83,3%). Cabendo apenas a metade dos casos (55,6%) uma participação também no nível da concepção/formulação e menos ainda (38,9%) no nível do controle social. Porém, um pouco mais, no âmbito da avaliação da política (50%).

O fato da grande maioria dos beneficiários participarem apenas da execução da política e não da sua formulação, conforme os dados acima, é suficiente para afirmar-se que tais políticas são definidas muito mais pelos dirigentes (ao contrário de serem fruto de respostas às demandas dos grupos sociais)? Mas isto não seria mais uma vez antinômico com a presença do princípio da parceria como condição de tal política? Tais dados parecem indicar, de novo, o caráter paradoxal desta política, apontando sua complexidade. Nossa hipótese explicativa a esse respeito considera que esta ausência de participação dos beneficiários na concepção da política (quando existe, pois muitos casos indicam o contrário – 55,6%) deve-se, por um lado, ao próprio fato de não estar claro ou inexistir tal concepção (conforme observado sobre a estruturação dessa política). Além disso, a

ausência de participação na concepção da política pode também explicar-se pelo baixo grau de institucionalização dos grupos de ES em certos contextos específicos.

No que diz respeito, aos canais de participação dos atores sociais na política e suas atribuições, chama atenção o papel dos fóruns (72,2%), porém nem tanto em caráter deliberativo. Ao lado deste dado, a importância atribuída aos conselhos e comissões continua a merecer uma certa relevância (66,7%), indicando que a inovação neste tipo de política parece existir (referência ao papel dos fóruns), porém nem tanto assim (referência ao papel dos conselhos ou comissões). De todo modo, parece reafirmar-se aqui a importância dos chamados espaços democráticos na efetivação dessas políticas.

No quesito “tipo de entidade” participando de tais canais, mais uma vez destaca-se o papel das instituições de ensino superior (61,1%), e mais ainda o dos próprios empreendimentos de economia solidária - EES (77,8%). Por outro lado, as Ongs continuam tendo um peso razoável (55,6%). Entretanto, as entidades religiosas, instituições sindicais, sistema S e movimento social revelam-se pouco representativas com 27,8% cada. A pouca relevância atribuída à velhos atores do cenário dos movimentos sociais e políticos (como sindicatos, em especial) pode indicar que tipo de tendência? Estariam tais práticas de ES constituindo-se em um movimento social de um tipo radicalmente novo? Por que? Que características parecem inéditas? A inovação aqui pode estar relacionada com uma certa vocação (particularmente comuns em certas experiências de economia solidária onde se destaca a dinâmica associativista) em articular-se a dimensão econômica com um plano de luta política?

E quanto a participação e parcerias com o sistema S e empresas privadas..., Se tais atores institucionais tradicionalmente são portadores de uma visão muito mais mercantil-empresarial..., o que isto indica? Importa-nos, desse modo, examinar em profundidade o caráter desse novo tipo de relação com economia solidária, que varia bastante entre os diferentes contextos locais e regionais.

Já no que se refere ao tipo de ajuda que recebe o poder público da parte dos envolvidos com o movimento de ES na implementação da política merece destaque o fato da pouca relevância atribuída a participação financeira (22,2%) – muito naturalmente pois o dinheiro não estaria desse lado do campo social -, e sobretudo, a ênfase atribuída a categoria acompanhamento (66,7%). O que parece indicar um reconhecimento e valorização da parte dos poderes públicos do saber acumulados pelos próprios grupos sociais e entidades da sociedade.

1.3 SOBRE O MODO DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA

Para compreendermos o público prioritário das ações de ES, importa-nos descrevermos antes a natureza de tais ações. Estas se caracterizam pela diversidade de suas formas.

Parece relevante assinalar à natureza deste público-alvo. Isto porque, trata-se não de beneficiários diretos como entes individuais, mas de estruturas organizativas (das quais evidentemente podemos deduzir número de beneficiários individuais). Isto indica o impacto de tal tipo de política, que parece preocupar-se menos com beneficiários individuais – escapando de um viés mais assistencialista enquanto política – e, ao contrário, parece mais voltado para uma lógica de desenvolvimento societário a partir do fortalecimento do seu tecido organizativo.

Dentre estas estruturas organizativas merece destaque o papel relevante do formato associativo (77,8%). Este dado parece particularmente importante aqui. Isto porque ele parece induzir uma visão bastante singular acerca das práticas de economia solidária.

Estas parecem abrir-se e articular-se a diferentes dinâmicas no campo da sociedade civil, inclusive aquelas refletindo novas tendências em termos de movimentos sociais (como movimentos culturais, de gênero, étnico, de identidade sexual, etc.); Ao contrário de uma visão fundamentalmente centrada numa concepção produtivista das práticas de ES que tende a destacar a exclusividade do formato cooperativista de organização do trabalho e sua preocupação com uma dinâmica e sobrevivência em mercados.

Não surpreende a importância da forma cooperativa (61,1%), já que tais atores constituem formas emblemáticas de organização em ES. Por outro lado, o dado relativo aos grupos informais (66,7%), nos leva a refletir sobre o grau de institucionalização de tais práticas. Neste sentido, estas seriam ainda fortemente assentadas numa tradição de economia popular marcado por um baixo grau de institucionalização e fragilidade do seu tecido associativo.

Já o dado relativo à micro-empresendimentos (33,3%) como forma de economia solidária deve primeiro merecer uma explicação suplementar. Esse termo aqui faz alusão a empreendimentos familiares que são beneficiados em geral através de ações de micro-crédito. Tais empreendimentos representam formas emblemáticas de economia popular (com potencial de desenvolvimento e acesso a uma condição de economia popular e solidária). Tais empreendimentos não são propriamente coletivos e buscam articulações diversas (de comercialização, social e política, etc.). Estes micro-empresendimentos tem caráter mais individual ou no máximo familiar, enquanto os grupos informais têm um alcance mais ampliado em relação ao núcleo familiar. Muito embora seja relativamente comum o fato dos grupos informais representarem uma primeira forma de organização social, podendo desdobrar-se mais tarde em micro-empresendimentos ou organizações mais institucionalizadas (como associações, cooperativas, etc.), não nos parece possível considerar que eles (grupos informais) constituam a forma primeira de organização social (em matéria de economia solidária), numa perspectiva evolucionária de visão. Isto porque tais iniciativas existem por si mesmo. O que distingue, portanto, micro-empresendimentos de grupos informais é a fronteira familiar da organização coletiva.

Numa condição bem mais distinta destes encontram-se a forma “empresa recuperada ou autogestionária”. Isto porque tais empreendimentos representam formas mais institucionalizadas em termos de iniciativas de economia solidária, compondo um campo mais institucional neste âmbito de práticas. Tais empreendimentos existem de modo muito localizado no contexto nacional, razão pela qual sua representatividade na pesquisa encontra-se baixa (16,7%). Além disso, tais gêneros de iniciativas tende a encaminhar suas demandas não em nível municipal, mas, sobretudo em termos de governos estaduais ou no nível da federação, o que também explica sua baixa representatividade nesta pesquisa.

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta primeira apreensão do objeto nos permite perceber já alguns traços marcantes na efetivação desse gênero novo de política pública, bem como aponta com mais precisão algumas pistas importantes para aprofundamento durante a segunda etapa da pesquisa através dos estudos de caso.

Cabe destacar de antemão como constatação valiosa resultado desta primeira investigação a importância da dimensão da parceria ou articulações na efetivação de tais políticas. Estas, inclusive, em seus dois níveis. Ou seja, enquanto articulações intra e inter-institucionais. Ao lado desta consideração cabe ressaltar o caráter diversos dos contextos e práticas de ES que irão incidir de modo especial em tais políticas tanto do ponto de vista dos atores da sociedade civil que são mobilizados na parceria, quanto do grau de participação desses atores na própria construção da política. Aqui, tendemos a reafirmar uma hipótese segundo a qual o grau de institucionalização do contexto das práticas de ES condiciona não apenas o nível de estruturação, mas também o modo de construção e execução de tais políticas.

Enquanto pistas para aprofundamento desta pesquisa na sua segunda etapa parece salutar investigar a natureza destas parcerias intra e inter-institucionais. Assim como, deve merecer destaque a perspectiva de um resgate histórico da política de ES a partir dos seus diferentes atores envolvidos.

2. RESULTADOS PARCIAIS – FASE QUALITATIVA

2.1 RELATÓRIO 1: ESTUDO DE CASO DOS MUNICÍPIOS DE SANTO ANDRÉ, SÃO BERNARDO, MAUÁ E SÃO CARLOS²

INTRODUÇÃO

Dos Municípios visitados na pesquisa in loco, para obtenção de informações qualitativas sobre a Política de apoio à Economia Solidária, 3 situam-se na grande São Paulo, Região do ABC (Santo André, Mauá e São Bernardo), e um no interior do Estado de São Paulo, na sua região Nordeste (São Carlos).

Os Municípios situados na Grande São Paulo iniciam suas ações de apoio à Economia Solidária ainda na década de 90, quando administrações de cunho popular vencem as eleições de 1992, ao passo que o Município de São Carlos, no interior do Estado de São Paulo, vai iniciar suas ações apenas a partir de 2001, quando ganha a eleição o candidato do PT.

Na Grande São Paulo as ações de apoio à Economia Solidária foram uma tentativa de resposta ao crescimento do desemprego da década de 90, que atingiu a economia brasileira, como um todo, e de modo particular aquela região. As análises sobre as elevadas taxas de desemprego daquele período ressaltavam, fundamentalmente, três tendências correlacionadas:

- As taxas de desemprego, tanto apuradas pelo IBGE, quanto as apuradas pela Fundação SEADE/DIEESE, atingem os dois dígitos; o que deixava claro que não se tratava de divergências metodológicas a respeito de como medir o desemprego, mas que a economia apresentava sinais claros da incapacidade de gerar emprego para a população em idade de trabalho, caracterizando uma situação de desemprego aberto;
- Elevado crescimento da categoria dos ocupados por conta própria, demonstrando que os poucos empregos gerados são sem carteira assinada (PORSHMAN, 2000, ALVES 2002);
- Acompanhando as duas tendências anteriores, os novos e poucos empregos gerados pela economia, além de serem sem carteira assinada, exigiam maior nível de escolaridade formal.

Estas tendências observadas ao longo de toda a década de 90 contrariavam a história daquela região, que teve seu crescimento econômico fortemente apoiado no crescimento industrial e no crescimento do emprego formal, com carteira assinada.

Durante a década de 90, começava a chamada guerra fiscal, entre Estados e municípios, para atração de novos investimentos industriais, que ameaçava o principal setor de atividade industrial regional; o setor automobilístico. No final da década de 1990, a indústria automobilística regional ameaçava sair da Região do ABC e transferir-se para outras regiões onde pudessem obter vantagens locais, creditícias e fiscais melhores do que as proporcionadas pela Região do ABC. Nesta medida, era apontado que a nova tendência da economia regional seria a de deixar de ser industrial para vir a tornar-se uma região de serviços, acompanhando a tendência demonstrada pelas análises de emprego/desemprego, que apontavam o crescimento relativo do setor serviços frente ao decréscimo relativo da atividade industrial.

² Relatório escrito por Francisco José da Costa Alves e Bruno Pompeu Corrêa da Costa.

Neste período, de fato, as indústrias automobilísticas locais implantaram novas plantas fabris em outras regiões (Volkswagen, Ford e GM), aproveitando-se da guerra fiscal, mas não abandonaram a Região. Porém, adotaram a chamada reestruturação produtiva, inserida no paradigma da produção enxuta, para adaptar-se ao novo regime automotivo. Esta reestruturação produtiva, além de atingir também a indústria de auto-peças nacional, primava pela redução de empregos diretos, devido à adoção de inovações microeletrônicas e à terceirização de atividades. Esta direção da reestruturação produtiva, ao atingir o setor de autopeças e ao impulsionar a automatização microeletrônica provocou a redução geral de empregos, a flexibilização das relações de trabalho e a exigência de mais alta escolaridade de seus trabalhadores.

Este quadro geral de aumento do desemprego regional do ABC será responsável pela adoção, pelas prefeituras municipais, de dois eixos de políticas públicas: um deles voltado à qualificação profissional e escolaridade e outro voltado à geração de trabalho e renda.

O eixo da qualificação profissional foi impactado pelas mudanças que ocorrem, a partir de 1995, no CODEFAT, que passa, através de convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, via SEFOR (Secretaria de Formação e Qualificação Profissional), a dirigir recursos do FAT (Fundo de Apoio ao Trabalhador) para Programas de Qualificação Profissional Estaduais e para Programas de Qualificação Profissional diretamente com as Centrais Sindicais. Como resultado desta política, que se transforma no cerne da Política de Emprego do Governo Fernando Henrique Cardoso, em seus dois mandatos, a qualificação Profissional passa a ser também uma Política Pública Municipal e para ela as Prefeituras irão dirigir sua atenção, durante o final da década de 90, constituindo, para isto, as Comissões Municipais de Emprego, que passam a ser conselhos destinados a avaliar as demandas por qualificação profissional municipais.

O segundo eixo, a geração de trabalho e renda, começa a ser também uma prioridade municipal mais ao final da década de 90, quando se percebe, mais claramente, que o problema do desemprego não é de natureza friccional, isto é, resultante da desqualificação da força-de-trabalho brasileira para os novos postos de trabalho existentes, mas é de natureza estrutural, resultante das baixas taxas de crescimento da economia brasileira e do emprego nas duas décadas (80 e 90). A avaliação que se passa a fazer do desemprego é que mesmo que as taxas de crescimento da economia voltassem a crescer, ela não daria conta de absorver o grande contingente de trabalhadores desempregados gerados nas duas décadas anteriores, no máximo ela poderia dar conta da massa de novos desempregados que anualmente são lançados no mercado de trabalho. Portanto, passava a ser necessário ações que visassem não mais empregos formais, mas a obtenção de trabalho e renda por este grande contingente de excluídos, socialmente criados, de um lado, pelas características do processo de desemprego e, de outro pelo próprio processo de exclusão social de características estruturais da sociedade brasileira, que remetem a um processo histórico de exclusão social e ao passado de 4 séculos de escravidão negra no Brasil.

A primeira questão que buscávamos perceber, tanto através do questionário, quanto através da pesquisa in loco, era como se estruturava a Política de apoio à Economia Solidária. Procurávamos verificar se havia uma Política geral de Apoio à Economia Solidária e se esta orientava Programas, Projetos e ações.

Tanto no questionário, quanto na pesquisa de campo, verificamos que esta política, nos 4 municípios investigados, está ainda em construção, não se encontra totalmente articulada numa diretriz geral, que oriente o conjunto de ações. O que existe são projetos e ações. Isto é, em todos os Municípios visitados, assim como em todos os Municípios que responderam ao questionário, estes desenvolvem projetos e ações de apoio à economia solidária, mas estes projetos e ações ainda não estão articuladas por uma política geral municipal. As ações são desenvolvidas tendo como elemento orientador a necessidade de responder aos desafios colocados às administrações pela conjuntura econômica e social, de um lado, e, de outro, a necessidade de responder as inúmeras demandas sociais e aos compromissos assumidos pelas administrações municipais.

Nos Municípios visitados durante a pesquisa de campo, verificou-se, o que o questionário já demonstrava: todos desenvolvem ações de apoio à economia Solidária. Em alguns Municípios, principalmente os do ABC, algumas destas ações já são desenvolvidas há mais de 10 anos. Naquela época ainda não se chamavam de ações de apoio à Economia Solidária, mesmo porque este termo, ou este campo, chamado de economia solidária, ainda era desconhecido no Brasil, no início da década de 90, quando as administrações de vários dos Municípios da Região são ocupadas por Prefeitos e partidos do campo popular.

Diante do quadro de crescimento do desemprego, da redução do emprego formal com carteira assinada, da exigência de maior escolaridade e de idade mais baixa pelo mercado de trabalho formal e, devido ainda ao crescimento do processo de exclusão social, as Prefeituras desencadearam ações, que mesmo não chamadas de apoio à economia solidária, visavam, além da geração de trabalho e renda, a cidadania, a ética, a solidariedade, a qualificação profissional e a escolaridade da população.

Porém, havia uma outra questão que era mais ou menos comum na Região do ABC e em São Carlos: uma grande parcela da população desempregada e excluída, o público alvo destas ações, tinha no seu horizonte de vida a perspectiva de voltarem a ter emprego formal, com carteira assinada, numa grande empresa. As pessoas atingidas pelo desemprego, fundamentalmente os homens, ainda almejavam esta condição de trabalho, que lhes permitia o acesso a todos os direitos trabalhistas, acesso ao seguro saúde e mais o status que detinham, por pertencerem aos quadros de uma grande empresa, pertencendo à chamada elite operária brasileira, representada por sindicatos participativos e com elevado poder de barganha. Além do status social, os trabalhadores das grandes empresas tinham acesso a linhas especiais de crédito no comércio regional, tinham acesso planos sociais específicos (aposentadoria, férias, educação etc.) promovidos tanto pelas empresas quanto pelos sindicatos a que pertenciam.

Os desempregados, principalmente os homens, achavam que a situação de desemprego enfrentada era passageira, semelhante a outras já vividas, resultado da política de emprego adotada pelo setor formal da indústria brasileira, que se caracterizava, desde a criação do FGTS, de elevada rotatividade do emprego. Portanto, os trabalhadores imaginavam que o desemprego enfrentado era apenas conjuntural e que rapidamente conseguiriam uma nova colocação no mercado de trabalho e readquiririam o status social almejado.

O fato dos desempregados homens ainda terem no seu imaginário aquele tipo de emprego, formal, com carteira assinada, os afastava das ações de apoio à economia solidária empreendidas regionalmente. Os ex-operários, viam as novas alternativas de trabalho e renda não como atividades permanentes, mas como atividades conjunturais, pontuais, ou um bico, que permitisse acesso a alguma renda enquanto procuravam emprego. Os jovens, ingressantes no mercado de trabalho, também não se sentiam atraídos pelas ações em economia solidária, já empreendidas pelas administrações municipais, porque também tinham no seu imaginário o modelo de emprego formal com carteira assinada.

A existência deste ideal de emprego formal, por parte dos desempregados do sexo masculino, vai atrair em maior quantidade para as ações de apoio à economia solidária o contingente de novos desempregados, que antes poderiam ser consideradas, não como desempregados, mas como empregados por conta própria ou inativos, como é o caso da grande adesão às ações de geração de trabalho e renda pela população feminina. Esta, em decorrência da nova conjuntura econômica de desemprego generalizado e desestruturação familiar, desponta como responsável pela manutenção do núcleo familiar, quer nas situações de busca de emprego pelo homem, chefe da família, ou quer porque passaram a ser os chefes de famílias sem homens, sem maridos. Esta questão de gênero, isto é, o fato das ações de economia solidária receberem maior participação do contingente feminino, talvez seja a marca mais importante do escopo das ações de economia solidária empreendidas, não apenas no ABC, mas em São Carlos e talvez, no Brasil como um todo.

Não nos deteremos, devido à finalidade do trabalho, nas razões que levam à maior adesão de mulheres nos projetos e ações, em prol da economia solidária, desenvolvidos pelas Prefeituras, constantes deste universo analisado. Basta ressaltar, desde já, que verificamos uma elevada participação do contingente feminino em vários tipos de ações: cooperativas populares de diferentes ramos de atividade, de serviços domésticos à atividades industriais, em associações profissionais, em associações de moradores, em ONGs., em atividades comunitárias, em serviços gerais. Repetimos, a adesão do público feminino aos projetos e ações de apoio à economia solidária é a marca própria do escopo da Política de trabalho, renda, cidadania, solidariedade e ética (Economia Solidária) adotada nos municípios visitados e acreditamos que esta marca esteja também presente em todos os demais municípios pertencentes à Rede de Gestores de Economia Solidária.

As ações que serão empreendidas pelos municípios atingidos pelo desemprego serão no sentido de articular iniciativas de trabalho, de renda, com capacitação profissional, cidadania, ética, direitos e solidariedade. Estas ações através da adoção de políticas distributivas com a participação em cursos de capacitações que, em geral, reforçava não apenas a capacitação para as novas atividades no campo da economia solidária, mas questões como ética, cidadania, direitos e solidariedade etc. A intenção é de tornar o público envolvido nas ações de economia solidária em sujeitos sociais, isto é, pessoas que se articulam em Associações e passam, a partir daí, a lutarem por melhores condições de vida e trabalho e passam a participar do embate social por distribuição de renda, por acesso aos meios de produção e de consumo, da mesma forma com que fazem outros atores sociais providos de organização e de consciência social. Esta, a transformação do público das ações em economia solidária, em sujeitos sociais é o grande resultado das ações em economia solidária, portanto a avaliação da política de economia solidária não pode ser feita apenas a partir de indicadores quantitativos, que mostram apenas o total de recursos despendidos e a eficácia da utilização de tais recursos, a avaliação deve passar, necessariamente, sobre a capacidade da política em criar sujeitos sociais.

A seguir faremos uma síntese do observado através da Pesquisa de Campo em cada um dos Municípios visitados. Começaremos a síntese pelo Município de Mauá, que não foi o primeiro município a ser visitado, mas pelo fato de Mauá viver, neste momento, uma situação ímpar, provocada pelo processo judicial das eleições municipais de 2004, que se encontra sem deliberação e, portanto, a Prefeitura está sendo dirigida pelo Presidente da Câmara, num mandato tampão, até que o imbróglio jurídico seja resolvido e, enquanto isto não ocorre, os projetos e ações desencadeados pela gestão anterior encontram-se sem continuidade. Em seguida descreveremos os projetos e as ações de apoio à economia solidária no Município de Santo André, que vem sendo administrado já desde a década de 90 por Prefeitos do mesmo partido político e talvez seja o Município Brasileiro em que a política de apoio à economia solidária esteja mais próxima de ser concretizada. O Município seguinte a ser descrito é o de São Bernardo, que também tem um conjunto de projetos e ações dirigidos à economia solidária já em andamento há muito tempo, desde a década de 90. Finalmente, descreveremos as ações no Município de São Carlos, já em outra região do Estado de São Paulo, que, relativamente aos demais, vem empreendendo ações de apoio à economia solidária a menos tempo, somente a partir de 2001. Encerramos o presente relatório com apreciações gerais sobre os Projetos e ações desenvolvidos pelo conjunto de municípios analisados, tentando estabelecer marcos gerais que parecem apontar para a Política de Apoio à Economia Solidária que será posta em prática neste universo analisado. Portanto, não será feita uma conclusão geral sobre a Política a ser adotada, mas, fundamentalmente, os desafios que estão presentes da direção que parece ser adotada pelos municípios analisados.

MAUÁ

A Prefeitura de Mauá, no ABC, desde 1992, desenvolvia ações na direção da criação de alternativas de trabalho e renda para a população fortemente atingida pelo desemprego. O Município de Mauá, embora localizado no ABC difere de outros municípios da Região por ser

uma espécie de periferia do ABC, que já é periferia de São Paulo, isto porque diferentemente de Santo André, São Caetano e São Bernardo é um município de população mais pobre, de população de migração mais recente para a Região Metropolitana, de mais baixa escolaridade.

O Município de Mauá será o primeiro a adotar, a partir de 1992, uma política de frentes de trabalho municipais, cujo objetivo era a de gerar trabalho e renda pela alocação dos desempregados do Município na realização de atividades antes terceirizadas pela administração, tais como: limpeza urbana e hospitalar, merendeiras, obras civis urbanas etc.

Há a percepção, pelo município, de que há um contingente de trabalhadores, que está mais excluído do mercado de trabalho pelos seguintes motivos: idade avançada para o emprego formal, falta de escolaridade e a questão de gênero, mulheres, que abandonadas pelos companheiros constituem-se em chefes de família e só têm experiência em trabalho doméstico, em trabalho do lar. Na visão do ex-gestor de economia solidária de Mauá, a frente de trabalho, indiretamente, já era uma forma de economia solidária, pois possibilitou uma inserção de mulheres no trabalho, obtendo renda.

A realização de frentes de trabalho articulada com capacitação para o exercício específico das atividades da frente, é avaliada como um sucesso, porque esta experiência (frentes de trabalho) passou a ser incentivada em outros municípios. A própria Secretaria de Relações de Trabalho e Emprego do Estado de São Paulo, embora ocupada por partido diferente da administração municipal, foi visitar o Município para conhecer esta experiência e indicá-la para outros municípios do Estado, através do PAT, incentivou isto em escolas Municipais, CMTU.

As frentes de trabalho também foram utilizadas em Mauá para obras públicas de emergência, como a construção de piscinões, na serra para conter as enchentes. Nestas frentes de trabalho os trabalhadores cadastrados recebiam pagamento pela realização da atividade e participavam de cursos de capacitação. A capacitação profissional articulada à frente de trabalho era dividida em módulos, onde constava ética, cidadania e depois capacitação específica para atividade exercida na frente: limpeza hospitalar, curso de merendeira, bem como para outras atividades: artesanato, comércio, vendas etc.

A Prefeitura de Mauá não chamava isto de economia solidária, na época nem este termo era utilizado, mas a considerava como apenas uma alternativa para, a um só tempo, encaminhar soluções para várias situações enfrentadas localmente: desemprego, crescimento do comércio ambulante, risco social, necessidade de elevar a auto-estima da população; etc.

Nesta direção, isto é de a um só tempo resolver vários problemas municipais, está a criação de um Shopping Popular. Diferentemente de um Shopping Center convencional, o Popular funciona como um ambiente adaptado para o exercício da atividade de venda, ou de pequenos consertos e reparos exercida pelos ambulantes urbanos. Neste espaço se tem boxes, do tipo out lets, para cerca de 400 micros comerciantes, com praça de alimentação. Isto foi feito objetivando liberar as ruas centrais do município de vendedores ambulantes, que a administração identificava como uma necessidade para descongestionar as ruas centrais. Segundo a Prefeitura, Mauá é uma cidade onde a população anda muito a pé e isto era prejudicado pelos ambulantes que congestionavam as ruas centrais. A alocação dos ambulantes no Shopping Popular, na Região Central, se deu através do cadastramento destas pessoas que vendiam na rua.

Este espaço foi construído bem próximo aos seus pontos de venda anterior, onde eles vendiam na rua, expostos ao tempo. Junto ao Shopping Popular foi feito uma praça com um terminal de ônibus, um teatro Municipal que garantiu mercado, atraindo para este espaço os ambulantes. Posteriormente, ao lado do Shopping Popular veio a se instalar um Shopping Center tradicional. A Prefeitura detinha uma informação importante para este processo de revitalização do centro: 70% das pessoas de Mauá iam fazer compras em outros municípios da Região provocando evasão de renda. A criação deste Shopping Popular resolveu a um só tempo várias questões: revitalizou o Centro da Cidade, transformou estes vendedores ambulantes em comerciantes, descongestionou o centro e evitou fuga de arrecadação e de renda do município para outros.

Este processo de revitalização do centro de Mauá objetivou também atrair visitantes à Mauá e aumentar a auto-estima da população com a sua cidade, criando condições para que os habitantes de Mauá tivessem no próprio Município alternativas de lazer e fazendo com que a cidade deixasse de ser apenas dormitório.

Estas ações são formas de ocupar pessoas, no que eles consideravam alternativas de trabalho e renda, de cidadania, de auto-estima etc.

Posteriormente, já numa direção mais próxima do que se entende por economia solidária a Prefeitura identificou três grandes segmentos na cidade, para a constituição de cooperativas: costureiras; coleta seletiva e trabalhadores da terra na periferia urbana, em hortas comunitárias, produção de humos etc.

Para a cooperativa de costureiras a Prefeitura buscou a população que já vivia neste ramo, principalmente de consertos de roupa, cedeu um espaço e cada uma trouxe a sua máquina e formou-se esta cooperativa.

A cooperativa de coleta seletiva, também partiu de uma iniciativa da Prefeitura que trouxe os catadores de latinha papel e papelão para um Centro de coleta seletiva. Este centro de coleta seletiva não pode dar conta de todos os catadores porque são muitos.

A horta comunitária partiu de uma iniciativa de uma professora valorizando a terra como fonte de renda para a população periférica.

Uma outra iniciativa foi a incubadora de empresa. Um prédio horizontal, cedido por um empresário, com um grande espaço capaz de abrigar até 16 pequenas empresas, com uma área comum para sala de reuniões, secretaria. Depois de 18 meses ali instalado o espaço era desocupado para ceder lugar a outro pequeno empreendedor. Esta iniciativa da incubadora de empresas foi articulada ao Banco do Povo.

Neste momento em que o Município de Mauá vive uma indefinição sobre a administração, dado que o último processo eleitoral foi interrompido sem que houvesse segundo turno e assumiu a prefeitura em caráter temporário o Presidente da Câmara, todas estas iniciativas de apoio à economia solidária encontram-se paralisadas. A administração atual não tem dirigido suas ações na direção da administração anterior o que deixa estas iniciativas sem continuidade por falta de apoio do poder local. Isto deixa no ar a seguinte indagação: será que as alternativas e ações de apoio à economia solidária podem ser mantidas sem o apoio das administrações municipais? Será que mesmo após mais de 10 anos de administrações comprometidas com estas iniciativas elas não podem caminhar sozinhas? Até quando alternativas de economia solidária necessitarão do poder público? Em que momento a sociedade civil, independentemente dos governantes, levarão à frente suas iniciativas na direção da economia solidária? Estas e outras indagações serão tratadas posteriormente neste relatório.

SANTO ANDRÉ

Santo André, embora já tenha construído uma série de programas de apoio à economia solidária, ainda não tem uma política geral que oriente o conjunto de programas e ações. Esta política encontra-se em construção, embora em estágio avançado de construção, o que pode ser percebido, pela grande quantidade dos projetos e ações desenvolvidos, mas também pela mudança na administração municipal, através da criação de órgãos mais focados na questão do apoio à economia solidária.

Na primeira gestão do Celso Daniel, em 89 a 92, a questão ainda não se colocava como desenvolvimento de uma política de apoio à economia solidária, mas como a necessidade de políticas efetivas municipais para o desenvolvimento econômico local. Na gestão 97/2000 é que se inicia propriamente um conjunto de programas e ações articulados pela Secretaria de Desenvolvimento e Emprego e pela criação de um Departamento de Geração de Emprego e Renda. O que mudou, a partir desta gestão é que, embora o desenvolvimento econômico local seja vital para a criação de novos postos de trabalho, o processo de reestruturação produtiva regional, com redução do número de empregos resultantes processo de reestruturação produtiva, chamado

de produção enxuta, e a contratação de trabalhadores mais jovens com maior escolaridade, impõe um processo violento de exclusão social para o contingente de trabalhadores de idade mais avançada, (acima de 40 anos), com menor escolaridade e sem qualificação profissional. Isto é, a percepção, que fica mais clara a partir de 97, é que mesmo que a economia volte a crescer e que o ABC paulista cresça, uma parcela da população permanecerá excluída, portanto a política pública municipal tem que estar dirigida para a criação de formas de inclusão social, através da geração de trabalho e renda.

Posteriormente, ainda nesta gestão esta Secretaria passa a denominar-se Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e o departamento torna-se Departamento de Trabalho e Renda. Este Departamento, assim constituído iniciará seus trabalhos na direção da economia solidária através de convênio com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ. Através deste convênio será criada uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, em convênio com a Fundação Santo André e fará parte da atividade desta incubadora a realização de cursos regulares de cooperativismo popular associada ao Banco do Povo, uma outra iniciativa da Prefeitura.

Portanto, fará parte da política pública o fomento ao cooperativismo e de empreendimentos populares, tanto na forma de cooperativas, quanto associações ou até mesmo empreendimentos familiares. Esta flexibilidade, na forma dos empreendimentos, se deveu à percepção da necessidade de criação de alternativas de trabalho e renda para iniciativas sem condições de atender a legislação do cooperativismo, para a qual é necessário um grupo mínimo de 20 pessoas. Algumas vezes, quando este número não é conseguido, vale mais a pena criar uma associação do que correr o risco de perder a disposição destas pessoas em montarem um empreendimento.

Um outro projeto encaminhado pelo Departamento será o de criação de uma Central de Trabalho e Renda, em parceria com a CUT, onde o objetivo não era apenas fazer o cadastro dos trabalhadores para alocá-los em vagas oferecidas, mas era fugir do modelo balcão de emprego e criar, através da Central, outras alternativas de trabalho e renda, criando nos trabalhadores a perspectiva de que eles próprios podem ser sujeitos de sua integração social econômica e política na sociedade.

A este programa é criado um projeto permanente de capacitação profissional modular. Num destes módulos se tratava a questão da capacitação para atividade, num outro módulo se tratava a questão da cidadania, da ética e das novas contingências do mercado de trabalho e num outro módulo era tratado a questão do suporte para gestão do empreendimento, envolvendo: a necessidade do controle do processo produtivo, para que o empreendimento sobreviva; como se monta o preço do produto ou serviço; como ele compra seus insumos; como ele vende; como se relaciona com seus clientes.

O fundamental deste programa era a idéia de construir na cidade, junto a esta população envolvida pelos programas, uma outra perspectiva de vida diferente da fabril, da operária, na qual há alguém que manda e ele obedece. Na perspectiva da economia solidária é fundamental mexer nesta construção cultural operária, baseada no fordismo/taylorismo, na qual há o mando e há a obediência, em troca, tem o salário no final do mês.

A Prefeitura de Santo André, articulando o Departamento de Trabalho e Renda e a Secretaria da Educação, através do Departamento de Educação do Trabalhador, criou um Programa que tem a perspectiva de mudar esta cultura fabril operária, através de cursos de formação com conteúdos que trabalham esta nova relação de trabalho, na qual é possível haver trabalho sem que haja mando e obediência. Porque estar trabalhando, estar empregado submetido à cultura fabril operária é ter um chefe e ser obediente a ele, romper com esta cultura pé uma tarefa de longo prazo e deve ser articulada por diferentes órgãos da administração municipal.

Um outro aspecto da Política Pública para a Economia Solidária em construção está a criação de Centros Públicos. Centros Públicos são espaços constituídos pelo município, que tem sob sua

responsabilidade a qualificação profissional e a certificação de escolaridade; certificação do ensino básico, do ensino complementar e do ensino médio.

Foram criados quatro centros públicos de formação profissional: Informática, Construção civil, Serviços e comércio, jovens. Em cada um destes Centros se articula a capacitação profissional específica da área e a certificação de escolaridade. Apenas neste centro público de Jovens não há capacitação profissional específica. O objetivo deste centro é a elevação da escolaridade, articulado com a questão da representação do jovem na sociedade. Nesta representação o fundamental são cursos e atividades sobre juventude, onde se articula a questão da cultura e da cidadania. Uma das ênfases deste Centro Público é a questão do entendimento do Mundo do Trabalho atual. O objetivo maior é retardar a entrada deste jovem no mercado de trabalho até o momento em que ele esteja de fato preparado para isto.

A partir do Centro Público da Construção civil, foram criadas duas cooperativas de trabalho na construção civil e criou-se também uma Central de Serviços Autônomos, que neste momento opera apenas com a construção civil. Esta Central tem por objetivo aproximar o profissional autônomo da construção civil do mercado demandador deste tipo de serviço. Esta central busca dar uma certa institucionalidade ao trabalhador autônomo da construção civil que, por ser autônomo, tem dificuldade de conseguir serviço, principalmente doméstico, que é um importante mercado deste tipo de atividade. Além disto, busca também qualificar este trabalhador, orientando-o a dirigir-se ao Centro Público da Construção Civil para realizar os cursos lá oferecidos (pedreiro, azulejista, encanador, eletricitista).

Esta central surgiu da existência de um grande número de profissionais da construção civil, que trabalham como autônomo. Estes trabalhadores permaneceriam como tal e não estavam prontos para fazer parte de uma cooperativa, ou de uma associação. Esta Central recebe as demandas do público para obras residenciais (consertos, reformas etc.) aloca um dos profissionais cadastrados, que a visita, faz um orçamento e, caso haja concordância, o contrato é fechado e a obra executada. Posteriormente o demandante faz um relatório sobre o serviço executado, se ele cumpriu ou não as expectativas, quanto a qualidade, prazo, preços etc. Este relatório serve de incentivo para que o profissional busque melhorar a sua capacitação e para isto é orientado a procurar o Centro Público.

O interessante desta Central de serviços de Autônomo é que ela funciona em parceria com a Cooperativa de Psicólogos. Esta cooperativa nasceu de um grupo de Psicólogos que estavam terminando o curso de psicologia numa universidade do ABC e não tinham condições de montar seus consultórios. Este grupo resolveu freqüentar o curso de cooperativismo dado pelo município, através da Incubadora de Cooperativas Populares e, ao final, montou uma cooperativa de Psicólogos. Esta Cooperativa hoje tem um espaço próprio, onde ficam os consultórios clínicos dos cooperados e trabalham também com outras áreas da psicologia, que não a clínica. Esta Clínica da cooperativa de Psicólogos tem um serviço de plantão social, com o objetivo de dar atendimento psicológico à população carente, sem cobrança de honorários, inclusive, uma parte destes atendimentos é dado aos trabalhadores dos programas da Prefeitura Municipal.

Esta cooperativa é que organiza o serviço da Central de Serviços autônomos para a Prefeitura, deixando de ser apenas uma das cooperativas objeto da política para tornar-se parceira na implementação/concepção de políticas públicas. Inclusive, pela avaliação dos gestores, o trabalho com esta cooperativa de profissionais de psicologia está mais efetivo do que o trabalho com uma ONG, também parceira da Prefeitura para o fomento ao cooperativismo.

O objetivo da Prefeitura, junto com a Cooperativa de Psicólogos é identificar outros segmentos de trabalho autônomo para ser operado pela Central de Serviços Autônomos, criando uma cadeia de confiança, de qualidade, para atender as demandas existentes. Uma destas áreas a serem incorporadas à Central é a de serviços domésticos. Será criado um Centro Público de Serviços domésticos, que capacitará profissionais para execução de todos os serviços domésticos e para as novas atividades que estão surgindo, em decorrência da mecanização residencial. Há um

curso de governança residencial, que capacita para operar secretária eletrônica, ligar o computador e pegar e passar e-mails, fazer pequenos reparos domésticos do tipo: troca de fusível, consertos de interruptores, consertos de cano etc.

Um outro programa importante da Prefeitura de Santo André de apoio à economia solidária é o Programa Santo André mais igual. Foi um programa desenvolvido com recursos da comunidade Européia, chamado APD (Apoio a Populações desfavorecidas), que foi feito desenvolvido em Santo André e Rio de Janeiro. Inicialmente ele foi articulado com a C.E. para ser desenvolvido em apenas 4 bairros e a Prefeitura de Santo André resolveu estendê-lo para cidade inteira.

Este programa tem como objetivo principal urbanizar as favelas. Há em Santo André 137 núcleos residenciais de favela. Este programa opera, partindo da dimensão urbana, mas incorporando as questões econômicas e sociais para a população local. Portanto, ele procura num só movimento acabar com as favelas e incorporar sua população em programas que visam a geração de trabalho e renda, fomentando empreendimentos populares. Neste Projeto tem um componente educacional para o pequeno empreendimento popular, seja formal ou informal, que visa criar na população uma nova cultura comunitária, amparada em vínculos de solidariedade, respeito e cidadania. Este Projeto com Comunidade Européia buscava alavancar o empreendedorismo popular capacitando estes empreendedores a montarem seus planos de negócios, buscando a sustentabilidade. A idéia presente é sempre trabalhar com uma visão comunitária e solidária mostrando o valor da economia solidária.

A primeira experiência foi no núcleo Sacadura, que era uma favela, relativamente próxima ao centro e bem perto da Fundação Educacional Santo André, que é uma Universidade Municipal. Esta favela além dos problemas inerentes a todas as favelas estava também situado numa área de inundação. Este projeto foi iniciado na Sacadura em decorrência da pressão exercida pela Associação de moradores locais, que, através do Orçamento Participativo, conseguiram incluir o bairro na prioridade de urbanização de favelas. Segundo a Associação de Moradores, quando a Comunidade soube do Orçamento Participativo, organizou-se para atuar neste Fórum criado pela Prefeitura, mas que eles nem sabiam direito o que era. Eles só sabiam que ele seria o canal para conseguir a urbanização e acabar com o maior problema da Favela, as enchentes. Na primeira reunião do OP conseguiram levar mais de 400 pessoas e conseguiram, além do compromisso do Projeto de urbanização começar pela Sacadura, que seus membros passassem a fazer parte das comissões permanentes do OP.

A reivindicação fundamental era a de urbanizar a área, acabando com o risco da enchente e propiciando aos seus moradores a propriedade dos terrenos por eles ocupados, além disto reivindicavam a transformação dos barracos em casas de alvenaria. Para este projeto eram necessárias três ações imediatas: cadastrar as famílias e os respectivos barracos; projetar o traçado do novo bairro, substituindo as vielas por ruas e era necessário também aterrar a parte sujeita a enchentes. Em todo este processo a participação da Associação de Moradores foi fundamental.

A Associação participou tanto da realização do cadastro, quanto do projeto do bairro, reivindicando desde o padrão das casas, como o equipamento urbano que deveria ser ali alocado: escola, Centro Comunitário e o desenvolvimento de atividades que permitissem a geração de trabalho e renda como, ao mesmo tempo, permitindo que as atividades econômicas já exercidas pela população local tivessem possibilidades de prosperar junto com o bairro. Ou seja, neste bairro a população local já exercia uma série de atividades econômicas, tanto para o mercado situado fora da comunidade, quanto para o mercado da comunidade e estas atividades deveriam ser estimuladas, porque se não os moradores não teriam condições de permanecer no novo bairro, após a urbanização. Foi a partir disto é que juntamente com a urbanização foram iniciados os cursos de capacitação para o empreendedorismo de atividades populares.

Na concepção urbana do novo bairro era necessário dar conta de prover acomodação para as famílias, com um certo padrão de conforto, como, ao mesmo tempo, esta habitação deveria abrigar a atividade que servia de sustento para a família. Neste sentido, foram projetadas casas térreas,

casas sobrado, onde em baixo ficaria a atividade econômica familiar e também casas com 3 andares para poder acomodar toda a família, que em vários casos era bastante numerosa e fugia do módulo padrão, composto por marido, mulher e filhos.

Neste processo percebeu-se que a área urbanizada não comportaria todas as famílias em casas, uma parte da população deveria ser acomodada na mesma área, mas em prédios residenciais. Isto porque a substituição das vielas por ruas, a construção de praças, a construção do centro comunitário, assim como o aterro de uma parte da favela reduziria o espaço para casas. Toda intervenção urbana foi feita em conjunto: Prefeitura e Associação de moradores.

Uma grande mudança na área, além das ruas, praças, escola e creche, sistema de água, energia e coleta de lixo e esgoto e do Centro Comunitário, foi a construção de um Centro de Negócios.

O Centro de Negócios é uma área com um conjunto de lojas, que abrigam vários negócios da população local: armazéns, lojas de material de construção, quitanda etc. Foi alocado também uma agência do Banco do Brasil, que opera como uma agência bancária e com micro crédito, Foi alocado também uma Livraria, uma Pizzaria e a Central de Serviços de Autônomos. Também há um espaço para as demais cooperativas e associações existentes no bairro, como a cooperativa de costureiras.

Existem alguns estabelecimentos, no Centro de Negócios, que são atraídos para a área pela Prefeitura, atendendo as demandas locais, como a agência bancária, que permite à população local pagar contas e ter movimentação bancária, sem precisar ir até o Centro da cidade e gastar com condução, além disto, esta agência trabalha com micro-crédito para atender aos empreendedores locais. Para ocupação destes espaços: Banco, Livraria, Pizzaria, a Prefeitura fez um edital público e a partir deles fez a seleção, para os demais a escolha é entre os empreendedores locais, e quem tem maior participação é a Associação de Moradores, que seleciona os empreendimentos que irão ocupar os boxes em função de vários fatores: necessidade da família, a importância local do negócio, portanto há um envolvimento maior da comunidade nesta seleção.

Este programa tem a novidade de articular a necessidade de intervenção urbana com a questão da sobrevivência econômica e com a questão social local. Sendo um programa de economia solidária com um recorte próprio, definido localmente, pela Associação de moradores e pelas potencialidades locais existentes.

Uma outra grande novidade deste Projeto de intervenção urbana é que a propriedade do lote familiar é da mulher e não do homem do casal e esta foi uma reivindicação da Associação de Moradores.

“ Sabe, hoje os homens são muito machão e tem a mania de casá, juntá, abandona a mulher e fala assim, agora eu vou embora e vamos vender a casa que eu quero a minha parte. Ela vai e fala nós somos em duas partes, uma é a minha parte a outra é a dos filhos e você não tem nenhuma parte. Se quiser ir embora arruma a mala e vai embora. Mas se é a mulher quem vai embora ela perde o direito, mas isto é muito difícil de acontecer, o que mais acontece é homem arruma outra e sair e fica a mulher sozinha com um monte de filho pra cuidar sozinha.”³

Mesmo tendo este projeto uma grande participação popular, uma parte dos beneficiados vendeu seus lotes e casas. Depois que melhorou a área, deixou de ter enchente, houve uma valorização da área e alguns saíram.

³ Depoimento de Da. Dirce, uma das lideranças da Associação de Moradores do Bairro Sacadura em Santo André, em 31/03/2005

.A grande contribuição deste projeto de Santo André está em trazer a questão da necessidade de apoio à economia solidária para o centro de um conjunto de Projetos de intervenção urbana, que são sempre áreas vitais de atuação das Prefeituras. Ou seja, existe sempre, de um lado, uma pressão para que o Prefeito realize obras para a cidade, há, por outro lado, também a necessidade do governante marcar sua passagem pelo cargo com a realização de obras públicas. Nesta experiência de Santo André há uma conjugação de iniciativas, que além de intervir na direção da urbanização incidem também na geração de alternativas de trabalho e renda, auto-sustentáveis, para a população excluída pelo processo perverso de reestruturação produtiva e desemprego, que ocorreu no ABC. E esta é a direção do Projeto de Política Pública para Economia Solidária que está sendo desenhado pela Prefeitura.

Uma outra preocupação da Prefeitura está na concepção dos cursos dirigidos à capacitação dos empreendedores. A diferença básica entre o que a Prefeitura faz e o que o SEBRAE faz, na questão do incentivo ao empreendedorismo, é a questão popular e comunitária, que não é o enfoque do SEBRAE. O fundamental da capacitação está em empreender para a vida, com respeito ao ser humano, com ênfase na solidariedade, não admitindo o trabalho do menor, trabalhando a igualdade com as mulheres. A ênfase do trabalho é a coletividade, e para isto é necessária a construção de uma outra cultura, que saia do individualismo, tendo a população como sujeito. O desafio é mostrar que não se está sozinho, tem mais gente na mesma situação e é necessário a busca de alternativas coletivas e tudo isto é bem diferente do que o SEBRAE faz.

Uma outra questão importante em Santo André é quanto a realização de parcerias com entidades para o desenvolvimento dos projetos de apoio à economia solidária. Para a realização dos cursos para capacitação em empreendedorismo popular, solidário, a Prefeitura fez, o que é chamado de parceria, que é a contratação de uma ONG para dar estes cursos ou para acompanhar os Projetos, devido a necessidade de pessoal técnico capacitado, que a Prefeitura não dispõe. Esta é uma das questões que surgiu em vários Municípios, isto é, as Prefeituras por não ter seus próprios quadros em quantidade suficiente e com a capacitação necessária em economia solidária, contrata ONGs. Para estas atividades. O que a Prefeitura de Santo André começa a perceber, é que embora estas ONGs. tenham quadros, inclusive com formação universitária, estas não conseguem trabalhar o conjunto do Projeto, o conjunto da ação e se atêm apenas ao aspecto formativo e este, embora importante, não é o essencial para o campo da Economia Solidária. Ou seja, não basta para capacitar para a criação de uma cooperativa, ou uma associação ou até mesmo uma empresa familiar solidária, que as pessoas conheçam os princípios da economia solidária, do cooperativismo, e do empreendedorismo, tais como um plano de negócios, para que a atividade deslanche. É necessário um envolvimento maior com a comunidade, com o dia-dia das famílias, com os problemas domésticos das mulheres, que além da jornada de trabalho familiar, ainda têm que sair de casa e buscar meios para o sustento dos filhos etc. Além do envolvimento maior com estas questões, que são fundamentais para que as iniciativas andem, pé necessário trabalhar estas pessoas para serem sujeitos sociais e isto não tem ocorrido.

É exatamente por isto, que na avaliação da Prefeitura, a parceria com a Cooperativa de Psicólogos está sendo mais efetiva do que a parceria com ONGs. “especializadas” em economia solidária. Isto porque com entidades que nasceram de baixo para cima, isto é, de dentro do movimento, como a Cooperativa de Psicólogos, por exemplo, os valores solidários, os problemas enfrentados pela população e a necessidade de tornarem-se sujeitos sociais são mais fortemente percebidos e trabalhados, do que com especialistas.

Além disto, existe uma outra questão que, no caso de Santo André e no caso de outras Prefeituras, como São Carlos, por exemplo, começa a ser mais grave, que é a necessidade do contrato com as ONGs. ter de passar por licitação. Não é mais possível que o contrato com estas entidades de apoio seja feita sob dispensa de licitação, o que requer a elaboração de editais, segundo as normas legais da 8666/96. Mas, de outro lado, é necessário perceber que surgiu no Brasil, e especificamente em São Paulo, um grande número de entidades que atuam nesta área da

chamada economia solidária. Segundo a Prefeitura de Santo André, no caso de São Paulo a Prefeitura teve que fazer contrato com 16 entidades diferentes e teve que fazer licitação, dado a ausência de uma legislação geral para a economia solidária. Isto significa que já existe um mercado para o apoio à Economia Solidária, que permite às Prefeituras a escolha.

A Política Pública que está sendo desenhada em Santo André para a Economia Solidária, aponta para a necessidade de busca de um envolvimento maior dos atores sociais objetos das ações na concepção da política. Isto é, nas ações de apoio à Economia Solidária um conjunto de atores sociais são criados e surgem no processo, tais como: cooperativas; associações; empresas autogestionárias; pequenos empreendimentos familiares ou mesmo individuais; associações locais etc. que são objetos das ações e devem deixar de ser objeto para serem sujeitos da Política de apoio à Economia Solidária como um todo. Proposta: Como estes empreendimentos atuam na concepção desta política pública de apoio à economia solidária. O poder público deve passar a ter um papel de estimular os projetos e as ações demandadas e concebidas pelos sujeitos sociais e deixar de ser o autor e executor da Política. O que eles percebem é que desta forma, com a concepção da política sendo realizada pelos próprios sujeitos a política não sofrerá descontinuidade, caso mude a direção da Prefeitura, ou caso haja uma redução do poder na Câmara Municipal. Por outro lado, fazendo uma auto-crítica eles perceberam que alguns erros foram cometidos em alguns projetos e ações exatamente por falta de uma maior participação dos atores sociais. Portanto, a Política Geral de Apoio à Economia Solidária tem que ter por objetivo principal a mudança de eixo dos participantes da política, que devem deixar de ser apenas objeto, para tornarem-se sujeitos, participantes primordiais da concepção.

SÃO BERNARDO

A Prefeitura de São Bernardo, assim como as demais Prefeituras da Região do ABC, passa, a partir de 90, a ter que buscar alternativas de atuação para o combate ao desemprego. Porém, a dificuldade de colocação no mercado de trabalho é que direciona a atuação para a busca de alternativas de trabalho e renda, dado que não havia vagas no mercado de trabalho formal regional. Portanto, é a dificuldade de colocar gente no mercado de trabalho é que põe para a Prefeitura a necessidade de capacitação para novos empreendimentos e não para emprego.

“Nós éramos muito leigos quanto ao que era Economia Solidária”

A partir de 1998 a Prefeitura passa a orientar suas ações para o que eles chamam de Grupos Produtivos, que são uma forma de trabalhar alternativas de trabalho e renda com grupos de pessoas, que ainda não estão preparadas, ou ainda não têm número suficiente para criar uma cooperativa e não tem a consciência necessária para ser uma associação de produtores, ou de prestadores de serviços. Estes Grupos Produtivos são criados a partir das atividades de capacitação para o empreendedorismo, no sentido de preparação de pessoas para atividades de geração de trabalho e renda.

A primeira ação efetiva da Prefeitura no sentido da Economia Solidária será com a população que vivia da coleta no lixão da cidade. Como o lixão de São Bernardo seria desativado e seria substituído pelo aterro sanitário de Mauá, a Prefeitura resolve capacitar este pessoal do lixão para que eles próprios se profissionalizem na atividade, selecionando o material possível de ser comercializado, dando um tratamento a este material, no sentido de agregação de valor à seleção do material a ser reciclado. Ao mesmo tempo em que a Prefeitura tinha a necessidade de trabalhar com os desalojados do lixão, havia, em São Bernardo, um outro grande contingente de trabalhadores ambulantes que viviam da coleta de material reciclável na cidade: latinhas, metal, plástico e papel. A existência destes dois grupos leva a que a Prefeitura inicie um processo de capacitação com estes dois grupos e destes dois grupos saem duas Associações para cuidar da seleção e venda do material reciclável. Para a capacitação destes dois grupos, a Prefeitura vai buscar parcerias com a USP e CETESB para esta capacitação e para a busca de alternativas para estes trabalhadores após a capacitação e após o fechamento do lixão. Para isto a Prefeitura vai instituir um Programa de coleta seletiva. Este programa de coleta seletiva compreende 3 ações: 1)

instalação de vasilhames em distintos pontos da cidade, para que a população voluntariamente separe o seu lixo e deposite o material reciclável (papel, plástico, vidro e metal) nos locais receptores; 2) providenciar locais para a seleção, provido de prensa e balança para a recepção do material coletado e 3) Providenciar caminhões para a coleta dos vasilhames nestes 3 pontos.

Por conta da existência de dois grupos: os vindos do lixão e os catadores ambulantes, a Prefeitura fez dois pontos de seleção e recepção do material, cada um destes providos de prensa e balança e cada um destes grupos forma uma associação própria. A idéia é que estas associações convertam-se em cooperativas, o que ainda está longe de ocorrer, por falta de condições financeiras para fazer frente aos encargos que a forma cooperativa requer.

Nestas duas Associações de seleção de material reciclável implementou-se uma forma de organização do trabalho em moldes industriais, com divisão do trabalho, rodízio entre as atividades e a remuneração em horas trabalhadas, independentemente da atividade realizada. Com este trabalho estão conseguindo obter uma renda em torno de R\$350,00 por mês, mas estão passando por dificuldades. A dificuldade maior é a falta de material a ser reciclado e esta falta é decorrente de roubo de material dos pontos de coleta seletiva. Isto é, na medida em que na cidade há ainda um grande contingente de catadores autônomos, não pertencentes às Associações, muitos estão pegando o material nos pontos de coleta da Prefeitura, prejudicando as Associações. A forma de contornar o problema está na necessidade de realização de parcerias entre a Prefeitura e empresas locais para fornecimento exclusivo de seu material reciclável. A expectativa da Prefeitura é, através destas medidas, conseguir emancipar estas associações transformando-as em cooperativas, mas o que parece distante de ocorrer.

A Prefeitura antes de implantar os cursos em direção ao empreendedorismo popular verifica as demandas existentes e esta demanda chega à Prefeitura de duas formas: a primeira decorre da demanda por bolsas (renda mínima e renda cidadã) pela população carente; a segunda são demandas feitas diretamente por associações de moradores.

Nas demandas da população carente por bolsas a estratégia da Prefeitura é atrelar a cessão destas à realização dos cursos de capacitação. A escolha dos cursos a serem dados em cada comunidade é feita através do atendimento à demanda local, ou através da percepção de potencialidades locais, isto é, a existência de pessoas que já exercem determinadas atividades de forma autônoma.

Na direção do atendimento das demandas locais, a Prefeitura empreendeu a capacitação de mulheres para padaria (pães, bolachas, salgados, bolos, tortas, etc.). A Prefeitura em convênio com Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, conseguiu Kits e um curso de padeiro. Este curso foi dado em uma comunidade da periferia, que formou duas turmas. Estas turmas criaram duas Associações e estão produzindo e vendendo os produtos da padaria. O problema do mercado para estes produtos está sendo primordialmente resolvido pela Prefeitura, através de cessão de espaço para que elas vendam para os funcionários da própria Prefeitura. Desta forma, tanto no Paço Municipal, quanto complexo das Secretarias, há uma banca permanente de venda dos produtos da padaria e das hortas comunitárias.

As hortas comunitárias, produtoras de produtos naturais foi uma outra frente de alternativa de trabalho e renda criada pela Prefeitura. Próximos a algumas comunidades a Prefeitura alocou áreas e deu cursos para a população local passar a produzir produtos hortigranjeiros. Estes produtos são produzidos sem agrotóxicos e são comercializados também nos espaços cedidos da Prefeitura. Um destes grupos é composto fundamentalmente por mulheres e um outro é composto por homens aposentados. Neste momento, através de convênio com a SABESP a Prefeitura está conseguindo novas áreas e deverá criar mais hortas comunitárias em outros bairros da cidade, próximo a áreas de preservação e próximo de bairros com população carente.

Uma outra experiência interessante é a do impulso às atividades artesanais do município. Embora a marca registrada de São Bernardo do Campo seja o trabalho operário, dado que ela é conhecida como o berço do novo sindicalismo, há um grande número de artesãos locais, que

fazem um grande número de produtos (tapetes, colchas, bordados, trabalhos em madeira etc). A Prefeitura, em convênio com a SERT/SP (Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo), através da SUTACO (Superintendência do Trabalho Artesanal) realizou cursos de capacitação destes artesãos para alavancar suas produções no sentido de torná-las geradoras de renda.

Uma outra frente importante da Prefeitura está no incentivo a que os diferentes grupos produtivos participem dos encontros e dos fóruns de economia solidária. Segundo os gestores e os participantes dos grupos entrevistados, a participação nestes fóruns permite a troca de experiência e dá, aos participantes, um ânimo revigorado para apostar na economia solidária.

Novamente, em São Bernardo do Campo, verificou-se que um dos grandes entraves ao crescimento das propostas no sentido da Economia Solidária é a cultura da carteira assinada, no emprego em empresas industriais. Em São Bernardo, como em Mauá e Santo André, a população vê as alternativas na direção da economia solidária como bico, como apenas uma atividade transitória, até que surja a possibilidade de colocação em um emprego formal. Esta espera e a crença na possibilidade de obtenção de emprego formal ainda faz parte da cultura local, que duas décadas de desemprego não apagaram e este é um grande desafio a ser vencido no sentido da constituição de redes de economia solidária, que é uma das apostas locais.

SÃO CARLOS

O Município de São Carlos, , situado à 235 Km de São Paulo, no sentido Noroeste da Capital é nacionalmente conhecido como Pólo da alta tecnologia e como a cidade com maior número de PHDs por habitante. Embora numa ponta, estas características não sejam exageradas, na outra ponta, ela tem os problemas de todas as cidades de porte médio: renda concentrada, um grande contingente de trabalhadores desempregados e grande contingente da população com baixa escolaridade.

Em São Carlos as ações no sentido da economia solidária nasceram primeiro da interação da Universidade Federal de São Carlos, através da Pró-reitoria de Extensão, com a cidade, em 1998. Esta interação UFSCar/Cidade será responsável pelo surgimento de um Projeto que é a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFSCar. Esta incubadora nasceu do exemplo da COPPE/UFRJ e vai atuar no fomento de iniciativas autogestionárias nos bolsões de pobreza existentes em São Carlos, detectados através de uma pesquisa realizada pelo Dpto de Ciências Sociais. Esta pesquisa detectou que havia dois bairros onde havia um grande número de famílias com renda abaixo da linha de pobreza (menos de ½ salário mínimo ano), exercendo atividades informais e com muito baixa escolaridade. Um destes bairros foi escolhido para ação da Incoope/UFSCar e neste bairro são criadas duas cooperativas; Uma Cooperativa de Limpeza e uma Cooperativa de Costureiras. Estas duas iniciativas foram feitas a partir da iniciativa da UFSCar e sem nenhum apoio da Prefeitura local.

Nas eleições de 2000 é eleito o candidato do PT, que havia sido reitor da UFSCar e havia incentivado a criação de núcleos de extensão, que estreitasse laços de atuação da UFSCar com a Sociedade e destes núcleos saiu a Incoop/UFSCar. Portanto, o incentivo a iniciativas de apoio à economia solidária já fazia parte do seu Programa de Governo. Portanto, logo ao assumir é criada a Secretaria de Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, que tem como uma de suas missões, além do incentivo à ciência, à tecnologia e ao meio ambiente o incentivo de iniciativas para o desenvolvimento da economia solidária no município.

Inicialmente, esta secretaria vai apoiar as duas cooperativas já criadas pela Incoope/UFSCar: a de limpeza e a de costura e vai criar, com recursos próprios quatro outras: uma de mudas, para auxiliar nos projetos de recomposição da mata nativa no município, uma de coleta seletiva, com os catadores, que seriam retirados do lixão da cidade, que seria desativado e ainda uma outra na área de turismo urbano e rural e uma outra de produção de horta comunitária.

Estas iniciativas da Prefeitura, como nos demais municípios analisados, ainda atendem a um público relativamente restrito frente às carências municipais, mas caminham na direção de virem a

compor uma rede de economia solidária municipal, que será o pilar da política de economia solidária em gestação.

Em São Carlos, como nos demais municípios analisados, ainda não há uma política geral que oriente as ações e os projetos de apoio à economia solidária, porém, a partir desta vivência de 4 anos com a criação de 2 cooperativas novas, o apoio a duas outras já existentes e mais os cursos de capacitação para o empreendedorismo solidário efetuados, mais o Banco do Povo e os trabalhos dirigidos à juventude, que é um outro eixo da ação para a economia solidária, deram os elementos para a criação da Política Geral para Economia Solidária em São Carlos, que será o foco da atuação da Prefeitura nesta área, durante esta segunda gestão de mais quatro anos.

Os pilares desta política são no mesmo sentido do que foi observado em Santo André, onde o papel da Prefeitura, nesta política, deve ser a de dar suporte institucional e financeiro para iniciativas que nasçam a partir de demandas vindas da população. Estas demandas serão articuladas a partir do Orçamento Participativo. Um outro pilar desta política é a da constituição da rede de economia solidária, municipal, regional e nacional. Neste sentido, a atuação da Prefeitura deverá priorizar o intercâmbio das iniciativas locais de apoio à economia solidária, com as regionais e nacionais e este intercâmbio deverá priorizar duas questões: a troca de experiências e a busca de alternativas coletivas para o conjunto de projetos existentes no campo do que hoje se considera economia solidária.

Segundo o gestor local entrevistado, uma das descobertas mais interessantes da interação entre as experiências de São Carlos com a de outros locais, propiciadas pelos fóruns, é que a partir da participação nestes eventos há um maior empenho dos participantes. Isto tem feito a Prefeitura começar a pensar em que os cursos de capacitação para empreendedorismo solidário deveriam ser ministrados, fundamentalmente, por pessoas que já passaram pela experiência e vivem junto da população alvo e não deveriam ser ministrados por profissionais que não viveram por dentro a experiência. Isto significa dizer que os convênios com universidades e ONGs, embora sejam importantes para a solução técnica de problemas existentes, não têm sido eficazes no sentido da vivência necessária para o êxito social, político e econômico que devem proporcionar as ações em economia solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elaborar conclusões ao final de uma pesquisa de campo, que levantou um conjunto tão amplo de questões sobre as políticas implementadas em diferentes municípios em apoio à economia solidária pode soar de maneira meio presunçosa. Desta forma não se pretende aqui apresentar conclusões, mas apresentar um conjunto de questões que podem ajudar na elaboração de uma política nacional para economia solidária. Desta forma, apresentaremos estas questões em blocos que permitam a visualização da questão tratada e como ela poderá ser aproveitada na discussão da política de apoio à economia solidária.

POLÍTICA DE APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Na primeira fase desta pesquisa foi elaborado um questionário, que, dentre outros objetivos, tentava saber como estavam estruturadas as ações em economia solidária dos Municípios pertencentes à rede. Quando se tem ações estruturadas, estas obedecem a uma política geral de atuação e esta política abarca diferentes programas e a estes programas estão vinculados projetos e a cada projeto estão atreladas um conjunto de ações. Esta forma de ver deixa claro que ações pressupõem a existência de política e esta tem uma determinada concepção de realidade e esta, em geral, se destina à mudar a realidade existente.

Verificamos, através dos questionários, que em 77,7% dos municípios há ações em Economia Solidária, porém, em apenas 51% existe um Plano geral de Economia Solidária, porém não há respostas que indiquem a existência de uma política geral, há apenas a indicação de que em 5% dos Municípios estão estruturando esta Política e que em 33% não há Plano nem uma Política.

Com base nestes dados é possível dizer que na maioria dos Municípios componentes da amostra as ações de ES não são apenas resultados de iniciativas pontuais, individuais ou casuísticas, mas são o resultado de uma certa elaboração política dos governantes ou dos responsáveis pela área, porém estas ainda não estão contidas numa política de economia solidária. Acrescente-se a isto que em 11 Municípios (61,1%) existe mais de um programa e que em 77,8% dos municípios a atuação em Economia Solidária se dá a partir da articulação institucional de diferentes órgãos municipais.

Sobre a motivação em empreender ações em economia solidária a maior frequência obtida foi a sensibilidade do dirigente municipal, em segundo lugar foi o diagnóstico da realidade local, que apontou a necessidade de implementar tal política, ou ações, e em terceiro lugar a demanda de grupos potenciais organizados e a interlocução com ONGs. É interessante observar a baixa frequência do item relativo à interação com outros municípios.

Uma outra questão importante do questionário era a respeito de como participam os atores sociais da política para economia solidária? A maior frequência, foi de que há participação dos atores sociais na política e a maior forma de participação foi implementação e execução, seguido de concepção e formulação, praticamente empatado com o controle social. Esta resposta articulada com a questão anterior nos mostram que a política de apoio à economia solidária foi motivada pela sensibilidade do dirigente e que houve pequena atuação dos movimentos sociais para implementação de tais ações ou políticas. É exatamente por isto que a participação dos movimentos sociais nas ações em economia solidária se dá na implementação e execução e menos na concepção e formulação. Isto é, quando as ações em economia solidária são o resultado de demandas organizadas pela sociedade, intermediada ou não por associações e ONGs, a participação das entidades da sociedade civil se dá não apenas, ou majoritariamente na implementação e execução, mas, fundamentalmente, na concepção e formulação. Isto significa que a política de apoio à economia solidária ainda não conseguiu transformar o público da economia solidária em sujeitos sociais. Esta transformação é um processo, não se dá rapidamente e é resultado das características locais da população, porém, dependendo da forma com que as ações são conduzidas poderá alavancar esta transformação, que é, a nosso ver, o grande resultado da política em economia solidária.

Estas perguntas articuladas demonstram que a maior parte das ações e a própria política se dá de cima para baixo, isto é, da sensibilidade do dirigente e não de baixo para cima, da demanda da sociedade, através de seus canais de participação e representação. Esta hierarquia de concepção: do dirigente para a realidade, por outro lado, incorpora no processo os movimentos sociais, o que pode ser observado nas respostas que revelam uma grande participação dos movimentos sociais na execução e controle das ações.

Na medida em que as ações em economia solidária foram, majoritariamente, empreendidas a partir da sensibilidade do dirigente, isto explica porque o desenho da economia solidária nos municípios não está efetuado como pressupunhamos: Política do Município em Economia Solidária, Plano de ação em Economia Solidária; Programas; Projetos e Ações. Na realidade, a partir das respostas ao questionário o que existe são ações em economia solidária que, em alguns casos estão subordinadas a um programa ou plano e não há Política concebida, que dê suporte a estas ações. Percebe-se que há é sensibilidade para a necessidade de fundamentar-se, a partir destas ações, uma política geral. Isto é, como as ações em economia solidária resultaram da sensibilidade política do dirigente e como os dirigentes municipais são executores, com um mandato determinado e temporalmente rígido, o que importa ao dirigente são resultados, que possam ser visíveis em quatro anos, portanto, são necessárias ações, em primeiro lugar, e a formulação de uma política se dará no tempo, na medida em que estas ações se materializem em resultados; tanto resultados práticos e quantitativos, como em resultados políticos, tais como o engajamento de entidades da sociedade civil, a criação de entidades de participação e representação, a criação de associações e cooperativas, etc.

Ou seja, o que parece estar ocorrendo na maior parte dos municípios pesquisados, é que o tecido social, que dá suporte aos movimentos sociais, que podem e devem mobilizar-se para demandar políticas e ações em economia solidária, é frágil. Frente a esta fragilidade a decisão dos dirigentes municipais em adotar ações em economia solidária é fundamental em dois sentidos: de um lado, criando ações que permitam a consecução de trabalho e renda, educação, qualificação, cidadania, ética etc., de outro, organizando a sociedade para a participação nestas ações e a partir delas formulando políticas, programas, projetos e novas ações. O perigo desta forma de agir em economia solidária é que ela é dependente da opção política dos dirigentes. Desta forma, nos municípios em que são eleitos dirigentes que não se comprometem com a Economia solidária corre-se o risco destas ações desaparecerem, a não ser que o novo dirigente adote a postura do dirigente anterior, ou a não ser que a sociedade civil imponha, através da pressão, o comprometimento das atuais prefeituras com o andamento dos programas/projetos e ações e isto ocorre quando passam a operar como sujeitos sociais.

Embora em nenhum dos municípios pesquisados esta questão apareça resolvida, isto é, em todos a política ainda não está elaborada, mas está em processo de elaboração, o fato de não haver política elaborada não atrapalhou a realização de projetos e ações. Isto põe em discussão o seguinte: Será que para ter projetos e ações em economia solidária é necessário ter uma política geral? Ou será que a política geral de apoio à economia solidária não se dará como resultado de uma análise crítica destas ações pelos próprios sujeitos sociais, criados no processo?

O fato de não haver uma política de economia solidária estipulada na forma de uma lei promulgada pela Câmara Municipal, não significa a inexistência de uma política, enquanto conjunto de idéias e de ideais para o encaminhamento de problemas tão complexos, quanto os que estão implícitos e explícitos no campo da economia solidária, principalmente num país, como o Brasil, que nunca teve políticas públicas na direção de um estado de bem estar social. Na nossa avaliação já existe uma política em alguns dos municípios e esta só se tornou clara a partir da reflexão sobre as ações realizadas, como é o caso de Santo André.

Em Santo André a política já está definida enquanto eixo de atuação do poder público para apoio à economia solidária. O eixo geral desta política, em Santo André, propõe uma nova forma de atuação do poder municipal, que deve passar a ter um papel de estimulador de projetos e ações demandadas e concebidas pelos sujeitos sociais e para isto é necessário que ele deixe de ser o autor e executor de Projetos e Ações. Para isto, é necessário que haja envolvimento maior dos atores sociais, objetos das ações, na concepção da política, deixando de ser objeto das ações para se tornarem sujeitos sociais. Para que isto ocorra,

o investimento maior do poder público tem que ser no sentido da criação de fóruns democráticos de decisão e deliberação sobre a política pública. Só desta forma é que se passará a atuar na mudança da cultura política popular, de que as decisões sobre o que e onde atuar cabe ao poder público. Isto é, as ações de apoio à Economia Solidária são dirigidas a um determinado público alvo,; em geral a população mais carente, desempregada, excluída, porém, como decorrência destas ações, um conjunto de atores sociais são criados e surgem no processo, tais como: cooperativas; associações; empresas autogestionárias; pequenos empreendimentos familiares ou mesmo individuais; associações locais etc., que devem deixar a posição de objetos das ações para serem sujeitos da Política. A passagem de objeto para sujeito ocorre quando eles passam a atuar na concepção da política e não apenas no acompanhamento ou fiscalização. Quando a concepção da política é realizada pelos próprios sujeitos sociais, esta deixa de sofrer o problema de descontinuidade, decorrente da mudança de orientação política dos gestores municipais, provocada pelas eleições.

Parece-nos, que esta proposta advinda de Santo André deveria ser o pilar de sustentação de uma política geral de apoio à economia solidária. A economia solidária, enquanto um campo de luta política que visa, não apenas o trabalho e a renda, mas a cidadania, a solidariedade e a emancipação cidadã da população, não podem ficar apenas dependentes dos gestores municipais,

porque estes, mais cedo ou mais tarde, serão substituídos, dado o princípio da alternância política próprio da democracia. O que tem sido observado em vários municípios em que a alternância política encerrou uma linha de trabalho de vários anos. Neste sentido, o exemplo de Mauá é paradigma, onde bastou uma administração pró-tempore, para que um longo trabalho, iniciado no início da década de 90, fosse paralisado. Demonstrando que se os sujeitos sociais não se puseram em movimento enquanto sujeitos e suas demandas caíram na vala comum das inúmeras outras demandas e opções que os dirigentes municipais possuem.

A QUESTÃO DE GÊNERO

Observamos nos Municípios visitados que as mulheres ocupam papel de destaque nas ações de apoio à economia solidária. São elas que estão a frente da maior parte dos projetos e ações empreendidos nos diferentes municípios. São também as mulheres que estão a frente e nos quadros das cooperativas, associações e grupos que se criaram como resultado deste movimento em prol da economia solidária. Durante a pesquisa de campo pudemos entrevistar um conjunto de mulheres exercendo e participando das mais diferentes atividades surgidas deste movimento. Deste contato, tivemos depoimentos belíssimos e também muito emotivos, porque as mulheres falam direto do coração. Neste sentido, uma questão é por que são as mulheres que mais participam deste movimento em prol da economia solidária? Uma das respostas mais comumente dada pelas próprias mulheres a esta pergunta é porque os maridos ou estão procurando emprego, ou não mais existem, enquanto maridos, ou seja, existe um grande número de mulheres que se tornaram chefes de família. Neste sentido, inclusive, o IBGE, nas últimas PNADs e nos dois últimos censos, tem deixado claro o crescimento do número de mulheres que são chefes de família. E por que isto ocorre?

Na nossa avaliação, a partir dos depoimentos tomados em campo os homens ainda têm o ideal de conseguirem um emprego formal com carteira assinada. Este emprego desejado é que lhes permite manter o seu papel de homem provedor. Devido a duas décadas de desemprego e de encolhimento do mercado formal de trabalho o homem vem deixando de ter este papel de provedor. Frente a perda deste papel, o comportamento masculino tem sido ou de abandono da família, inclusive com a mudança de cidade de domicílio, ou de entrega ao álcool. De outro lado, as mulheres, que sempre tiveram ocupações subordinadas aos maridos, ou porque se dedicavam exclusivamente às atividades domésticas, ou porque, mesmo quando exerciam alguma atividade remunerada, esta era para complementar a renda familiar, mesmo quando esta renda era maior do que a dos homens, tornaram-se disponíveis para pensar num outro tipo de atividade econômica que propicie a manutenção da unidade familiar. Na medida em que as mulheres tinham ocupações subordinadas, elas não vêem as novas ocupações surgidas do movimento em prol da economia solidária, como ocupações subordinadas, mas a vêem enquanto uma nova possibilidade de garantir o sustento da casa e esta possibilidade é em conjunto com outras mulheres iguais a elas e sustentadas pelo princípio da solidariedade própria dos iguais. Em inúmeros depoimentos verificamos que os homens ainda têm o ideal do emprego com carteira assinada, numa grande empresa, que lhes garantam o status social de empregado, daí viam as alternativas na economia solidária apenas como bicos passageiros, até que este novo emprego chegasse. As mulheres, ao contrário, já não foram educadas nesta cultura e não têm como ideal o emprego formal, mas sim, em primeiro lugar, a necessidade de garantir o sustento e a unidade da família. Esta me parece uma resposta possível a esta indagação.

Além disto, as mulheres, mais do que os homens praticam ações solidárias nas periferias das cidades: participam de grupos de mães, interagem mais com outras mulheres da vizinhança, porque a sua reprodução depende deste laço; participam mais das associações de bairro, exercitam cotidianamente a solidariedade, expressa através de atos simples como o da xícara de alimentos emprestadas à vizinha necessitada; o tomar conta dos filhos da vizinha enquanto aquela garante o sustento da família num trabalho fora. Portanto, o ideário da solidariedade, pilar fundamental da economia solidária, sempre foi mais praticado, exercitado e vivido, pelas mulheres do que pelos

homens. Serão estes elementos concretos e imaginários que deixam as mulheres muito mais próximas dos Projetos e Ações de economia solidária, do que os homens.

Depoimento de uma mulher participante de uma padaria em São Bernardo:

“...Eu estava doente, estava mal, meu marido desempregado, as coisas começando a faltar em casa, eu cuidando das crianças, mas estava mal de saúde, uma dor nas costas, bronquite não sei, e aí a minha vizinha falou deste curso de padaria que ia ter aqui na Associação do Bairro. Eu resolvi fazer o curso, aproveitando o horário que os meus filhos estavam na escola e o meu marido prá rua, fazendo os bicos dele. Sabe que a minha vida mudou depois que eu fiz o curso, até as minhas dores sumiram. Eu acho que era depressão, porque até hoje os médicos não disseram o que eu tinha. Eu só sei que a minha vida mudou, estou aqui, estou muito contente estamos fazendo os nossos pães, nossos doces, estamos conseguindo tirar todo mês, fora as despesas, uns R\$300,00 cada uma. Aqui o trabalho é todo nosso, todo mundo faz tudo e eu cuido mais também da parte das contas aqui da nossa associação. A única coisa que eu não posso fazer é sair pra vender, por causa dos meus filhos e eu tenho que cuidar da casa também. Agora a nossa situação melhorou muito, meu marido arrumou emprego e estamos vivendo melhor...”

RELAÇÃO OU PARCERIAS COM ENTIDADES DE APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

De modo geral, em todos os municípios visitados está se discutindo o papel das entidades de apoio à economia solidária. Se a atuação destas entidades, tais como: ONGs, Universidades etc. foi importante na primeira fase de implantação das ações, devido a falta de recursos humanos das Prefeituras, pela dificuldade em contratar, etc., hoje, todas as Prefeituras estão repensando esta relação. Em vários lugares esta relação é chamada de parceria e se dá, geralmente, através de um contrato ou de um convênio destas entidades com a Prefeitura. O motivo principal apontado, mais claramente em Santo André e em São Carlos é que para fazer avançar o trabalho de apoio à economia solidária, não basta um curso mostrando o que é economia solidária; como se monta uma cooperativa, ou ensinando os princípios do cooperativismo, é necessário uma atuação mais por dentro do conjunto de problemas com os quais se defronta esta população. Não basta apenas ter contato com o público nas aulas, durante os cursos, é necessário uma vivência mais próxima, o que não se consegue com as ONGs, ou com as universidades. Em Santo André, estão avaliando que o trabalho melhorou com a parceria entre a Prefeitura e uma cooperativa de psicólogos, criada no movimento de economia solidária, do que com uma ONG contratada para isto. Em São Carlos por sua vez, estão avaliando que os encontros com cooperados de outras cooperativas é o melhor caminho para fazer o trabalho andar do que com as Universidades.

Desta forma, nos parece que uma tendência que começa a aparecer é no sentido de que a conscientização para empreendimentos solidários passe a ser feita pelos próprios sujeitos saídos do movimento e não mais por entidades contratadas para este fim. O papel destas entidades (ONGs e Universidade) começa a ser visto como detentores de saberes técnicos e até políticos que resolvam problemas enfrentados na realidade concreta destas novas entidades surgidas no movimento da economia solidária. Isto, na nossa avaliação, muda a relação entre o Movimento para economia solidária/Prefeituras com as ONGs e Universidades, onde estes deixem de ser os responsáveis pela concepção e execução da política e passem a ser assessores da política e a concepção e execução passem a ser atividades da pertinência dos movimentos, sujeitos sociais do processo.

O que é alegado é que as universidades e as ONGs se servem de profissionais para a realização das atividades e estes profissionais (técnicos, professores e estudantes) dedicam uma parte de seus tempos a esta atividade e não vivenciam concretamente os problemas enfrentados pelas comunidades. Nas universidades são os alunos de graduação e pós-graduação que executam estas atividades de mobilização das comunidades em prol da economia solidária. Estes alunos estão disponíveis para este trabalho apenas uma parte do tempo, devido a seus outros afazeres e por um tempo determinado, em geral um semestre letivo. Os contatos os laços de confiança que se estabeleceram entre estes alunos e as comunidades não se transferem quando estes alunos saem da comunidade e são substituídos por outros. Laços de solidariedade e confiança

não são transferidos, porque são construídos; são resultados de uma vivência, de cumplicidade. Portanto, quando o aluno, ou técnico é substituído, o trabalho tem que ser reiniciado, praticamente do zero.

Talvez, emirja daí a grande dificuldade enfrentada pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, criadas num grande número de universidades públicas e privadas, que é: Como se “desencuba”? Quando é o momento em que uma cooperativa criada e abrigada na estrutura da Incubadora está pronta para sair da Incubadora e ceder o espaço para uma outra nova cooperativa? Todas as incubadoras aprenderam a incubar e realizam esta atividade até que bem, haja visto a quantidade crescente de cooperativas e associações incubadas, porém, ninguém sabe desencubar.

Consideramos que talvez o papel das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares das universidades seja o de transferir e criar novos conhecimentos científicos e tecnológicos para que os empreendimentos solidários sejam de fato solidários e autogestionários.

Em vários empreendimentos, visitados durante a pesquisa de campo foi visto que todos regiam-se pelos princípios fundamentais do cooperativismo e da economia solidária: democracia, auto-gestão, ética e cidadania, porém, quando observávamos de fato o processo de produção e o processo de trabalho percebíamos que a democracia era exercitada apenas nas assembleias gerais, das associações e das cooperativas, a organização do processo de produção e do processo de trabalho reproduzia, em geral, o princípio presente em empreendimentos não solidários: a separação entre concepção e execução. Havia sempre um pequeno grupo que organizava o processo de produção e o processo de trabalho e um grande grupo que executava o que lhe cabia naquela forma de executar o trabalho. Mesmo em algumas cooperativas e associações em que se praticava a rotação de atividades, esta rotação era executada pela grande maioria sob a coordenação de um pequeno grupo. Estamos querendo demonstrar um campo novo de saberes e de conhecimentos que têm que ser produzidos para que os empreendimentos em economia solidária sejam realmente democráticos e auto-gestionários. A auto-gestão não se faz apenas por um compromisso ou por um artigo em um estatuto, ela tem que ser praticada na organização do trabalho, unindo, de fato, concepção e execução. É desta unidade (concepção/execução) que se construirá a transformação dos “atingidos” pelas ações em economia solidária em sujeitos sociais. Neste processo, as universidades têm muitíssimo a contribuir, muito mais do que incubando empreendimentos, que poderiam ser realizados por pessoas da própria comunidade, que conhecem os problemas vividos, que conhecem a história do local e que têm laços de confiança, cumplicidade e solidariedade com a população local.

Mudanças na Lei de Licitações

Uma outra questão que é sempre um problema para os gestores de economia solidária é sobre como realizar contratos e convênios visando o apoio à economia solidária sob a vigência da Lei de licitações 8666/96. Esta lei, embora tenha o objetivo de evitar compras superfaturadas pelas Prefeituras, impondo critérios de compra pelo menor preço, acaba impedindo a participações nestes certames de entidades novas e pequenas, como as próprias organizações solidárias. Isto tem provocado a impossibilidade das Prefeituras utilizarem produtos e serviços das entidades que elas contribuíram para criar, possibilitando um fluxo sinérgico entre Prefeituras e Movimentos Sociais nascidos e sujeitos do processo ao mesmo tempo.

Durante a pesquisa de campo foram relatados inúmeros casos de dificuldade das Prefeituras contratarem os empreendimentos solidários para suprir a demanda institucional local. Estas dificuldades são provocadas pela Lei 8666/96 e esta deveria sofrer modificações, no sentido de se adequar aos novos tipos de empreendimentos surgidos do Movimento em prol da Economia Solidária. Porém, há pouca movimentação para que estas mudanças na Lei sejam implementadas, visando aproveitar o que há de bom nela e adequando-a para possibilitar que os empreendimentos solidários beneficiem-se da demanda institucional pública.

2.2 RELATÓRIO 2: ESTUDO DE CASO DOS ESTADOS DA BAHIA E MUNICÍPIOS DE ARACAJÚ E RECIFE⁴

1) INTRODUÇÃO.

Nossa pesquisa sobre a avaliação das políticas de Economia Solidária no Brasil teve duas fases. Na primeira de natureza quantitativa, foram enviados 42 questionários à rede de gestores públicos nas diferentes regiões do país (ver detalhamento). Dezoito responderam e a partir dessa amostra foram realizadas entrevistas, inclusive com aqueles que responderam ao questionário, para nossa pesquisa qualitativa. Nesta segunda fase escolhemos regiões que representam uma diversidade cultural, política e econômica. A nossa pesquisa deve levar em consideração esses aspectos.

Essa pesquisa aqui apresentada foi desenvolvida a várias mãos e contemplou particularmente as cidades de Recife, Aracaju e Salvador. Trabalhando em dupla - Genauto e eu- tivemos a oportunidade de fixar olhares diferentes sobre o mesmo objeto de estudo. Esse relatório é então o resultado de uma das leituras possíveis, já que serão produzidos dois trabalhos diferentes sobre as mesmas cidades. Nós privilegiamos os pontos citados no sumário e tentamos entender principalmente:

- De que maneiras são estruturadas as políticas públicas;
- Como as políticas públicas são concebidas e implementadas;
- Como as políticas públicas são executadas;
- E qual a natureza das ações (por exemplo, emancipatórias ou compensatórias) e qual a característica do público privilegiado por essas ações.

Obviamente essas questões se colocam no quadro de uma concepção de Economia Solidária que merece ser explicitada já que o olhar do pesquisador é também construído a partir de seu lugar de fala e daquilo que ele privilegia neste lugar. Por sua vez a expressão “Economia Solidária” tem uma história nacional e internacional, reatualizada hoje num quadro da vida econômica e social no Brasil, porém, em um momento crucial que vive o mundo daqueles que sobrevivem do trabalho – retomando uma expressão de R. Antunes. Certos aspectos serão privilegiados para uma melhor compreensão da pesquisa, sem pretender a exaustão do tema.

2) PROBLEMÁTICA

Poderíamos explicitar de várias maneiras as razões do nosso interesse e engajamento no campo da Economia Solidária. Citaremos algumas delas:

O mundo do trabalho é atacado por todos os lados, objetiva e subjetivamente. Vemos no nível nacional a precariedade das condições de trabalho e renda, terceirizações, instabilidade, mobilidade social descendente e a volta dos aposentados ao trabalho (muitas vezes são mal remunerados, mas precisam de um emprego que garanta o sustento da casa, pois seus filhos em idade ativa estão desempregados.) O desemprego não pode ser compreendido na sua realidade se consideramos o número da média nacional. Aliás, essa reflexão vale para outros países também. Quando a taxa do desemprego é de 10% do ponto de vista nacional, sabemos que temos “ilhas” de

⁴ Relatório escrito por Christiane Girard Ferreira Nunes.

pobreza e que nestas o desemprego atinge 40%, ou mais da população, e é sobre os impactos desta realidade que devemos pensar.

Não somente as taxas de ingresso no setor informal crescem, mas este setor é visto como uma solução para a miséria e a possibilidade de neste obter uma renda. Não se pensa que é um setor também que tem crise e que se transforma. Vários membros de uma mesma família poderiam participar deste setor, há uma década atrás. Atualmente sabemos que mesmo neste setor o desemprego e a concorrência aumentam. Ainda atualmente sabemos que são principalmente as mulheres que trabalham o trabalho doméstico sendo ainda o que absorve mais a mão de obra feminina. É útil lembrar que 58% da população trabalha na informalidade e, portanto, sem proteção social. Se essas taxas crescem devido à crise do trabalho formal, no setor informal existe forte competição e mesmo se ele não é homogêneo ele tem uma configuração que os estudiosos conhecem. Sabemos, como por exemplo, que majoritariamente se ganha nele de 1 a 3 salários mínimos e que a maioria da população que participa deste setor é negra. E essa compreensão é importante para saber se a população da Economia Solidária é a mesma ou não. Se a população da economia solidária é majoritariamente de desempregados ou de excluídos, as socializações não são as mesmas e esses aspectos devem ser examinados. Socializações significam valores, estratégias, representações, que devem ser consideradas nas interações com parceiros e interlocutores, já que as ações na Economia Solidária se realizam numa de suas práticas essenciais que é a de trabalhar em parcerias.

Qual é a diferença entre um trabalhador integrado no setor informal, um trabalhador desempregado recentemente ou há muito tempo e um trabalhador que é excluído como, por exemplo, um jovem que às vezes já é pai de família (já que as gravidezes precoces são uma realidade no Brasil)? Todos são trabalhadores e a palavra não dá conta dessas realidades. Mas, essas realidades devem ser compreendidas para que se possa agir nas políticas públicas, e particularmente nas políticas de Economia Solidária. Essas diferenças se manifestam por socializações distintas. São comportamentos e maneiras de pensar que devem ser levadas em consideração para transformar os ditos trabalhadores em parceiros. Essa questão não é unicamente verdadeira ao que se refere aos trabalhadores, é verdade também para as instituições. As instituições, políticas, sociais, econômicas têm uma história, formas de agir devido a essa história e são implicadas neste momento histórico a partir de diferentes contingências. O que é pedido ao Estado ou as Universidades é diferente segundo o momento histórico. Assim compreender essas realidades é importante para refletir sobre os obstáculos e as potencialidades das parcerias. Sobretudo que o que faz a diferença na perspectiva que privilegiamos é a qualidade dos vínculos. Desta qualidade depende o sucesso das políticas já que o que é privilegiado é a integração social

Esse aspecto é para nós de fundamental importância e é por isso que consideramos três níveis de investigação. O primeiro, a crise do emprego, o segundo as diferentes socializações (valores, representações) de quem está envolvido neste processo e o terceiro ponto, quais são as especificidades da agenda dos gestores atualmente.

De maneira hegemônica, existe um ethos difundido para a população ativa atualmente: o trabalhador é seu próprio capital. Basta a ele ser racional e criativo para rentabilizar este capital.

Esses valores são produzidos nas empresas pós-fordistas. Para estas é necessário saber trabalhar em equipes, cooperar, ser criativos, modalidades que são discutidas pelos estudiosos da área e que já mostraram os limites destas imposições. Os modelos tayloristas e fordistas separaram concepção e execução e atualmente é difícil cooperar num meio de trabalho excessivamente competitivo. Como o mostram vários autores, a cooperação não pode ser exigida por coerção, ela é o resultado de vínculos de confiança.

É também fundamental observar como se realizam diversas formas de trabalho atualmente.

Se como o vemos, o mundo do trabalho é agredido pela ameaça constante do desemprego e que esse fato configura novas formas de gestão da mão de obra, responsabilizando os trabalhadores por sua competência, essa enorme competitividade e a exigência de cooperar, por

exemplo, produz nos trabalhadores o que os autores chamam de “subjetividade inautêntica” (Dejours). Há uma exigência de criatividade que supõe a autonomia do pensar num ambiente de maior vulnerabilidade de fato. Isto é, trata-se de socializações nas quais os trabalhadores recebem recados paradoxais, o que é extremamente prejudicial à integração social. As representações sobre o trabalho e seu papel foram sempre muito importantes para refletir sobre integração e sociedade democrática.

Mas esses valores, representações e socializações do trabalho não se transformam somente no setor formal. Como se trata de um relatório e não de um artigo científico, citaremos somente um exemplo para esclarecer nossa reflexão.

Uma dissertação foi defendida em goiana esse ano (Juliana Abrão, “Vendas diretas em Goiânia” 2005) e a partir da discussão na mesma, percebemos que as empresas tipo “vendas diretas” tais como Avon, Natura, Herbalife e outras, têm como revendedoras mulheres. Os valores pós-fordistas, como ser seu próprio empreendedor, são requeridos e da mesma forma que nas empresas formais, criatividade é sinônimo de racionalidade. Entretanto não é um trabalho que de fato permite uma renda de sobrevivência. Na realidade ele é uma atividade que mais parece dever complementar uma renda, que de fato na maior parte do tempo é inexistente. Isto é, o trabalho não é mais a ação, o meio, para permitir a autonomia e evitar relações de dependência. O fato de estar inserido num espaço social onde reina certo glamour periférico parece justificar a atividade. As mulheres se beneficiam de descontos para utilizar os produtos e de brindes quando elas vendem certo volume de produtos. As vendas se realizam nos grupos de relações da vendedora em círculos mais restritos (família e vizinhos). De fato, poucas conseguem obter uma renda que permite a autonomia, mas as empresas vendem a idéia que isso é possível e que algumas conseguem.

Essas poucas vendedoras que têm sucesso econômico são imagens de referência. Podemos ver destas formas de socializações no trabalho dois movimentos. O primeiro é que o trabalho é interação e não necessariamente integração na cidadania e na reprodução econômica, mas há uma integração na esfera de valores culturais construídos atualmente. No caso isso se dá pelo fato que há uma inserção no trabalho, mas este não é visto como podendo ser fundamental para a sobrevivência econômica para os trabalhadores apesar de as atividades gerarem muitos lucros para as empresas. Sabemos que a taxa de lucro destas empresas aumentou muitíssimo esses últimos anos. O outro movimento que caracteriza essa socialização, é que, é inculcado ao sujeito que ele é seu próprio empreendedor e sendo racional, inteligente e criativo ele (ela) pode, sim, ganhar muito. Isto é, o trabalho poderia ser o que o trabalhador quer que ele seja. Fantasiosamente existiria uma possibilidade de adquirir liberdade confundida com autonomia neste trabalho. Existiria supostamente uma autonomia possível frente a uma heteronomia do setor formal. Mas em qual lugar se constituiria essa autonomia?

Relatamos que esse trabalho não garante sobrevivência nem reprodução econômica. A sedução que circula é aquela de participar do sucesso de produtos valorizados na mídia. A empresa ganha assim consumidores de maneira exponenciais, ao mesmo tempo suas trabalhadoras e seus clientes. É toda uma concepção do trabalho que é difundida. O ethos atual não é mais fundado sobre uma integração pelo trabalho que permitia uma divisão da riqueza nacional e uma cidadania social. Antes as relações de trabalho eram violentas e conflituais. A formalização do assalariamento permitiu certa pacificação, mas hoje o trabalhador é responsabilizado por sua capacidade de lidar com seu capital, o trabalho.

O que é o trabalho, quais são as representações do mesmo, atividades e trabalho são sinônimos? Essas formas de trabalhar produzem representações e socializações sobre as quais devemos refletir se o objeto de nossa reflexão é integração numa perspectiva de sociedade democrática. É nesse quadro que a Economia Solidária é uma concepção de integração numa perspectiva democrática radicalmente diferente. Ela supõe, por exemplo, liberdade e autonomia.

É claro que se temos por incumbência avaliar as políticas da economia solidária nas diferentes municipalidades e regiões, devemos fazê-lo a partir de uma concepção do que é a Economia

Solidária reconhecida pelo movimento. O consenso ao redor dos sete pontos deve ser considerado. Entretanto devemos levar em consideração as dinâmicas de histórias regionais, concomitantemente diacrônicas e sincrônicas. As ações devem ser consideradas a partir da concepção da Economia Solidária, mas também a partir da realidade da região. Devemos questionar de onde partimos e onde queremos chegar.

Escrevemos no início do texto que uma das diferenças as quais nós nos agarramos é de privilegiar no nosso campo de reflexão da economia solidária não somente a luta contra a pobreza, mas a luta contra as desigualdades. Neste espírito, as políticas devem favorecer a autonomia dos trabalhadores, sua emancipação e a integração social. A questão principal é dar condições de acesso real a cidadania. Voltaremos a analisar estas questões.

Partimos de uma situação geral do mundo do trabalho que descrevemos brevemente e esperamos construir no campo da economia solidária, novas dinâmicas de socialização que permitam o exercício da cidadania e quiçá um novo mundo.

Percebemos a partir da análise do questionário algumas pistas que nós desejamos aprofundar. Para a maioria das regiões consideradas foram citadas várias ações, mas, não de fato planos de ações, tampouco eixos prioritários. Importava-nos perceber suas possíveis sinergias.

A maioria das políticas focaliza o trabalho, o emprego e a renda, mas, esses aspectos já eram objeto de políticas precedentes em outras regiões e sob outras cores políticas. Era necessário então ver o que essas políticas tinham de singular na maneira pela qual são concebidas e aplicadas.

Enfim, uma reflexão sobre o público focalizado e os diferentes parceiros é de primeira importância no sentido que uma das diferenças notáveis do campo da Economia Solidária é trabalhar em parceria numa concepção de laços horizontais mesmo se a iniciativa parte do Governo ou da sociedade civil organizada ou da população. A maneira de agir deve ser concebida na participação, se possível em todos os níveis, dos parceiros. Não se trata necessariamente de formas assembleístas em todos os níveis. Existem diversas formas de participar sobre as quais podemos refletir. Bem como formas de participações mais plenas não eliminam relações de poder.

Percebemos também uma baixa institucionalização das políticas. Estas não são necessariamente acompanhadas de projetos de lei que permitiriam ultrapassar problemas com os quais se defrontam os gestores públicos. Conduzir positivamente uma ação significa poder vê-la em seu conjunto, seus custos, seus riscos e como ultrapassá-los em função de suas potencialidades e também poder acompanhar seu desenvolvimento.

Os problemas na esfera jurídica são importantes e devem ser objeto de atenção pelos envolvidos. Esta é um dos recursos fundamentais para conduzir positivamente as possíveis ações. Isso porque nas regiões onde pessoas foram entrevistadas a questão jurídica não parece ocupar o espaço merecido.

Um outro nível de análise fundamental para poder avaliar as condições de sucesso das políticas e, sobretudo para poder pensá-las no decorrer do trabalho, é compreender como se dão os laços entre parceiros. Trata-se de refletir sobre a natureza dos vínculos entre os interlocutores.

Precisamos verificar níveis como esses que acabamos de citar e compreendê-los melhor no decorrer de nossa pesquisa qualitativa. Privilegiaremos então os três níveis seguintes: o primeiro eixo diz respeito ao nível de estruturação das políticas, o segundo compreende o modo de concepção e formulação de tais políticas, além da forma de participação social dos atores envolvidos, já o terceiro eixo diz respeito ao modo de execução destas políticas, nas quais busca-se identificar principalmente a natureza das ações e as características do seu público prioritário.

AS TRÊS CIDADES VISITADAS

Para Salvador, após ter produzido uma primeira leitura da entrevista e essa ter sido insuficiente para compreender e apreciar a realidade local, concordei após sugestão dos gestores públicos, Tereza Cristina Pamponet Dantas e Sidney Silva Suerdieck em deixar-lhes a palavra para relatar as ações da Secretaria. O texto que os gestores me enviaram era pautado na pesquisa do curso

Economia Solidária, Políticas Públicas e Desenvolvimento Solidário no âmbito do Departamento de Estudos e Divulgação (DED) da Secretária Nacional de Economia Solidária (Senaes) feito pelos gestores. Resolvi incluir a parte que correspondia aos programas desenvolvidos pela Secretaria (SECOMP) e as ponderações ou análises dos gestores quanto a essas ações.

ECONOMIA SOLIDARIA NA BAHIA: A palavra com os gestores:

Relatório das ações desenvolvidas pela Secretaria de Combate à Pobreza e as Desigualdades Sociais - SECOMP, na área de Economia Solidária.

- 1- PROGRAMA ONG FORTE
- 2- PROGRAMA RECICLAR PARA CRESCER
- 3- PROGRAMA FAMILIA PRODUTIVA
- 4- CONCEITOS PREDOMINANTES NA SISTEMATIZAÇÃO
- 5- OUTRAS AÇÕES DE ECONOMIA SOLIDARIA NA SECOMP
- 6- DESAFIOS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA
- 7- PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A SECRETARIA DE COMBATE A POBREZA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS-SECOMP - ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

A Lei nº 7.988 de 21 de dezembro de 2001 criou a Secretaria de Combate a Pobreza e as Desigualdades Sociais - SECOMP e Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCEP. A SECOMP tem a finalidade regimental, promover, coordenar, acompanhar e integrar as ações governamentais destinadas a reduzir a pobreza e a desigualdade social e suas respectivas causas e efeitos. A estrutura básica da Secretaria é composta por: Órgãos Colegiados, quais sejam: Conselho de Políticas de Inclusão Social e Câmara Técnica de Gestão de Programas; e os órgãos da Administração Direta.

O Conselho de Políticas de Inclusão Social é composta por representantes de algumas secretarias estaduais e por representantes da sociedade civil organizada, presidido pelo Governador do Estado. O Conselho têm a finalidade de formular políticas e diretrizes, avaliar os programas e ações governamentais voltados para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, bem como estabelecer a programação a ser financiada com recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCEP.

O FUNCEP foi instituído para vigorar até o ano de 2010 e é oriundo das receitas arrecadadas de 2% do ICMS incidentes sobre alguns produtos e serviços. Este fundo tem por objetivo viabilizar à população do Estado o acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos estão sendo aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço da renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

Outro órgão importante é a constituição da Câmara Técnica, presidida pelo Secretario de Combate à Pobreza e as Desigualdades Sociais, com a finalidade de compatibilizar e acompanhar a execução dos programas e ações vinculados a finalidade da Secretaria.

Na estrutura da Secretaria, coordenamos a área de ações sócio-produtivas, pertencente à Superintendência de Apoio à Inclusão Social. Pela Coordenação de Promoção de ações sócio-Produtivas, descreveremos abaixo as suas competências:

- articular instituições e propor medidas que direcionem projetos e atividades dos organismos públicos e não governamentais, voltados para a geração de programas produtivos destinados às comunidades mais pobres;
- realizar estudos, pesquisas e atividades de planejamento e acompanhamento, tendo em vista o diagnóstico da realidade social e ações relacionadas à geração de emprego e renda;
- acompanhar e promover a integração, em articulação com a sociedade, visando o desenvolvimento de atividades produtivas;

- propor orientações na implementação de programas sociais voltados para a geração de trabalho e renda das camadas mais pobres;
- promover em conjunto com órgãos governamentais e não governamentais: 1. o estabelecimento de parcerias necessárias a operacionalização de projetos produtivos visando a multiplicação de oportunidades de emprego; 2. o recrutamento, seleção e capacitação de pessoas carentes para o desempenho de atividades produtivas específicas; 3. a criação de condições de sustentabilidade dos projetos produtivos mediante o estímulo à criação de micro-empresas e cooperativas de produção e serviços.

Na SECOMP a implementação de programas e projetos sócio-produtivos sustentáveis que visem a geração de trabalho e renda em áreas de pobreza é uma decisão política importante no contexto das políticas públicas de combate a pobreza. Os projetos de geração de renda objetivam promover ações que possibilitem a inserção das pessoas no mercado de trabalho, o aumento da produção, a ampliação das atividades executadas por cooperativas comunitárias e solidárias e outros sistemas associativistas, abrindo frentes de novas formas de relações no trabalho, convergentes aos princípios da cooperação, autogestão, democracia, participação, dentre outros. Estes projetos são compatíveis com a vocação econômica local, regional, respeitando o meio ambiente, a idade laboral das pessoas e as potencialidades individuais dos segmentos beneficiados.

Aos beneficiários são, em sua grande maioria, famílias com renda per capita de até um meio salário mínimo, população em idade laboral a partir de 18 anos, mulher chefe de família de baixa renda, população em situação de rua, catadores de materiais recicláveis, agricultores e artesãos de baixa renda, associações e cooperativas comunitárias e pequenos produtores familiares organizados.

O propósito ao implementar projetos buscando a sustentabilidade econômica, social, política e ambiental, tendo a família como ponto de desenvolvimento e convergência de ações e, ao mesmo tempo, utilize suas potencialidades produtivas para geração de renda, e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida da sua família, repercutindo na dimensão local e territorial.

A execução destas ações exige a incorporação do quadro de referência dos Direitos Humanos, que permite um olhar holístico embasado nos princípios básicos de universalidade, equidade, indivisibilidade, inter-relação na realização, respeito e diversidade e não discriminação.

PROGRAMAS DA COORDENAÇÃO DE AÇÃO SOCIO - PRODUTIVAS

A Secretaria Estadual de Combate à Pobreza e as Desigualdades Sociais - SECOMP é uma dessas secretarias, que vem atuando com o desafio de envolver a sociedade civil, o mercado e o saber acadêmico, através das universidades, na formulação, discussão e execução de programas projetos sócio-produtivos, geradores de trabalho e renda, numa concepção de autogestão.

A partir de ações estruturantes, estão sendo implementados projetos de fortalecimento dos gestores das organizações da sociedade civil, em parcerias com as universidades federais e estaduais, proporcionando a melhoria da qualificação das organizações sociais autônomas, promotoras da cidadania, objetivando potencializar o tecido social.

Faz parte das diretrizes da SECOMP apoiar financeiramente projetos sustentáveis, com a população mais carente, elaborados e executados pelas organizações do terceiro setor, incluindo cooperativas e associações. Os recursos são repassados diretamente do Órgão governamental para a instituição proponente, através da celebração de convenio, onde os recursos são alocados de acordo com as metas previstas no plano de trabalho. Para tanto, o Estado se depara com o desafio da burocracia governamental e a lentidão na tomada de decisão. Do lado das organizações da sociedade civil, nos deparamos com a falta de legalizações de muitas dessas instituições, como também, a necessidade de melhorar a sua capacidade de gestão compartilhada. Muitas dessas instituições necessitam de entidade de apoio, que desenvolvam ações de fomento, capacitação, assessoria, incubação e assistência técnica.

Ressaltamos, ainda, a finalidade da SECOMP integrar órgãos governamentais e não governamentais, articulando ações convergentes, de forma participativa com os diversos grupos da sociedade civil nas implementações de políticas que contemplem o combate a pobreza e as desigualdades sociais.

No entanto, temos a certeza que o peso histórico de políticas de exploração e discriminação, vivenciadas num processo de paternalismo e clientelismo, precisa ser rompido. Para tanto, se faz necessário vencer alguns desafios..

Após a breve análise da relação do Estado com as políticas públicas e a sociedade civil organizada, relataremos os três Programas da Coordenação de Ações Sócio-Produtivas, que constituem as estratégias para o fomento e a implementação de políticas de geração de trabalho e renda, quais sejam: ONG Forte, Família Produtiva e Reciclar para Crescer.

Os programas citados têm como pilares: a metodologia participativa, a sustentabilidade, a articulação e parcerias entre Órgãos governamentais e não governamentais, a disseminação de redes sociais, culminando com os princípios da economia solidária.

SISTEMATIZAÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIO-PRODUTIVOS

PROGRAMA ONG FORTE

O PERFIL DA EXPERIÊNCIA

Nome do Programa: ONG FORTE

Início da implementação do Projeto, agosto 2002.

Escala territorial da experiência - Pólos territoriais

Salvador (Península de Itapagipe, Nordeste de Amaralina, Alto das Pombas, Costa dos Coqueiros (Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João), Ilhéus, Juazeiro, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Santo Antonio de Jesus, Barreiras, Teixeira de Freitas, Paulo Afonso.

Vale ressaltar que os territórios foram escolhidos a partir de alguns critérios:

- Presença da universidade no local;
- Presença de capital social em fase de estruturação;
- Convergência das ações em andamento pela SECOMP;

Unidades institucionais responsáveis do Projeto

Universidades: UFBA, UNEB, UESC, UESB, UEFS e Organizações da Sociedade Civil (ONGs, associações e cooperativas de produção e serviços)

Articulações institucionais e Agentes envolvidos na regulação da ação da política

É importante salientar que os arranjos institucionais existentes, através de parcerias entre o Governo (Secomp), Universidades e Organizações da Sociedade Civil, estão contribuindo para uma sustentabilidade do Projeto, a potencialização de recursos econômicos, de gestão e de conhecimento, e a participação social.

Situação normativa

Convênios firmados com as Universidades e as Organizações da Sociedade Civil

A CONCEPÇÃO E IDÉARIO

Fundamentação teórica e inovações

O Governo do Estado da Bahia, através da Secomp, está desenvolvendo o Programa ONG Forte, numa visão de política pública, tendo como desafio articular com as universidades federal e estadual e as Organizações da Sociedade Civil. A iniciativa do Programa surgiu a partir da realização de oficinas de trabalho que reuniram mais de 500 instituições sociais da capital e do interior do estado da Bahia. Entre as sugestões apresentadas pelas entidades uma estava sempre presente: profissionalização e atualização permanentes dos gestores.

A concretização do processo de fortalecimento das organizações da sociedade civil do estado da Bahia partiu de três ações:

- Estimulo à melhoria na qualidade da gestão social;

- Residência Social - envolvimento da comunidade universitária no acompanhamento das atividades de promoção social;
- Apoio a projetos sócio-produtivos que gerem trabalho e renda (Banco de Projetos)

Objetivos do Projeto

Geral

- Fortalecer a gestão das instituições sociais nas áreas de formulações de projetos, captação de recursos, com vistas a auto-gestão, elaboração e desenvolvimento de projetos produtivos solidários que assegurem condições de trabalho e renda para as famílias carentes atendidas por estas organizações.

Específicos

- Realizar a capacitação dos gestores e/ou dirigentes de instituições sociais, visando estimular a integração, a troca de experiências e estabelecer canais de comunicação entre a gestão social e a gestão pública;
- Realizar estudos, diagnósticos e proposições de ações no campo da gestão social;
- Apoiar financeiramente projetos sócio-produtivos que gerem trabalho e renda, através da potencialização das iniciativas produtivas de empreendimentos solidários;
- Estabelecer o monitoramento das atividades apoiado por um sistema de informação e por meio de plano de ação, de um grupo de organizações da sociedade civil;
- Envolver alunos em nível de graduação universitária no monitoramento das instituições sociais disseminando os conceitos de gestão social na universidade;
- Fomentar a Economia Solidária no Estado, como uma forma alternativa de cooperativismo;
- Estimular o desenvolvimento da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), uma vez que ela significa a capacidade das empresas de responder a desafios sociais;
- Integrar iniciativas de crédito solidário no âmbito do Estado;
- Fomentar as redes de mercado justo e solidário.
- Metas propostas - quantitativas e qualitativas
- Capacitar 620 gestores sociais e 140 residentes sociais (estudantes de graduação universitária);
- Possibilitar aos gestores das entidades sociais uma melhor intervenção, na realidade local e territorial, a partir da identificação das suas necessidades e possibilidades, otimizando recursos e maximizando resultados, através do desenvolvimento de habilidades na elaboração, execução e avaliação das ações sociais programadas, de acordo com os interesses da comunidade;
- Promover ações, na concepção da economia solidária, que possibilitem condições de enfrentamento das questões geradoras de exclusão social.

A PRÁTICA DESENVOLVIDA

Mecanismos de gestão

A base da ação educativa do Programa está centrada na metodologia participativa, pois devemos considerar o conjunto das conexões internas, as forças comuns e as forças contraditórias presentes nas relações comunitárias.

A entrevista semi-estruturada, os grupos focais e a observação direta funcionaram como instrumentos de coleta de informações. Foram realizadas entrevistas com os membros e representantes de comunidades nos territórios pré-estabelecidos como alvo do Programa ONG FORTE. Como parte dos procedimentos metodológicos, foram utilizados, também, técnicas grupais com os atores considerados mais relevantes.

Como instrumentos de controle social estão acontecendo em espaços públicos, através de fóruns e plenárias envolvendo todos os parceiros do Projeto. Nesses espaços são discutidas

questões de desenvolvimento local, ações de gerações de trabalho e renda, autogestão, dentre outros assuntos do cotidiano das comunidades envolvidas no Projeto.

O controle social é exercido também, através da aprovação e acompanhamento do Conselho Estadual de Inclusão Social, composto por representantes de Órgãos governamentais e da sociedade civil organizada.

Existe ao nível do governo, um controle sobre o Convênio firmado entre o Estado / Secomp, através do monitoramento e avaliação da implementação do Programa, de prestações de contas analisadas pela Secomp e pelo Tribunal de Contas do Estado.

Fases de implantações e desenvolvimento - Etapas / Atividades

O processo de capacitação para geração de projetos de apoio ao desenvolvimento social e produtivo, tendo como público-alvo gestores sociais de organizações da sociedade civil em território definidos geograficamente e residentes sociais.

Sua implementação é constituída em 03 etapas/ações fundamentais:

3.2.1 - Etapa 1 - Diagnóstico

Definição dos perfis dos gestores sociais e das organizações da sociedade civil dos territórios alvo do Programa

Atividades:

- Realizações de encontros com dirigentes de Órgãos públicos, empresas, gestores de organizações da sociedade civil e lideranças locais;
- Realização de grupos de discussão com gestores sociais de organizações da sociedade civil dos territórios selecionados;
- Realização de entrevistas com lideranças locais;
- Mapeamento das organizações da sociedade civil presente nos territórios;
- Coleta e análise dos dados secundários produzidos sobre os territórios;
- Seleção dos gestores sociais.

3.2.2 - Etapa 2 - Ensino

Capacitar gestores sociais de organizações da sociedade civil em técnicas de gestão social com ênfase no processo de reflexão, elaboração e gestão de projetos de desenvolvimento social e produtivo com base territorial e disseminando a lógica da economia solidária. Todas as atividades desta fase terão como referência os diagnósticos territoriais e organizacionais.

Atividades:

- Definição com o público alvo da metodologia e conteúdo programático dos fóruns, através de oficinas;
- Seleção de instrutores e facilitadores;
- Realização das aulas nos territórios definidos;
- Realização das atividades de intercâmbio entre os territórios;
- Realização de 04 fóruns anuais em cada território.

3.2.3 - Etapa 3 - Residência Social

A Residência Social consiste numa atividade prática de intervenção na realidade social das organizações e, por consequência, em seus projetos. Ao longo do período da implementação do Programa as ações serão definidas a partir da complexidade dos territórios e dos projetos advindos do processo de capacitação.

O objetivo da Residência Social consiste em apoiar os gestores sociais no processo de implementação de projetos de desenvolvimento social e produtivo com base no território definido.

Atividades:

- Definição do perfil e do processo seletivo dos residentes sociais;
- Recrutamento e alocação dos residentes;
- Realização de dinâmicas de integração entre os residentes e os gestores sociais;
- Acompanhamento de todo o processo do Programa

- Processo de capacitação com os gestores sociais;
- Realização de visitas de campo aos territórios.

AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A avaliação do Programa terá como objetos:

- Capacitação dos gestores e residentes sociais;
- Residência social;
- Fórum de desenvolvimento e gestão social;
- Rede de gestores sociais Bahia;
- Projetos sócio-produtivos.

Objetivo:

O processo de avaliação do Programa ONG Forte visa analisar as atividades planejadas e o seu desenvolvimento, buscando apontar possibilidades de melhoria para a realização de processos similares, bem como na replicabilidade das experiências e atividades empreendidas em outros contextos institucionais e territoriais.

Atividades:

- Aplicação, tabulação, análise e síntese de questionários preenchidos pelos alunos residentes e gestores sociais;
- Entrevista, análise e síntese com professores e facilitadores do processo de capacitação;
- Análise do relatório dos professores e facilitadores do processo de capacitação;
- Grupo de discussão com os residentes e gestores sociais, análise e síntese dos resultados;
- Análise dos Fóruns de Desenvolvimento e Gestão Social;
- Monitoramento e acompanhamento da implementação dos projetos sócio-produtivos;
- Elaboração de relatório final de avaliação.
- Resultados
- Podemos verificar alguns resultados com a implementação do Programa ONG Forte, quais sejam:
- Melhoria na gestão interna da ONG (processos e procedimentos, democratização das decisões, etc.);
- Contribuição na elaboração de projetos de geração de trabalho e renda;
- Fortalecimento da regularização da instituição social (formalização da instituição, conhecimento dos documentos necessários);
- Melhoria do atendimento de famílias carentes por parte das ONGs;
- Melhoria nas redes de articulação, com troca de informações, planejamento de ações em conjunto, aproximação com a comunidade;
- Apoio, neste ano, a 30 projetos sócio-produtivos elaborados e executados pelas ONGs, beneficiários do Programa;
- Melhoria dos instrumentos da gestão social da ONG, com a implementação de projetos sócio-produtivos apoiados pela SECOMP.
- A experiência enquanto aprendizado
- A experiência, resultante de esforços localizados do poder público e de organizações não governamentais e principalmente da mobilização das lideranças locais vem fortalecendo o capital social.

Espera-se que após este processo de ensino-aprendizagem que os gestores sociais estejam aptos a concluírem o plano de desenvolvimento de forma convergente e participativa, que saibam aplicar os conhecimentos e técnicas aprendidas e, com isso, possam lograr êxito em suas iniciativas de promover o desenvolvimento do território.

Os instrumentos participativos têm ajudado as disputas sobre poder entre os atores sociais envolvidos no Projeto (sociedade civil, governo e mercado), no sentido de torná-los mais transparentes e, dessa forma, contribuir para uma distribuição mais equitativa do poder.

A dimensão educativa também é importante na experiência, na medida em que é integrada ao processo de participação, contribuindo para a construção coletiva de saberes, através da função pedagógica como fonte de compreensão, reflexão e o estabelecimento das inter-relações da realidade local.

O processo participativo significou o ativo envolvimento dos gestores sociais na construção de um futuro desejado. Todos entenderam no processo de capacitação, que a participação não é neutra, nem é concebida. Ela deve ser conquistada, ampliada e preservada de forma consciente. Dessa forma, a idéia de futuro desejado foi construída tendo como base o conhecimento, idéias e experiência dos participantes do Programa.

Conflito de interesses

O conflito de interesses torna-se visível no processo da participação que vem acontecendo na experiência, por ser este complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado. Nesse processo, os papéis se redefinem pelo fortalecimento da sociedade civil, mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. Esse fortalecimento dá-se, por um lado, com a assunção de deveres e responsabilidades políticas específicas e, por outro, com a criação e exercício de direitos.

PROGRAMA RECICLAR PARA CRESCER

PROJETO: ECO-CIDADANIA

Nome do Projeto

Projeto Eco-Cidadania - Projeto de Coleta Seletiva e Organização de Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos

Início da implementação do Projeto

Março 2003 a dezembro 2004

Escala territorial da experiência

Região dos bairros de São Marcos, Pau da Lima - Salvador, envolvendo na sua área de atuação cerca de 200.000 pessoas.

Articulação institucional e Agentes envolvidos na regulação da política

É importante salientar que os arranjos institucionais existentes, através de parcerias entre organizações das três esferas (Governo, Mercado e Organizações da Sociedade Civil), estão contribuindo para uma sustentabilidade do Projeto, a potencialização de recursos econômicos, de gestão e de conhecimento, a participação social e ao incremento da produtividade dos insumos.

Situação normativa

Termo de Compromisso firmado em entre organizações governamentais (Secretarias estaduais e municipais), organizações não governamentais (Projeto Ação)

Convênio nº 016/2003 entre o Estado da Bahia, através da Secomp e o Pangea em 27/08/03, publicado no D. Oficial no dia 28/08/03.

A CONCEPÇÃO DO IDEÁRIO

Fundamentação teórica e inovações

O Governo do Estado da Bahia implantou o **Programa Reciclar para Crescer** numa visão de política pública, através da Secomp, tendo como desafio de articular com outras Secretarias Estaduais e Municipais, o setor privado e o terceiro setor.

Nesse sentido, o Programa está integrando ações estruturantes capazes de produzir significativos avanços no setor da reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, resultando na geração de trabalho e renda.

O Programa definiu como quatro linhas de ações, quais sejam:

- Geração de Trabalho e Renda
- Melhoria Habitacional

- Desenvolvimento Comunitário
- Preservação do Meio Ambiente

Na linha de ação de geração de trabalho e renda, o Programa previa geração de novas vagas de trabalho e de renda ao incentivar e apoiar o setor de reciclagem e reutilização de resíduos sólidos através da melhoria das condições de trabalho da população carente que sobrevive deste setor, da formação de cooperativas e da qualificação profissional. Neste contexto, o Projeto Eco-Cidadania propõe apoiar a organização da cooperativa de catadores de resíduos sólidos - Cooperativa de Agentes Ecológicos de Canabrava - CAEC, reforçando a sua capacidade de atuação no território. Estão sendo envolvidos na região do Parque Sócio-ambiental de Canabrava (antigo lixão de Salvador) cerca de 200.000 pessoas através do desenvolvimento de ações de coleta seletiva associada a atividades de sensibilização e envolvimento comunitário das associações de bairros locais. O Projeto é dividido em três etapas, quais sejam: diagnóstico, implementação do Projeto, acompanhamento e consolidação. Para a implementação do processo de produção foi constituído um **balcão de negócios**, capaz de trabalhar com o resíduo já em valor agregado e em escala; portanto, com maior capacidade de negociação na comercialização; como também, a instalação de uma unidade de triagem e reciclagem de resíduos sólidos. A gestão da cooperativa (Caec) é realizada pelos próprios cooperados, com apoio institucional do Pangea - entidade de apoio e fomento à economia solidária - , que prevê a incubação por um período de 02 anos. A Caec está pautada nos princípios da Economia Solidária, constituindo e afirmando valores e práticas autogestionárias, de participação democrática e de desenvolvimento de uma cultura de solidariedade.

Objetivos do Projeto

Geral

Contribuir para o programa de combate à pobreza na cidade de Salvador através de ações de geração de trabalho e renda nos princípios da economia solidária.

Específicos

- Realizar diagnóstico sobre a situação do resíduo nas regiões de São Marcos e Pau da Lima;
- Desenvolver programa de educação ambiental nos conjuntos habitacionais das regiões envolvidas, visando motivar os moradores a aderirem ao programa de coleta seletiva dos resíduos sólidos;
- Implementar ações de seleção e reciclagem de resíduos na área territorial do projeto;
- Gerar trabalho e renda para catadores de rua em bases associativas.
- Metas propostas - quantitativas e qualitativas
- Implantação de 01 (uma) galpão para triagem para a seleção e reciclagem de resíduos sólidos;
- Implantação de 01 (uma) cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos;
- Realização de campanhas de sensibilização/mobilização comunitária para 200.000 pessoas;
- Implantação de 10 Postos de Entrega Voluntária (PEV) para a coleta de resíduos;
- Iniciação profissional para 240 catadores nas áreas de: habilidade específica na triagem, seleção e comercialização de resíduos; na habilidade de gestão e cooperativismo; e psicologia social comunitária.
- Engajamento de 80 agentes de reciclagem (catadores) no mercado de trabalho, com rendimento médio de R\$ 350,00, após 01 (um) ano.

A PRÁTICA DESENVOLVIDA

Mecanismos de gestão

Como instrumentos de controle social estão acontecendo em espaços públicos, através de fóruns e plenárias envolvendo todos os parceiros do Projeto, os catadores e os representantes das associações dos bairros envolvidos. Nesses espaços são discutidas questões de desenvolvimento local, educação ambiental, ações de geração de trabalho e renda, autogestão, dentre outros assuntos do cotidiano das comunidades envolvidas no Projeto.

O controle social é exercido também, através da aprovação e acompanhamento do Conselho Estadual de Inclusão Social, composto por representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil organizada.

Existe ao nível do governo, um controle sobre o Convênio firmado entre o Estado / Secomp e o Pangea (instituição gestora), através do monitoramento e avaliação da implementação do Projeto, de prestações de contas analisadas pela Secomp e pelo Tribunal de Contas do Estado.

Fases de implantação e desenvolvimento - Etapas / Atividades

6.2.1 - Diagnóstico

Construir um conhecimento básico e sistematizado sobre os resíduos sólidos envolvendo as dimensões econômicas, sociais e ambientais do processo, que permita elaborar o Plano Operacional de Trabalho a partir dos elementos colhidos.

Atividades:

- Identificação da área piloto e constituição da equipe;
- Elaboração de questionários específicos para os seguintes públicos: moradores dos conjuntos habitacionais; representações sociais; síndicos e representantes dos conjuntos;
- Coleta de dados secundários e pesquisa de campo;
- Sistematização e cruzamento dos dados;
- Análise final e elaboração do Plano Operacional.

6.2.2 - Plano Operacional de Trabalho

O Plano Operacional foi constituído incorporando os resultados obtidos nas componentes, quais sejam: logística; comunidade; mercado, preços médios, comercialização, recursos necessários; expectativa de renda gerada. Fizeram parte do Plano Operacional os conteúdos de capacitação juntos aos catadores, a linha de educação ambiental juntos aos moradores dos conjuntos habitacionais.

6.2.3 - Operação da Cooperativa - Atividades:

- Infra-estrutura do Centro de Triagem;
- Legalização da Cooperativa junto às instâncias municipal, estadual e federal;
- Assistência Social Comunitária;
- Operação da coleta, triagem e comercialização dos resíduos sólidos.
- Armazenamento e compactação do resíduo;
- Capacitação dos cooperados com módulos de habilidades básicas, específicas e de gestão;
- Constituição de uma mesa de comercialização de resíduos capaz de trabalhar em escala e, portanto obter maior ganho na comercialização.

6.2.4 - Educação Ambiental e Seleção dos Resíduos nos Conjuntos Habitacionais

Organizar um processo integrado de coleta seletiva, gerando renda para associação de catadores e prêmios/brindes para a comunidade em geral, melhorando a qualidade sócio-ambiental das regiões de São Marcos e Paul da Lima.

Atividades:

- Sensibilizar cerca de 15 grupos e associações de bairro, esportivas, religiosas e culturais na região urbana de São Marcos/Pau da Lima, para multiplicar a iniciativa do projeto;
- Formar cerca de 40 agentes multiplicadores do programa de coleta seletiva;
- Produzir materiais de informação e divulgação, centrados na coleta seletiva e benefícios na adesão ao programa;
- Iniciar uma experiência de coleta seletiva e ampliar gradualmente para os demais conjuntos habitacionais da região.

7. Procedimentos metodológicos adotados

7.1 - Diagnóstico

O diagnóstico encontra-se baseado na metodologia de caráter qualitativo, utilizando as técnicas de Estimativa Rápida (ER), através de duas linhas principais: levantamento dos dados secundários; e levantamento de informações junto às representações sociais da região.

As entrevistas foram dirigidas a “informantes-chaves” da região. Trata-se de pessoas que pelo tempo de residência ou pela posição social que ocupam na área, possuem informações qualificadas sobre o objeto de pesquisa. Tais pessoas como: porteiros e síndicos dos conjuntos habitacionais, lideranças comunitárias, trabalhadores de coleta porta-a-porta, dentre outros.

7.2 - Etapas de formação da cooperativa, coleta seletiva e educação ambiental

Em todas as etapas de implementação de Projeto foi utilizada a metodologia participativa, através da articulação entre os diversos atores envolvidos (governo, setor privado e comunidade).

A proposta pedagógica teve um enfoque construtivista - interacionista, baseado na contribuição teórica de Piaget e Vygotsky, que considera o aluno como centro do seu próprio percurso em direção ao conhecimento; numa perspectiva de desenvolvimento cognitivo e emocional.

Foram realizados cursos, palestras, reuniões e outras atividades direcionadas para cada público específico (moradores, funcionários encarregados na limpeza dos prédios, catadores participantes da cooperativa), visando orientar no sentido da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos. Durante todo o processo foi considerado o papel do cidadão, como elemento fundamental na transformação da própria visão em relação ao lixo, o que levará a geração de trabalho e renda e a qualificação da mão de obra local.

Está sendo utilizado como meios de divulgação do projeto, os seguintes elementos de programação visual:

- Placas de sinalização, alertando a comunidade sobre a prática de coleta seletiva;
- Cartazes informativos com mensagens, convidando o cidadão a participar da seleção do resíduo na origem;
- Boletins internos periódicos contendo informações sobre redução, reutilização e reciclagem dos resíduos;
- Espetáculos teatrais e Cd musical da cooperativa (CAEC)

AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Resultados

Eficácia - Indicadores

Eficácia Social - cooperados da Caec (beneficiários de Projeto):

- os cooperados tiveram melhoria nas condições de segurança e higiene no trabalho e na família. Eles utilizam os equipamentos de segurança, incluindo uniformes, luvas, máscaras de proteção. O local de trabalho é limpo, possuindo uma cozinha comunitária para atender os cooperados.

Ressaltamos que os cooperados não passaram ou passam por algum tipo de inspeção ou orientação médica relacionadas com a atividade que exercem.

Educação - todos os cooperados participam de aulas de alfabetização e reforço escolar; como também de cursos nas áreas, quais sejam: de habilidades específicas com técnicas de triagem, coleta seletiva e comercialização; de psicologia social comunitária; e de gestão e cooperativismo.

Comportamento Social

- auto-estima: os cooperados sentem-se valorizados com as atividades que desempenham;
- mudança de valores: os cooperados demonstram alguma mudança em suas atitudes e princípios, tais como: valorização do trabalho coletivo e da família;
- atividades sociais: a cooperativa não tem proporcionado nenhum tipo de atividades culturais e recreativas.

Eficácia Espacial

- Interação com a comunidade local: foram realizadas reuniões com a comunidade local para apresentação da cooperativa Caec, seus objetivos e sua atuação.
- Atuação dos condomínios: a cooperativa tem mantido contato com os condomínios comerciais e residenciais para efetuar a coleta seletiva.

Eficácia Econômica

- Foi formada uma cooperativa de agentes de reciclagem de resíduos sólidos com 80 cooperados.
- Cada cooperado gera uma renda de cerca de R\$ 260,00 por de um turno de 06 horas de trabalho, com meta prevista de R\$350,00 em dezembro/2004.
- A cooperativa conseguiu o apoio financeiro da Petrobrás para a compra de um galpão.

Impactos

- Podemos verificar alguns impactos com a implementação do Projeto Eco-Cidadania, quais sejam:
- Melhoria na qualidade de vida dos catadores de resíduos sólidos em relação à renda, educação, segurança na atividade profissional, comportamento social.
- Interação com a comunidade local com a atividade de coleta seletiva; porém não é possível medir o resultado ambiental.
- A partir da formação da cooperativa, os agentes de reciclagem (catadores) passaram a trabalhar coletivamente, com proteção social e organização, sensibilizando e articulando outros catadores que trabalham de forma individual.
- Articulação com empresas privadas para a compra direta dos materiais recicláveis.
- Os cooperados da Caec vão mobilizando e articulando os catadores de Salvador e algumas cidades do interior em torno da organização dos catadores do Estado da Bahia e sua inserção na política de gestão integrada e participativa de resíduos sólidos com a promoção com outras cooperativas, órgãos governamentais e iniciativa privada;
- A CAEC, cooperativa formada a partir do Projeto Eco-Cidadania ganhou o prêmio CEMPRE (Compromisso Empresarial) na categoria Comunidade da Região Nordeste.

9. O Modelo Proposto X A Práxis Política

9.1 Participação e controle social sobre o processo de elaboração e implementação da política ou da experiência

A participação dos catadores de resíduos sólidos, da comunidade local e dos representantes da sociedade civil organizada, nos espaços públicos, tem sido um instrumento de controle social e político, na medida em que estes atores têm possibilidades de terem acesso as informações sobre as políticas públicas de Resíduos Sólidos, para discuti-las e proporem parâmetros para orientar a ação pública.

Na prática essa participação já está acontecendo com instalação de fóruns e plenárias em torno do assunto, como a realização **1º Encontro de Catadores de Materiais Reciclável do Estado da Bahia** com objetivos de: discutir propostas de políticas públicas para Salvador e para município de porte médio do Estado da Bahia; discutir o Projeto de Lei sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos; eleger a Comissão Estadual de Catadores de materiais Recicláveis da Bahia que vai representar junto ao Movimento Nacional dos Catadores.

9.2 A experiência enquanto aprendizado

A experiência, resultante de esforços localizados do poder público e de organizações não governamentais e principalmente da mobilização de catadores vem modificando a visão estigmatizada dos catadores baseada na associação do indivíduo ao lixo. Catadores vêm legitimando a atividade de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis como um ramo econômico de geração de trabalho e renda; ao mesmo tempo, em que desvelam o componente de preservação intrínseco à atividade.

A promoção da emancipação individual e coletiva dos catadores e de alguns grupos da comunidade local acontece trabalhando a metodologia participativa.

9.3 Capacidade de difusão da experiência

A difusão da experiência da Caec está acontecendo em diversos fóruns sobre o assunto na Bahia e em outros estados. Como exemplo temos a participação no Encontro de Catadores em Feira de Santana, no Fórum Baiano e Brasileiro de Economia Solidária, como também nos Encontros Regionais do Programa Reciclar para Crescer, coordenado pela Secomp.

9.4 Modelos comparativos com formatos administrativos e formas de participação similares

O Pangea com o apoio de incubação da Caec, buscou experiências similares no cenário baiano com iniciativas voltadas para a organização e reconhecimento da atividade de catação de resíduos sólidos. Dentre estas podemos citar a **Coopmarc** (Cooperativa de Materiais Recicláveis de Camaçari) que possui apoio da Prefeitura local e a **Coobafs** (Cooperativa de Badameiros de Feira de Santana) que tem a incubação da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana). No Brasil, temos como exemplo a Copmare - cooperativa de Belo Horizonte.

PROGRAMA FAMÍLIA PRODUTIVA

O PERFIL DA EXPERIÊNCIA

Nome do Projeto

Programa Família Produtiva: Apoio à economia familiar

Início da implementação do Projeto

Março 2003

Escala territorial da experiência

Inicialmente, a área de abrangência compreende 41 município de 06 regiões econômicas , selecionados de acordo com a convergência de órgãos governamentais e não governamentais, voltadas para o atendimento de pequenos empreendedores organizados coletivamente.

Parceiros do Programa

Parceiros Governamentais	Parceiros Não Governamentais
Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades sociais - SECOMP Secretaria de Cultura e Turismo - SCT Sec. de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária Secretaria de Fazenda - SEFAZ Secretaria de Infra-estrutura - SEINFRA Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Secretaria Extraordinária para Assuntos de Ciência , Tecnologia e Inovação - SCTI Secretaria de Administração - SAEB Secretaria de Planejamento - SEPLANTEC Secretaria de Trabalho e Ação Social - SETRAS Secretaria de Saúde - SESAB Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração - Empresa Baiana de Alimentos - EBAL Instituto de Artesanato Visconde de Mauá Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - Universidade Federal da Bahia - UFBA Universidade Estadual da Bahia - UNEB Companhia Desenvolvimento e Ação Regional -	Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS Agência Regionais de Comercialização -ARCOS Movimento de Organização Comunitária -MOC Central Única dos Trabalhadores - CUT Central de Associações do Litoral Norte- CEALNOR Fundação Luís Eduardo Magalhães - FLEM Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado da Bahia - FETAG/Ba Instituto de Desenvolvimento do Baixo Sul -IDES Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE/Projeto Semear Associação Pequenos Produtores de Valente - APAEB Associações e Cooperativas de produtores e produtoras familiares. Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas -SEBRAE

Situação normativa

Termo de Compromisso firmado em entre organizações governamentais, organizações não governamentais.

1.6 Objetivo

- Família Produtiva é um programa do Governo do Estado da Bahia, que visa fortalecer as unidades produtivas familiares nas áreas de:
- Agricultura orgânica;
- Produtos artesanais;
- Agroindústria familiar;
- Tradições culturais, através da arte.

1.7 Público Beneficiário

- Serão atendidas, através de ações diferenciadas, associações e cooperativas de produtores familiares organizados, classificados em três segmentos:
- Que já produzem em pequena escala para comercialização;
- Que produzem para subsistência;
- Assentados no processo de reforma agrária.

1.8 Estratégia de ação

- Sensibilização e Mobilização dos produtores(as) familiares e demais envolvidos;
- Identificação e Priorização das iniciativas produtivas;
- Integração de esforços entre: Produtores (as) familiares e suas representantes; Governo Federal, Estadual e Municipal; Terceiro Setor.
- Capacitação em tecnologias de produção, gestão e comercialização, nos princípios da economia solidária;
- Incentivos: Tributário/fiscal, crédito e em infra-estrutura;
- Agilização dos processos de legalização de empreendimentos e produtos;
- Apoio à comercialização compreendendo:
- Definição de estratégias de comercialização;
- Divulgação do Programa e sua logomarca;

- Apresentação dos produtos (Embalagem, rótulo, etc.);
- Acesso a canais de escoamento da produção.

9. Resultados Esperados

- Inserção das iniciativas associativas familiares no mercado de forma profissional, competitiva e solidária, com ênfase na sustentabilidade social, econômica e ambiental;
- Acesso a novas técnicas de produção, gestão e comercialização, contribuindo para a elevação do nível de renda de sua família, e para a geração de novos postos de trabalho e difusão das práticas de associativismo e cooperativismo;
- Valorização da cultura local agregada à produção familiar;
- Efetiva participação dos parceiros envolvidos, através da articulação institucional entre os mesmos;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas.

V - CONCEITOS PREDOMINANTES NA SISTEMATIZAÇÃO

Participação: Poder para tomar decisões, para alocar recursos, para iniciar ou encerrar atividades; seja no âmbito de um governo, de uma organização, de um projeto / programa público ou de um município. (Borse, 2001)

Estado: Locus de cristalização de relações sociais antagônicas, campo no qual as relações de classes se materializam institucionalmente, o centro da regulação. (Joachim Hirsch).

Esfera Pública: Espaço de discussão (livre), entre iguais com base na argumentação racional. (Habermas).

Sociedade Civil: Associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. (Habermas).

Conselho Gestor Política Pública: Instância deliberativa com competência legal para formular políticas e fiscalizar sua implementação, apontando no sentido da democratização da gestão. (Moreira, 1999).

Governança: Novos padrões de interação entre governo e sociedade, baseada em arranjos institucionais que coordenam e regula a relação entre o governo e os atores sociais em um sistema político democrático.

Economia Solidária: conjunto de atividades econômicas - de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito-, organizadas sob a forma de autogestão e pela participação democrática nas decisões dos membros da organização ou empreendimentos. (Senaes -2003).

Capital Social: Conjunto de recursos ou potenciais resultantes do fato de pertencer, há muito tempo e de modo mais ou menos institucionalizado, a redes de relações de conhecimentos e reconhecimentos mútuos. (Pierre Bourdieu).

Autogestão: pressupõe a participação de todos os envolvidos no empreendimento, a discutirem e realizarem todos os processos que envolvem a organização e produção do trabalho. O trabalho é coletivo, cooperado e solidário.

Desenvolvimento e Sustentabilidade: considera a integração ao ser humano com a natureza, o rural e o urbano, a diversidade do país; relação do indivíduo com a comunidade, o elemento cultural, o elemento ético, a sustentabilidade econômico-financeira, a afirmação do desenvolvimento de baixo para cima, respeitando o poder da comunidade e dos movimentos populares, tendo no Estado uma instância coordenadora e orquestradora.

Entidade de apoio e fomento à economia solidária: organização da sociedade civil que desenvolve ações de fomento, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e acompanhamento dos empreendimentos de economia solidária.

VI - OUTRAS AÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA SECOMP

A Economia Solidária é uma estratégia de combate à exclusão social que perpassa por todos os programas e projetos desta Secretaria, devendo ser uma política pública transversal e horizontal. Mais que isso, deve permear todas as ações públicas estatais e de seus parceiros não-estatais na construção de uma proposta que inclua todo o Governo do Estado da Bahia.

A SECOMP já vem se articulando com os diversos atores sociais que estudam, difundem e trabalham em organizações que promovem a prática da cooperação e da solidariedade no Estado da Bahia, em parceria na promoção de eventos, oficinas, fóruns estaduais, debates e grupos de trabalho desde o início da constituição da Secretaria.

AÇÕES IMPLEMENTADAS:

- Participação da SECOMP no Fórum Baiano e no Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
- Participação da SECOMP na Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.
- Articulação da Rede Baiana de Gestores Públicos de Economia Solidária. Encontro realizado na FLEM em 23 de março 2004. Agenda elaborada e formação de um grupo de trabalho para viabilizar as ações em Políticas Públicas e Economia Solidária.
- Articulação com a Secretaria Nacional de Economia Solidária.
- Elaboração de projetos: Mercado Solidário e Crédito Solidário;
- Proposta de convênio com a CEADE (Centro Ecumênico de Desenvolvimento) para financiamento, por microcrédito, de 36 projetos produtivos/ ano;
- Proposta de parceria com o CECOM (Centro Comunitário C. Andrade) para o projeto de regularização de empreendimentos econômicos solidários;
- Realização do mapeamento de empreendimentos econômicos solidários em parceria com a DRT e com a SEI/SEPLAN (Secretaria de Planejamento).
- Participação no Curso “Economia Solidária, Políticas Públicas e Desenvolvimento Solidário” - ENAP / Brasília.
- Palestras nos territórios do ONG FORTE (capital e interior) - Tema: A Importância das Redes na Implementação de ações de Economia Solidária.
- Oficinas nos territórios do ONG FORTE (capital e interior) para o início da metodologia de formação das redes solidárias;
- Instalação da Câmara Técnica com a temática de Economia Solidária, com os gestores governamentais que coordenam ações de geração de trabalho e renda;
- Participação no Grupo de Gestores de Políticas Públicas de Geração de Trabalho e Renda - DRT;
- Participação na comissão de trabalho e renda da Assembléia Legislativa, com objetivo de discutir o marco legal da economia solidária no Estado.

AÇÕES PROPOSTAS PARA 2005:

- Formação e consolidação da Rede Baiana de Gestores Públicos de Economia Solidária;
- Capacitação dos Residentes e Gestores Sociais no Programa ONG Forte em Desenvolvimento Local e Economia Solidária;
- Formação das redes sociais solidárias nos pênos territoriais do Programa ONG Forte;
- Apoio a projetos sócios produtivos de empreendimentos solidários;
- Apoio ao projeto de regularização e incubação de empreendimentos econômicos solidários;
- Apoio ao Fórum Baiano de Economia Solidária;
- Apoio a ações de fomento à economia Solidária;

- Apoio a cooperativas de catadores de materiais recicláveis - Programa Reciclar para Crescer;
- Viabilizar um espaço na EBAL (Empresa Baiana de Alimentos) para a comercialização dos produtos de economia solidária - Programa Família Produtiva;
- Fomentar com recursos financeiros o apoio à implementação de hortas orgânicas comunitárias;
- Apoiar, dentro do Programa ONG Forte o mapeamento da produção e consumo da economia solidária;
- Incentivar através de propagandas veiculadas na TV, jornais e rádios comunitárias o consumo solidário;
- Apoiar financeiramente um selo próprio para os produtos da economia solidária;
- Implementar os projetos: Mercado Solidário e Crédito Solidário.
- Articular parcerias governamentais, não governamentais e de organismos internacionais em torno do tema economia solidária.

VII - DESAFIOS PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária enfrenta desafios devido às contradições que emerge das relações entre os empreendimentos populares e solidários, concebidos como espaço de solidariedade, de construção de novas relações sociais de trabalho, de resgate do ser humano enquanto sujeito do processo produtivo, o que pressupõe a construção de um novo paradigma social, econômico, político e educacional, contrapondo a lógica do sistema capitalista, cuja dinâmica se pauta na “livre” concorrência do mercado, onde o capital está acima das pessoas e estas são consideradas apenas recursos submetidas ao jogo do poder competitivo e individualista.

A partir da consideração acima, destacaremos os maiores desafios para a implementação de programas e políticas de economia solidária no Brasil:

- A cultura da competição acirrada trazida pelo capitalismo exacerbado;
- Estabelecimento do marco legal para a economia solidária;
- Criação de fundos de investimentos para o desenvolvimento da política de crédito solidário;
- Certificação dos produtos e serviços solidários, envolvendo toda a parte metodológica;
- Articulação dos empreendimentos solidários através de redes;
- Potencialização da cadeia produtiva, através do desenvolvimento da prática do consumo solidário;
- Instituição de políticas de capacitação e formação em economia solidária para gestores públicos e gestores dos empreendimentos solidários;
- Construção de uma metodologia de ensino de economia solidária, disseminadas nas escolas e universidades;
- Mapeamento os empreendimentos solidários no Brasil, sendo disponibilizado através redes, na internet.

A partir desses grandes desafios a nível nacional, destacaremos agora, as dificuldades enfrentadas pelos gestores públicos baianos na disseminação da economia solidária e da implementação de programas e políticas de geração de trabalho e renda.

Apesar dos avanços na concepção dos programas de geração de trabalho e renda que vem emergindo a partir do novo paradigma econômico, buscando fomentar o apoio aos pequenos empreendimentos familiares e cooperativos, que estão sendo apoiados pela SECOMP, pudemos constatar que até então estes programas encontram-se fragmentados, dificultando a consolidação destes programas em políticas públicas.

Pudemos destacar ainda:

- O desconhecimento dos gestores públicos, principalmente os governantes municipais baianos, sobre a temática da economia solidária;
- Inexistência de um banco de dados capaz de compatibilizar as ações de geração de trabalho e renda desenvolvidas pelo Governo do Estado, através das suas diversas secretarias, apesar da existência de uma Câmara Técnica que aborda estas questões;
- Ausência de regularização de instituições sociais, cooperativas, associações ou grupos de produção, resultando na impossibilidade de firmar convênio com o governo;
- Burocracia governamental, com excesso de documentação, a lentidão e inconsistência na tomada de decisões;
- Dificuldades na gestão dos empreendimentos populares e solidários, desde a produção até a comercialização;
- Número reduzido, no estado, de entidades de apoio e fomento à economia solidária, que possam desenvolver ações de capacitação, assessoria, incubação e assistência técnica aos empreendimentos solidários;
- Políticas de exploração e discriminação, vivenciadas num processo histórico de paternalismo e clientelismo;
- Existência de muitas políticas compensatórias e assistencialistas;
- Não valorização do saber popular;
- Necessidade de ampliação da eficiência e eficácia dos espaços públicos e da gestão compartilhada;
- Segmentação da participação da sociedade civil organizada e da cultura democrática;
- Necessidade de maior qualificação técnica e política dos empreendedores solidários necessária à participação nos espaços públicos.

VIII - PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para que se desenvolvem experiências de Economia Solidária a atuação do Estado, no âmbito das três esferas governamentais (federal, estadual e municipal) é extremamente importante de modo a co-promover mudanças no sentido da democracia participativa, do investimento social, das mudanças da legislação, ou seja, constituição de um marco legal, assim como do próprio reconhecimento da Economia Solidária e suas diversas formas associativas de produção, de consumo, de fomento, etc. No entanto, o papel do Estado é de apoiar e fomentar tais ações, pois o protagonismo deve ser sempre os empreendedores populares e solidários, reais atores dessa nova economia.

Merece destaque a constituição do marco legal próprio para a economia solidária que confira às instituições de “microcrédito” o status de “bancos populares de desenvolvimento local”, que possam intermediar as pequenas poupanças locais, operar cartões de crédito, trabalhar com moedas locais, financiar, além das atividades produtivas, o pequeno consumo local, a melhoria de moradias, situações de emergência familiar. Além da atividade creditícia, tais instituições deveriam atuar, diretamente ou em parcerias com outras, em toda a complexidade que diz respeito à dignidade, resgate da cidadania, elevação da auto-estima, enfim, todas as ações que coloquem o homem no centro da economia.

O poder executivo, no âmbito federal, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária, e nos níveis das secretarias estaduais e municipais deve propor uma agenda para Economia Solidária via políticas transversais, visando a criação de instrumentos para seu desenvolvimento, assim como uma ação articulada e estratégica para adequação legal.

Como um todo, o Estado deve estabelecer uma relação vertical com os vários níveis de governo, realizando e articulando parcerias com os movimentos sociais e entidades da sociedade

civil. No entanto, a horizontalidade no âmbito do governo federal é requerida de modo a gerar instrumentos nos diversos órgãos, evitando sobreposição de ações e procurando minimizar desperdícios de recursos públicos.

Faz-se necessário um desenvolvimento descentralizador que dá espaço para Economia Solidária sob “um caráter público, não estatal, para além do Estado”. Essa é a proposta reforçada por Sérgio Kapron (2002), ex-diretor do Departamento de Economia Popular e Solidária do Governo do Rio Grande do Sul. Para ele, o Estado seria:

“... o indutor da constituição de serviços que permitam a capacitação, a qualificação, a informação, a formação, a educação dos trabalhadores e da sociedade, a pesquisa e a inovação. O Estado como promotor de infra-estrutura e de tecnologias para ganhos na escala de produção, e também como articulador dos agentes sociais, das universidades, da ONGs que, no nosso entendimento, são sujeitos que podem constituir uma dinâmica, um círculo, um conjunto de relações sociais e econômicas que promovam, de fato, um desenvolvimento desconcentrador e não centrado no capital, dando à economia solidária um caráter público, não estatal, para além do Estado”.

É importante, também, apoiar os centros de conhecimento em economia solidária no Brasil, como as universidades, através das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), no sentido fortalecer os empreendimentos solidários a melhor adequar-se profissional, administrativa e tecnologicamente. Nessa caminhada seriam criados novos indicadores sociais e econômicos para mapear e acompanhar a economia solidária.

Complementando, o Estado deveria concentra-se no fomento dos instrumentais conhecidos de desenvolvimento local atrelados à práticas educativas com às de Paulo Freire, metodologia da *práxis*, promoção de intercâmbio entre experiências de desenvolvimento local, práticas da escolas do movimento sem terra, etc. Ou seja, fomentar a articulação entre o conhecimento acadêmico e os saberes populares, através da facilitação das redes sociais e solidárias.

De fato, deve-se mudar a própria política macroeconômica e as prioridades orçamentárias do Estado. Deve-se inverter a lógica da própria economia como propõe o movimento da economia solidária, deixando essa à serviço da sociedade e não o contrário. Até porque a ciência econômica, desde sua origem, traz no passivo o enfoque reducionista e fragmentado das relações humanas.

Podemos destacar, que o Governo Lula tem dado passos importantes em relação ao espaço político da economia solidária. Para tanto, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária, porém ressaltamos que pela importância da temática, poderia estar mais estrategicamente localizada como num ministério próprio ou ainda inserido em um outro mais estratégico; isto porque a temática em questão não está apenas atrelada ao mundo do trabalho, mas especialmente a um outro modelo de desenvolvimento.

Para finalizar, podemos analisar que a mudança é gradual, pois requer uma mudança de paradigma, que perpassa pelas áreas econômicas, social, política, cultural e ambiental. Isto vem acontecendo nos diversos fóruns, como: os Fóruns Sociais Mundiais, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e os Fóruns Estaduais, Regionais e Municipais que têm fortalecido e evidenciado os movimentos da economia solidária. Mesmo assim, constatamos que o caminho é longo e desafiador, pois o processo da economia solidária passa, primeiramente, pelo ser humano, derrubando conceitos e visões individualistas e competitivas para dar lugar a uma cultura do coletivo, onde o respeito ao “outro” é condição a priori, no estabelecimento de relações interpessoais de cooperação e solidariedade.

A incursão no texto dos colegas termina nesta linha precedente. Gostaria de expressar que eu compartilho do que foi apresentado. Muitos dos temores e ressalvas que foram feitas são as que percebemos ao viajar e entrevistar os gestores. Há pontos muito positivos observados, políticas bem apropriadas e também fragilidades. Nestas sem dúvidas a fragmentação das políticas foi ressaltada, bem como, o desconhecimento de muitos dos gestores sobre o que é Economia Solidária. Acrescento que me parece ainda faltar um acompanhamento dessas políticas. Do ponto

de vista da concepção, as políticas são bem pensadas, mas precisamos conhecer os obstáculos encontrados na implantação e na avaliação das mesmas. Devemos poder diferenciar quais são os obstáculos estruturais e conjunturais. No que se refere à questão da inserção, devemos refletir ao que mencionamos no texto: é possível verificar se essa inserção nas políticas de Economia Solidária conduz a uma integração. Integração em termos de cidadania social, de possibilidade de desenvolvimento econômico e de identidade social, por exemplo. Sobre a questão da auto-gestão muitos aspectos deveriam ser investigados. Quando falamos em auto-gestão como princípio, devemos ainda verificar se a organização formal permite de fato lidar com os diferentes poderes internos nos empreendimentos que muitas vezes colocam em xeque as metas das organizações. Quando utilizamos autores (Habermas ou Bourdieu), seria interessante, colocar os seus conceitos na prova do real, observando as negociações e os conflitos no interior do campo. É importante ainda considerar que mesmo quando existem boas políticas de apoio à Economia Solidária em termos de formação, micro-créditos, ainda exige-se diálogos necessários para o desenvolvimento local em termos de parceiros econômicos. Como negociar com esses interlocutores? Neste sentido devemos refletir sobre “autonomia, emancipação e diálogo”.

Foi observado em Salvador, como, aliás, em outras regiões que aqueles que realmente assumem a idéia da economia solidária são pessoas com uma trajetória de militantes engajados no combate à pobreza já com uma concepção de desenvolvimento. Parece que em geral, são poucos, numericamente falando, mas fortemente motivados. São pessoas que tiveram contato com essa reflexão e se identificam com os princípios dela. Entretanto como pensar a institucionalização das práticas e, sobretudo a permanência dos programas? É evidente que a mobilização da população é fundamental, mas os valores da Economia Solidária precisam «encarnar» em vários territórios da sociedade. Instituições precisam internalizar os princípios da Economia Solidária se transformando no que poderíamos chamar de personalidade moral e tornando-se espaço possível de identificação e referência para o movimento. Isso supõe o diálogo, evitar a fragmentação sem negar a exigência de autonomia.

Ainda não podemos deixar de lembrar, mesmo se aparece no relatório, como algo de menor importância que a incompreensão das políticas de Economia Solidária numa mesma Secretaria leva a dificultar as ações. Foi relatado o quanto os funcionários estão requisitados por muitas outras tarefas da Secretaria e as referentes à economia solidária estão desprivilegiadas. Isto é, apesar de possuir orçamento e elos diversos com parceiros, ainda a questão da «solidariedade» no âmbito local e nacional é pouco compreendida e vista como secundária e as vezes até com condescendência, como se estas políticas não fossem políticas mas simplesmente ações.

Além destes fatos, cada região tem uma história que deve ser considerada. Entretanto nem um governo é monolítico. Mesmo se as políticas de economia solidária atravessam dificuldades, elas apontam uma institucionalização nas políticas que já existem. É o caso, por exemplo, da agricultura familiar, do artesanato e resíduos sólidos. Os funcionários tentam canalizar os recursos para os empreendimentos de economia solidária e não para trabalhadores isolados. Não que estes não estejam precisando, mas é necessário pensar o que gera dinâmicas coletivas de integração.

As parcerias se constituem na base de uma história de confiança entre as pessoas e de metas compartilhadas. Não se pode ignorar esses vínculos. As ações interrompidas e reconstruídas através de novas Secretarias significam dificuldades para reconstruir elos de confiança. Na economia solidária, não são políticas de assistência, anônimas. Elas são pensadas a partir do conhecimento de uma realidade de bairro que às vezes diferem de outras e é junto com a população que as soluções aos problemas são pensadas. A questão do mapeamento, por exemplo, é uma questão estratégica para a economia solidária. A oportunidade dos empreendimentos solidários, fazer eles mesmos o mapeamento do que existe no seu território regional de economia solidária é fundamental para a própria construção de identidade. Não poderia ser feito para uma Secretaria do Trabalho mesmo bem intencionada. É o tipo de trabalho que exige vínculos tecidos

dia após dia com o Fórum. Algo também que precisa ser ressaltado sempre, é que economia solidária não é assistência social. A maior parte do tempo há confusões sobre este aspecto, mas isso existe porque a questão não é suficientemente debatida entre os gestores e os parceiros. O problema parece se concentrar mais neste ponto que na questão orçamentária ou de competência. Tudo é confundido sobre o lema maior de «combate à pobreza» ou «redução de desigualdades». São lemes fundamentais que devem ser pensados junto com projeto de desenvolvimento.

Vimos que existem muitas ações, existem ainda poucas avaliações das mesmas e obviamente elas são muito necessárias. A sinergia das políticas é mais do que necessária. É um trabalho de concepção de desenvolvimento, de arranjos produtivos. Por enquanto 7000 famílias estão contempladas no programa Família Produtiva e espera-se para o ano que vem que o número aumente para 15000 famílias. Entretanto, ainda nesse exemplo, para a ampliação dessas metas o recurso não é o único fator fundamental, a flexibilização do marco legal, a compreensão de uma concepção da política de desenvolvimento exige que os papéis das famílias sejam repensados.

Como o relatamos, ainda temos poucas avaliações dos programas. O programa Uniforte é um programa extremamente interessante. Trata-se de construir redes entre os empreendimentos solidários e entre as associações e entidades. Qual foi a fragilidade e o potencial desta política? O potencial é evidente: estabelecer vínculos e parcerias, favorecer o comércio justo e o desenvolvimento local. A fragilidade foi que a iniciativa era sustentada a partir de convenio com a Universidade Federal. Quando acabou o convenio, os grupos ainda não eram suficientemente fortes para funcionar de maneira independente. Identificar os aspectos mais frágeis é importante. Construir redes ainda é algo que merece ser incentivado e privilegiado por vezes mais que outros aspectos. Mas isso não está sendo avaliado. Foram eleitos para essa política quatro territórios. O nosso entrevistado mencionou que a escolha destes territórios talvez tenha sido feita de maneira arbitrária. O que nos parece relevante no caso, é que a constituição de redes exige tempo e acompanhamento contínuo. A descontinuidade neste exemplo é algo que pode colocar em risco algo bem promissor. O tecido social não é um laboratório onde se podem experimentar quaisquer práticas. As regiões ou delimitações territoriais escolhidas têm que fazer sentido e as escolhas explicitadas. As descontinuidades geram na memória dos grupos algo extremamente desmotivador.

Privilegiar a construção de redes é fundamental. Já foi dito, entretanto que as vezes tivemos a impressão que as Secretarias estão presas a uma lógica de valorização dos números. É evidente que as agendas eleitorais exigem que as secretarias mostrem números significativos nas suas ações. Mas as mesmas precisam também trabalhar em redes e não devem estar presas a poder aparecer enquanto espaço político singular. Além do fato, e isso é ingrato, às vezes os resultados da Economia solidária demoram a aparecer. As políticas de economia solidária, como dizem os estudiosos exige um interesse desinteressado, exigem mais tempo e critérios diferentes de avaliação. No caso parece que cada Secretaria tem seu público. Se for feito um trabalho com artesanato entra-se em conflito com outra Secretaria que também tem ações nessa área. Um dos problemas mais grave é que a prioridade não é um desenvolvimento integrado como solicitação do Estado. Além disso, um funcionário que se dedica à Economia Solidária precisa estar participando junto aos movimentos sociais e associações e aos fóruns. Para as Secretarias essas atividades são vistas como não estar no trabalho, ou seja, isso deveria ser feito fora do trabalho não sendo considerado como atribuição do funcionário.

Um outro programa bem sucedido é o do RECICLAR. Esse programa se inspirou no que existia em São Paulo e Porte Alegre. O programa financia a estruturação de cooperativas de catadores. O foco é a geração de renda do catador e de sua família. As cooperativas já existiam, mas todas têm problemas de gestão. Foram concebidas incubadoras e o programa está tendo sucesso. As assessorias estabeleceram laços de confiança entre si e com os catadores. São parceiros conhecidos na região. Notamos o quanto a questão do lixo é uma questão emblemática, por serem os catadores uma parte da população mais carente e por ser o lixo algo que evidencia o

excesso de consumo. O lixo conecta a visibilidade das contradições do nosso desenvolvimento, e representa atualmente um foco particular de políticas ambientais, econômicas e sociais. Entretanto, e o caso de Salvador mostra bem esse aspecto, ele significa que devem existir políticas de fomento às incubadoras. É essa forma da política que parece garantir certo êxito às cooperativas.

A organização em redes sedimenta as interlocuções, abre possibilidades de parcerias e, sobretudo permite o surgimento do banco de projetos. O banco de projeto é uma linha forte da ONG que tem três linhas de ação: a formação, a capacitação, a elaboração de projetos de formação de redes e ainda um eixo de ação que é a residência social. Esse conceito de residência social foi pensado como analogia às outras formas de residência. Faltava muito a essa concepção. Uma das grandes dificuldades dos grupos é não saber fazer projetos. Em 2003 perto de 100 projetos foram apresentados e apenas 10 foram atendidos. Os outros noventa não tinham ou a documentação ou uma proposta viável econômica ou socialmente. Aqueles que analisavam os projetos não poderiam ajudar na elaboração. Depois dessa nova organização é possível aos grupos ter acesso a essa forma de incubação. Entretanto, ficou evidenciado que a simplificação burocrática para concorrer a verba de projetos deveria ser uma meta. A tramitação é muito longa e quando chegam os recursos, a realidade e as disponibilidades já mudaram. Saber dessa realidade exige mudanças na administração. A realidade das desigualdades acirradas exige uma democratização das instituições que lidam com elas e não exigiram uma adaptação das mesmas.

Ainda diríamos com tudo que ouvimos e lemos que é difícil afirmar que exista um eixo estruturador das políticas. Talvez essa observação se justifique ainda pela não evidência de uma sinergia entre as diferentes ações. Há recursos, capacitação, mas há dispersão das ações entre diferentes secretarias evidenciando a dificuldade que é de se trabalhar em prol da idéia soberana da administração pública do bem comum e não de contabilidade eleitoral quando de fato é a permanência de uma gestão que garantam as políticas. É uma das contradições que não dependem da boa vontade dos gestores. Existem excelentes concepções de políticas como o foi relatado. Mas, precisa-se de explicitações sobre combate a pobreza e opções de desenvolvimento, isto é, explicitar exatamente o que se espera das ações e o porquê, para permitir que se priorize sinergia.

Um exemplo interessante em Salvador que percebemos em outros lugares e que apresentamos é que não se utiliza a mão de obra disponível do movimento da Economia Solidária por meio dos Fóruns para diferentes capacitações. Os artesãos têm um saber fazer que pode ser apropriado e ensinado aos jovens. Preparar os mesmos a compartilhar os seus conhecimentos, a fomentar a diversidade seria realizar integração e dinamização no Movimento. Não adianta ter recursos da Secretaria do Trabalho que não sejam discutidos com os Fóruns. É a população organizada que é parceira e ela tem que ser parceira na concepção, implementação e acompanhamento. As secretarias têm de se conscientizar que existe uma economia plural e que seu estímulo é fundamental. Existem ações incentivadas por pessoas que têm raízes nos movimentos sociais como no caso de Salvador a «Associação Pai Eterno». Tem que contar com as forças sociais que existem para garantir a continuidade das ações e isso demanda flexibilidade política. Isso significa reconhecer o envolvimento e a ancoragem das pessoas e dos funcionários nos movimentos sociais para permitir a continuidade das ações e utilizar melhor diversas possibilidades do governo.

Um outro nível de demanda percebida é a necessidade do envolvimento dos parlamentares. Precisa-se deste apoio, pois ele é fundamental. Deve-se agir nesse sentido. Inclusive porque as vezes, as Secretarias não podem executar as ações. Elas fazem parcerias e existem empecilhos jurídicos para que se utilizem melhor os recursos humanos disponíveis no Estado. Quanto aos recursos financeiros, observa-se além do que já foi citado, que o volume de recursos não utilizado por prudência pode ser avaliado como prova de incompetência. Por exemplo: se ao implementar uma ação, a prudência recomenda uma avaliação de resultado para a continuação da política, essa atitude pode gerar um corte para a fase subsequente, mas, entretanto é um risco que se deve correr. A questão do tempo na agenda política tornou-se algo problemático. Parece existir uma lógica das dinâmicas institucionais que se autonomisa frente a uma realidade concreta. A argumentação sobre

os números atingidos mesmo que precariamente ou a agenda eleitoral, se sobrepõe a uma análise rigorosa dos resultados.

De fato o que se percebe é que frequentemente a máquina burocrática «engole» seus participantes. A Economia Solidária obriga a desvendar a forma de se fazer política onde a compreensão das realidades locais, regionais e das dinâmicas societais e interpessoais se fazem constantemente presentes. As pessoas estão no centro do debate. Não se trata de democracia abstrata.

ARACAJÚ

Em termos políticos, as três cidades e regiões consideradas neste relatório são interessantes. Salvador tem como maioria gestões conservadoras, mas com alguns gestores progressistas que refletem sobre a Economia Solidária. Aracajú tem uma gestão progressista, mas não tem uma reflexão sobre o tema. E Recife tem uma gestão progressista e uma reflexão acumulada sobre o tema da Economia Solidária. São configurações importantes para avaliações presentes e posteriores.

Quando de nossa visita a Aracajú nos foi dito que uma nova gestão a partir de 2001 marca sua presença inaugurando novas formas de implementar políticas. A gestão existia desde 1997, mas houve um recentramento ao redor da questão de emprego e renda. O Estado deixou de repassar os recursos do FAT e a Prefeitura assumiu praticamente todos os planos relacionados à Política de Qualificação Profissional.

Um dos esforços citado é da política de intermediação entre trabalhadores recém qualificados ou re-qualificados. Os empresários e talvez a Prefeitura vão mais longe nesse sentido. A opção deles é de qualificar a intermediação.

Uma outra ação que parece concentrar muitos esforços é a do crédito. O crédito é sempre precedido de uma capacitação e quando o recurso é recebido o beneficiário tem um acompanhamento do pessoal da Universidade envolvida enquanto parceira. Já foram concretizada mais de dez mil operações onde a grande maioria pede financiamento que vai de 50 reais a 300 reais. «É a turma do picolé, do côco». São financiamentos para micro empreendimentos. De fato esses empréstimos não são para cooperativas e empreendimentos solidários. Aliás, veremos que esse aspecto é fundamental. Todos estão precisando, tanto o trabalhador do informal quanto o microempresário, mas o espírito de fomentar e/ou apoiar a Economia Solidária reside na construção coletiva de uma economia plural. Financiar projetos individuais é uma ação fundamental, mas não cria vínculos sociais comunitários. Existe também apoios e incentivos à cooperativas. Um exemplo citado é aquele da cooperativa de pesca onde parceiros como a Fundação Banco do Brasil e a Petrobrás participaram da montagem da operação. Será uma produção de 10 toneladas de pesca processada por dia. Ainda sem em absoluto querer assumir o papel de advogado do diabo, não podemos deixar de refletir sobre o fato que as grandes cooperativas têm uma historia nacional e internacional onde elas conseguiram fazer pressões para obterem modalidades jurídicas e fiscais diferenciadas. Mas no caso as pequenas cooperativas e associações, que são a maioria no movimento de Economia Solidária, são as estratégias para chegar até elas e trabalhar junto com elas num projeto de novas formas de políticas sociais capazes de repensar a democracia (econômica, política e social) que nos parece dever ser o cerne das ações. Entretanto a iniciativa citada acoplada ao programa Fome Zero pode dar excelentes resultados. Somente sublinhamos que a questão dos números e do tamanho não necessariamente garante resultados na reconstrução do tecido social. Cada ação precisa de acompanhamento e avaliação em termos de critérios compartilhados e claros. Pode ser um excelente início se essas iniciativas favorecem o desenvolvimento local e a integração social. Os gestores citam, por exemplo, o quanto a política de crédito favorecem a auto-estima. A nosso ver esse aspecto é um elemento da maior importância. Escrevemos uns artigos ao redor desta questão em «reflexões sobre a diversidade do mundo do trabalho» (ACDI, 2005) onde discutimos o quanto a auto-estima

é uma questão também social e política. Por isso a política da nova gestão que pensa a integração, como por exemplo transformando os trabalhadores do setor informal em quase funcionários da prefeitura ao dar farda e delimitando espaço, legitima a sua atividade e conseqüentemente a sua identidade social, mas ainda temos que observar os impactos destas ações na vida comunitária e na vida dos sujeitos.

Um dos níveis que observamos e que nos parece ser um fator de sucesso é a boa integração que existe entre as diferentes Secretarias. É um esforço desta gestão pensar as ações em sinergia. A Secretaria de Assistência Social tem interlocuções com a Secretaria do Planejamento, da Educação e da Saúde. É um aspecto que merece ser destacado na medida onde observamos que nos lugares onde essas relações são tensas, há risco de fracasso das políticas.

Existem programas de grande envergadura em Aracaju. Citamos alguns, mas ainda devemos refletir sobre o Programa de Arrendamento Residencial que é um programa de habitação voltado para pessoas com uma faixa de renda entre dois e seis salários mínimos. Trata-se de uma parceria com a Caixa Econômica e já foram entregues 4.256 unidades. Até janeiro serão 6000 unidades. São 124 milhões de reais aplicados e mais de nove mil empregos gerados. Além das pessoas capacitadas poderem trabalhar, é feito um banco de emprego, uma possibilidade real de intermediação. Não há dúvida que são programas que geram empregos e rendas mas ainda não sabemos se essas ações podem gerar algo mais duradouro e menos conjuntural. Essas políticas precisam ser acompanhadas. Uma excelente iniciativa foi a parceria feita com o Dieese para acompanhar o comportamento do mercado de trabalho. Isso serve de orientação para as políticas de qualificação. Veremos que existia a mesma coisa em Recife e seria importante tecer comparações e estabelecer diálogos que por enquanto não existem.

Percebemos que existem políticas implantadas de geração de emprego e renda, desenvolvimento local e integração. A concepção de um projeto de desenvolvimento onde a opção é reconstruir o tecido social com eixo estruturador central não está ainda claramente delimitada. Em outras regiões, os elos com a sociedade organizada parecem mais estreitos. Não sabemos da força dos movimentos sociais em Aracaju e de suas características. Eles foram pouco citados. Mas de qualquer forma é deste entrosamento entre Estado, prefeitura, sociedade civil e parceiros que deveriam se conceber as políticas. A Economia Solidária não é um modismo (foi o termo usado numa entrevista) é a volta de uma reflexão e de possíveis soluções às contradições da democracia entre o econômico, o político e o social.

Novos elos estão surgindo entre o SEBRAE, a Unitrabalho, a Ico da Holanda e a Cooperativa dos Catadores (Care). O interessante seria acompanhar essas políticas para ver o que cada parceiro significa nas relações e os novos contornos assim delimitados. É a partir do Gabinete do Prefeito que essas relações vão ser coordenadas. As ações nas áreas urbanas, como por exemplo, Coroa do Meio (bairro onde tem palafitas) não visa só as melhorias físicas do espaço, mas prevê qualificação e montagem de unidades produtivas. Da mesma forma em Santa Maria (bairro pobre onde as taxas de violência são altas) foi pensado junto com a comunidade quatro unidades de produção, escolas onde se ensinam ofícios necessários à vida comunitária. Essa ação está começando.

Devemos de qualquer forma observar que poucos encontros com as populações foram mencionados. Da mesma forma acontece com a sociedade civil. Os encontros para discutir a Economia Solidária são vistos meio como perda de tempo. As ações realizadas são fundamentais e parecem ser feitas com muita dedicação. Entretanto ainda são de combate à pobreza. Parece não haver decisões concertadas sobre os rumos escolhidos com os diferentes parceiros. Um outro aspecto que não foi mencionado é a forma como essas políticas são acompanhadas e avaliadas. Resumindo, poderíamos dizer que não há ainda políticas de concepção de economia solidária no sentido que não há concertação na identificação das demandas e na implementação e no acompanhamento destas políticas. Conseqüentemente também não há eixo estruturador das políticas com esse enfoque. A sociedade civil organizada em associações está ainda pouco

presente. Entretanto as políticas de combate à pobreza podem produzir um empoderamento da população pobre que produzirá dinâmicas sociais mais sensíveis para a discussão da economia solidária. De qualquer forma esse aspecto deveria ser observado no acompanhamento das políticas implementadas já que existe uma secretaria dedicada as políticas de E. S. na nova agenda municipal e nacional.

Gostaria de compartilhar com os leitores minha posição de pesquisadora que foi contratada para fazer essa avaliação. A minha posição é de alguém que não sabe de antemão o que deveria ser. É de alguém que estuda o assunto e a partir do que vê, tenta compartilhar o que foi observado com o maior respeito possível. É a partir da realidade que podemos pensar se o que desejamos para realizar uma sociedade menos injusta é possível. O esforço é, assim, conhecer a realidade e pensarmos juntos.

Há um nível de reflexão que ainda não abordamos, mas que será uma pista para submeter à reflexão. Muitas vezes é relatado o quanto as pequenas cooperativas e associações têm fragilidades e carências. As experiências mostram que a Prefeitura e os gestores estabelecem elos com o Sebrae e Senai para angariar dinâmicas de sustentabilidade. Como foi relatado na experiência em Aracajú, se lamenta a dependência dos pequenos empreendimentos porque se pensa que no dia em que a gestão muda a ajuda dada poderia ser interrompida. Como por exemplo, no contrato que é feito junto às pequenas cooperativas que fornecem fardas e lençóis para os hospitais. De fato o que poderia se institucionalizar seriam contratos de obrigação da esfera pública para permitir a renda e integração dos que precisam mais. Seria um mercado protegido, e por que não? Porque se espera uma trajetória de independência, como se esses agentes tivessem de se comportar como qualquer empresa. Retomando o que foi importante na economia solidária, algumas empresas com forte caráter de integração social poderiam ter um mercado privilegiado. O que não nega a meta da excelência do produto fornecido. Isso, a meu ver, remete à uma discussão entre «dependência» e «autonomia» que poderia ser inaugurada. Se o Estado se obriga porque é sua função, restabelecer condições de igualdade, talvez a questão da dependência devesse ser colocada em outros termos. O Estado não favoreceria somente a forma mercado, o que acabou sendo, e que faz aumentar a miséria e a desigualdade, mas, interviria de forma diferente para a redistribuição da riqueza nacional. É uma política pública de trabalho, talvez mais fecunda do que a qualificação para uma empregabilidade aleatória. Isso não impede o fomento de uma economia plural.

Observamos o esforço da prefeitura de Aracajú em fomentar projetos integrados. Tanto de mutirão para habitação quanto para pensar em projetos com a mesma população na área de alimentação, como por exemplo, passar tecnologia de hidroponia para obter tomates secos. A nossa questão é que ainda na concepção, implementação e acompanhamento não parece existir um entrosamento com a população. E é nisso talvez que se garantiria a continuidade das ações. O trabalho é realizado a partir de uma equipe unida do lado dos gestores e se estabelecem contratos ou convênios com interlocutores para o bem da população. Isso é distante ainda das dinâmicas que permitem a Economia Solidária. Debater com outras concepções ou experiências parece também perda de tempo já que as tarefas são múltiplas e o tempo curto. O tempo da política é o tempo da ação e parece que não se autoriza a um tempo da reflexividade.

Quanto à trajetória dos gestores, são pessoas com longa experiência de gestão na área pública. No caso, no Banco do Nordeste. Pessoas competentes e envolvidas. A trajetória de sindicalista também se reencontra aqui. Talvez seja algo significativo que permita pensar certa diferença na forma de agir entre Recife e Aracajú. Veremos que em Recife a aproximação com os movimentos sociais é maior e em Aracajú as ações são mais dirigistas e centralizadas. As duas formas não significam necessariamente resultados bons ou piores e devem ser analisadas nas suas complexidades. No caso de Aracajú são pessoas comprometidas com a gestão de qualidade, mas existe menos integração entre a população local organizada do que nas regiões onde os gestores eram envolvidos em organizações da sociedade civil.

Excelentes interlocutores fazem parcerias com a prefeitura em programas de envergadura. Por exemplo, em Santa Maria, a comunidade já citada, de 35 000 pessoas, conhecida por existir lá muita exclusão e violência, têm ações em fase de realização, lá estão envolvidos um volume de recursos importante (60 milhões de reais) que está sendo discutido com a população para decidir quais serão as ações prioritárias. Já relatamos o quanto isso é fundamental.

Mostramos que vários projetos existem, entre outros, neste programa de Economia Solidária. O projeto Cooperar, Projeto Freguesia e o Projeto Trabalho Cidadão, por exemplo. São cooperativas que receberam apoio do SENAI, SEBRAE e Banco do Brasil. Ampliou-se o número de cooperantes. Criaram-se dinâmicas interessantes. Segundo nossos entrevistados, antes a cooperativa de confecção era muito dependente de contratos com a Prefeitura. Hoje eles recebem ajudas inclusive em termos de equipamentos, de capacitação para a gestão para depois poderem ter mais independência, mas de fato parecem ações pensadas mais pela prefeitura do que pela população organizada. É possível que não exista uma comunidade organizada e que o impulso seja dado pelos gestores. Entretanto parece que para que o projeto se sedimente, ele precisa ser compreendido, fazer sentido para a população e sobretudo que as condições para as pessoas trabalharem juntas numa perspectiva diferente daquela que eram acostumadas, sejam preenchidas. Talvez não há uma agenda pré-estabelecida, tal como : primeiro a organização comunitária depois a busca por condições possíveis em termos de recursos. Mas o que nos parece é que algo é necessário no sentido de elaborarmos juntos, projetos e diretivas com os interlocutores; é isso que está em jogo na perspectiva da Economia Solidária e que é indispensável. A cooperação não se obtém por persuasão, mas por convencimento. Ora a meta é criar vínculos sociais através de uma outra forma de trabalhar e não somente garantir a renda, mas também o empreendimento econômico e social inclusive para garantir a renda a médio e longo prazo. As outras ações parecem ser guiadas pelos mesmos princípios. Luta-se economicamente e socialmente contra a pobreza, mas o que é social deve ser pensado de forma diferente, por exemplo, refletir sobre o que favorece o comprometimento e a motivação. Além disso, observamos que não se procura pensar juntamente com outros gestores de outras regiões sobre a Economia Solidária, como se fosse uma perda de tempo compartilhar e avaliar as ações. Ora, todas Secretarias têm uma parte das ações centrada nesta perspectiva.

Tanto em Aracajú como em Recife, tivemos a possibilidade de conversar e entrevistar alguns membros de cooperativas ou associações. Em Aracajú nos reunimos com a Cooperativa de Pesca citada no relatório e a Cooperativa de Confeção.

Pode até não existir elos estreitos entre os movimentos sociais e a Prefeitura, ou até ter menos grupos organizados do que em outros lugares, mas os entrevistados tinham concepção e convicção sobre o que é o melhor ou o possível na comunidade. A questão do crédito é hoje algo bastante em pauta tanto do lado das comunidades quanto dos governos. No caso de Aracajú os cooperantes estão convictos que um banco da comunidade que engaje os membros entre eles seria a melhor solução. Achamos extremamente interessante a posição dos mesmos porque de fato é exatamente a opção da Economia Solidária. Não existem tantas possibilidades de criar dinâmicas sociais ou pelo menos esta é uma das mais privilegiadas para alargar e ampliar os elos até entre várias associações e diferentes setores de produção. Permite às pessoas entenderem o que pode ser o desenvolvimento local, o comércio justo, por exemplo. Algo também mencionado é que se vá nesta direção e que as dificuldades estão na esfera da mobilização das pessoas. O que podemos pensar é que as condições de socialização para novas práticas devem ser refletidas. Elas não se improvisam. É evidente que as pessoas têm o costume de trabalhar cada um para si e é importante refletir a passagem da forma associação para a de cooperativa. E ainda poderíamos acrescentar a importância de se refletir sobre a relação entre associação, cooperativa, comunidade e sociedade. A população sublinhou, por exemplo, numa comunidade perto de Aracajú quando a especulação imobiliária ocupou o espaço dos pescadores, que os seus filhos tornaram-se porteiros, o que evidencia uma ruptura comunitária, e o número de pessoas que puderam ser empregados foi muito reduzido. Isso também

acontece na construção civil na qual a absorção da mão de obra é conjuntural. Assegurar o setor da pesca para a integração da população e a viabilidade econômica com mais autonomia teria sido talvez uma melhor opção.

Da mesma forma, foi relatado por uma cooperante o quanto é importante emprestar um local e fornecer o maquinário, mas os membros não podem fazer milagres. Se não têm capital de giro não há como trabalhar. Essa exigência de rápida independência que mostraria a viabilidade dos empreendimentos é algo que não existe em lugar nenhum. As grandes ou pequenas empresas recebem subsídios. Nos micro empreendimentos se espera autonomia para avaliar se são saudáveis economicamente. O tema mereceria uma reflexão. O investimento do Estado e de diferentes parceiros que se juntam as associações e cooperativas numa economia plural deve ser legitimado e debatido.

Um terceiro passo desta pesquisa poderia ser acompanhada de ações, junto com os interlocutores e a população, para investigar até qual ponto uma economia plural é capaz de se realizar no contexto atual e quais são os elementos que permitem ou dificultam as suas ações.

Lembramos que essa segunda tentativa de apreensão da natureza das políticas públicas de economia solidária no Brasil se estrutura a partir de três eixos fundamentais que buscam caracterizar tais políticas. Sendo assim, os três níveis que devemos considerar na pesquisa qualitativa são:

1. O primeiro diz respeito ao seu nível de estruturação;
2. O segundo compreende o modo de concepção e formulação de tais políticas, além da forma de participação social dos atores nelas;
3. E finalmente, o terceiro eixo diz respeito ao modo de execução destas políticas, onde se busca identificar principalmente a natureza das ações e as características do seu público prioritário.

SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS A NÍVEL MUNICIPAL

O que percebemos a partir de nossa pesquisa de campo nos Municípios de Aracaju, Recife e Salvador, sobre o primeiro nível a ser estudado, que é o de refletir sobre o modo de estruturação das políticas?

Relatamos ainda que brevemente o que percebemos em Salvador e Aracaju.

Em Recife contamos com o apoio de Alzira Medeiros, que ocupava o cargo principal no que se refere à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para a intermediação de nossos contatos. Nas entrevistas realizadas, os presentes relataram os acontecimentos que culminaram com as mudanças de nome dos responsáveis da Secretaria na ocasião da reeleição do Prefeito de Recife. A nova Secretaria tem uma outra concepção em relação à precedente, incluindo novas atribuições que até o momento eram tarefas/metastas de outras esferas do Governo Municipal, tais como, conjugar as suas ações com as de desenvolvimento tecnológico.

A partir das entrevistas verificamos que existia um tipo de organização na primeira gestão, na qual percebemos elos bastante estreitos da Secretaria com movimentos sociais de diversas origens. Os mesmos têm raízes na história social e política da cidade. Recife possui uma tradição de lutas para melhorar as condições sociais dos menos favorecidos. Essa tradição se refere tanto às lutas urbanas para incluir as favelas num processo de habitação popular decente quanto para pensar as condições de saúde e de educação daquele lugar. Instituições, Fundações e Ong's fortemente ancoradas na cultura da região se dedicam a pensar formas de integrações reais da população. São elas: o Instituto Josué de Castro, o Grupo Feminista SOS Corpo e a Casa da mulher do Nordeste. Tais grupos são exemplo de institucionalização desta tradição no sentido de sedimentar a luta popular numa perspectiva de equidade e direitos humanos. Sabemos que existem muitos outros grupos, mas, os citados acima foram os interlocutores privilegiados da primeira gestão.

As associações de bairros e de moradores também sempre foram em Recife muito combativas. Podemos lembrar, a título de exemplo, das lutas da favela "Brasília Teimosa" que depois de 20

anos adquiriu o nome de “Brasília Formosa”. A mudança de nome demonstra a teimosia e a coragem da comunidade. Era uma favela com condições de moradia extremamente degradada, num lugar cobiçado pelo setor imobiliário. Os moradores conseguiram, depois de muito confrontos e negociações no governo do PT, transformar o bairro em área de habitações populares corretas. Enfim, são conhecidas as Ong’s que lutam junto à população carente contra a prostituição infantil e a reintegração social por meio de diversas formas de capacitação dos adolescentes.

Refletindo sobre o nosso primeiro eixo de estruturação das políticas de Economia Solidária em Recife percebemos que na primeira gestão a Secretaria contou com o apoio de muitos segmentos progressistas. Mais do que isso, quem assumiu, trabalhava no Instituto Josué de Castro. O que se viu foi uma concretização de um projeto de transformações das condições dos mais pobres na concepção da Secretaria. Da mesma forma como a SENAES nasceu das diferentes organizações nacionais de reivindicações para diminuir o déficit social. Há uma institucionalização de diferentes práticas progressistas. No seu nascer a Secretaria tem essa configuração. É a comunidade organizada que se torna governo.

A concepção de trabalho da Secretaria parece focalizar uma grande parte do seu esforço no item Trabalho e Renda. Através do Centro Público de promoção de trabalho e renda, observa-se que existem quatro eixos. Um que correspondia ao programa de desenvolvimento da Economia Solidária, na qual existiam oito programas estratégicos que detalharemos a seguir:

Um que se refere à democratização do Crédito com o Banco do Povo e o Fundo Recifesol, o Pronarte e o Programa de apoio ao associativismo. A partir destes programas, outros complementavam as primeiras ações. Tais como, um centro de formação para os trabalhadores, onde tinham pesquisas para conhecer as demandas das empresas, bem como, um laboratório de metodologia onde diferentes olhares acompanhavam esses programas.

Se refletirmos sobre a estruturação das políticas de Economia Solidária nos Municípios que foram escolhidos na pesquisa qualitativa, o que observamos? No exemplo de Recife se percebe que existia uma política de apoio a Economia Solidária. Algo muito mais estruturado do que em outros lugares (falávamos no passado, considerando as informações que recebemos, que a Secretaria estaria passando por reformulações de suas políticas).

Essa política de apoio, como vimos, focaliza a integração por meio do trabalho e da renda sem esquecer de fomentar maneiras alternativas de trabalho com o cooperativismo e o associativismo. Para que isso se realize, ações de capacitação foram implantadas considerando a demanda regional, criando laboratórios com diferentes metodologias para detectar essa demanda.

A reflexão sobre qual tipo de crédito é o mais apropriado para as necessidades da população ainda está em debate aparentemente de maneira polêmica, mas a reflexão já existe como um dos pilares para o desenvolvimento da Economia Solidária. O que se percebe é que existe um plano para privilegiar a integração via trabalho com diferentes ações pertinentes quanto a essa meta que não se limitam ao campo econômico. Alias em Aracajú existe também esse esforço de pensar o trabalho a partir das características e das singularidades dos indivíduos onde se colocou a disposição da população (entrevistas psico-vocacionais).

Sobre esses aspectos citados na pesquisa em Recife a escolha dos interlocutores é excelente no sentido que são aqueles que manifestaram seu engajamento na perspectiva de uma outra economia.

Não foram esquecidas ações que tentam diversas formas de re-inserções e de integrações. Para essas ações os interlocutores que foram escolhidos são aqueles que tradicionalmente são conhecidos por sua combatividade na luta contra as desigualdades. Nesse sentido podemos pensar que há uma identificação entre as lutas na cidade para melhorar as condições da população e a Secretaria. Poderíamos dizer que a Secretaria representa os interesses da população mais carente. Dessa forma esse aspecto deve ser um elemento positivo para a execução das ações. A Secretaria nesse aspecto teria uma ampla legitimidade política. Isso não significa que essa legitimidade política garante sucesso na execução das políticas, mas que ela é um elemento importante para essa realização.

Entretanto, ainda deve ser analisado o grau de articulação entre as diversas Secretarias. De fato esse aspecto parece de difícil elaboração, pelo menos por enquanto.

Não parece ter eixo estruturador de políticas ao redor de metas coletivas com as outras Secretarias. Parece-nos que para potencializar as políticas de Economia Solidária, as mesmas exigem uma interlocução entre as diversas Secretarias do Município. É difícil, por exemplo, pensar trabalho sem pensar educação. Entretanto, a partir do que foi relatado, isto é, das mudanças nas diferentes Secretarias quando da reeleição do Prefeito, novos arranjos políticos partidários, podem colocar em risco o trabalho iniciado. O perigo poderia ser que cada Secretaria trabalhasse para brilhar sozinha.

Nesse sentido, os pontos frágeis são as dificuldades de interlocuções entre as diversas esferas do governo. Como pensar uma sinergia para as políticas de Economia Solidária que exigem essa qualidade? Os estudos sobre o tema mostram o quanto essas políticas não se restringem a políticas econômicas. Diz-se no campo de reflexão da Economia Solidária que deve se privilegiar os vínculos mais dos que os bens. Pensar na obtenção da renda é pensar ao mesmo tempo, em creches, em esportes organizados a partir da população, pela população e com o apoio das Secretarias e dos outros interlocutores e parceiros. A meta é participar da reorganização do tecido social. Isso exige interações entre as diversas esferas da política e entre a política com os parceiros e a população.

Ao mesmo tempo isso é a realidade desta cidade, não significando ainda que essa observação pode ser válida para outras realidades regionais. O que poderíamos acrescentar é que mesmo numa região onde os setores combativos da desigualdade são representados no governo, isso não necessariamente se traduz por um maior êxito das metas deste mesmo governo em razão de uma dificuldade ao interagir com as diferentes esferas do próprio governo local. Vimos que em outras regiões talvez menos integradas sobre os aspectos citados, isto é, a articulação entre sociedade civil e suas representações e o governo, o êxito das políticas pode ser mais efetivo sob algum aspecto em função de uma maior interlocução interna no Governo. O que demonstra o quanto isso é importante.

Entretanto é interessante seguir com atenção os fatores de êxito das políticas ou os fatores que obstaculizam a realização das metas. Cada região tem sua complexidade, entretanto devemos poder desvendar algumas pistas.

Além destes pontos frágeis nos pareceu preocupante a incerteza sobre os rumos escolhidos para a Economia Solidária. Parece que ficou evidenciada que novos arranjos políticos podem colocar em xeque o trabalho iniciado. Isso é muito importante, pois mesmo com um capital social evidentemente acumulado, a fragilidade do processo é visível.

Em Recife, percebemos que um dos pontos que sublinhamos como importante que é a identificação entre a sociedade civil e seus representantes políticos, está ameaçada. Isso não significa que os nomes escolhidos não sejam todos da maior competência. Mas não necessariamente são nomes conhecidos localmente para sua atuação. Parece que as políticas não necessariamente têm continuidade mesmo dentro de um governo reeleito, em função de novas alianças. Se neste caso, políticas são revistas ou redimensionadas em termos de orçamento de menor volume, por exemplo, essas decisões são preocupantes. A sinergia permite também uma melhor utilização dos recursos e um maior acompanhamento das políticas.

Vimos o quanto em São Paulo foram destruídos múltiplos esforços de políticas democráticas estruturadas na concepção da Economia Solidária quando das mudanças do governo. Essa realidade tem que ser amplamente debatida. Mas, mesmo numa mesma cor partidária de governo, as opções por novas alianças têm que ser discutidas levando em conta as possibilidades das novas configurações para dar continuidade às ações. Quais seriam as estratégias para que isso seja possível? Sem dúvida o reforço dos elos com parceiros e interlocutores que podem ajudar na pressão para continuar o que foi implantado é fundamental. Significa então que esforços devem ser feitos para privilegiar os vínculos nas redes externas e internas tais como cooperação e debates.

Um outro aspecto que poderíamos salientar e que foi levantado nas entrevistas (Recife) é que há no mínimo três concepções de pensar trabalho e renda no município. Na década de 90 temos uma era de capacitação intensiva sem olhar o mercado, uma segunda que era repensar a comunidade local para permitir a obtenção da renda e uma terceira atualmente que seria a partir da concepção da Economia Solidária, isto é, pensar a inserção social e econômica com práticas diferentes de trabalho permitindo uma outra socialização.

Nesse sentido, vemos se desenhar uma perspectiva que privilegia o desenvolvimento e não somente o crescimento. Privilegiar o número de capacitados, como na década de 90 mostrou o quanto isso pode corresponder a necessidades eleitorais e não ser suficiente para refletir sobre uma opção de desenvolvimento. Além do fato que essas políticas não necessariamente foram suficientemente acompanhadas para avaliar o grau real de empregabilidade que elas deveriam permitir. Insistimos sobre isso a partir do que foi observado, o acompanhamento das políticas é de suma importância. Devemos nestes casos nos lembrar que a falta de sinergia entre as ações oriundas de diferentes setores de governos municipais expressa na idéia de falta de estruturação, dificultam esse acompanhamento. Percebemos que há, nos municípios entrevistados, um grande esforço nesse sentido. Algumas gestões estão demonstrando que estão tentando fazer essa integração.

Entretanto, muitas outras expressam que infelizmente cada Secretaria trabalha para si até para mostrar seus resultados enquanto Secretaria que se destaca. Assim mesmo, ainda é cedo para afirmar que se trata de uma dinâmica recorrente. Para perceber melhor esse aspecto devemos analisar a pesquisa de novo, à luz dos diferentes estudos de caso.

O diagnóstico sobre a população vulnerável do município é sempre feito. O que não é sempre feito são pesquisas sobre o potencial local em termos de absorção da mão de obra. Mas talvez o que aparece com mais evidência é que é necessário para as políticas que se orientam pela Economia Solidária conhecer melhor o potencial social do município. Isto é, quais são as associações e as cooperativas, os interlocutores, as Ong's. Tem que se trabalhar com esse tecido social para poder engrenar dinâmicas ou fazer pressões consistentes quando são interrompidas.

Foi esclarecedor perceber qual é o público das políticas de Economia Solidária. Sabemos e debatemos o quanto a crise do mundo do trabalho que se expressa pelo crescimento do informal, a precarização das relações de trabalho, e a terceirização provocaram uma crítica contundente à globalização e as formas nacionais e locais de produção.

Os impactos em termos de desemprego e desqualificação permanente são difundidos como o escrevemos no início deste relatório. A perspectiva da Economia Solidária renasce e tem novas atualizações neste contexto. O que nos chama atenção é que o público das políticas observadas é o mesmo de sempre. Um público que em sua maioria, nunca foi incluído, mas que de repente acredita que pode ser. Talvez o grupo que mais se distingue, além desta população tradicional são os jovens. Aqueles que não encontram o primeiro emprego ou que se encontram em situações de risco. O interessante é que parece que majoritariamente são mulheres que são presentes nestas dinâmicas. Não são os desempregados que se dirigem ao Movimento ou as Secretarias Municipais mas as mulheres que estão assumindo suas famílias em razão do desemprego dos maridos e dos filhos em idade ativa. Conhecer essa realidade é um pequeno exemplo que pode ser de primeira importância para pensar as concepções das políticas sociais e as alianças que devem ser constituídas.

Nesse sentido, refletir sobre as trajetórias de quem participa enquanto gestor, interlocutor e Ong's mostra que quase todos têm uma trajetória de luta, de participação e cujo saberes acumulado de outros movimentos sociais são preciosos. Ao perguntar sobre a trajetória dos Gestores e depois dos líderes nas comunidades ou dos interlocutores nas Ong's, percebemos que as trajetórias são parecidas. Participação freqüente em grupos, sejam revolucionários, reivindicatórios ou progressistas. Existe uma identificação ao redor dos valores que presidem o Movimento, mas existem também muitas dificuldades ao redor das questões dos papéis. Gera-se às

vezes um estranhamento mesmo entre pessoas que compartilham da mesma trajetória política e social. Isto é, entre Gestores, Ong's e líderes comunitários. Os gestores às vezes trabalham em uma perspectiva de sociedade e os outros numa perspectivas de comunidade. Esses aspectos mereceriam uma reflexão maior que não podemos fazer agora no âmbito deste relatório.

Poderíamos utilizar como exemplo a questão do crédito. Trata-se de uma política bastante controversa. Há um esforço enorme para pensar e implementar essa política. Entretanto o receio das Ong's ou mesmo da comunidade é que se financie indivíduos e não grupos. Em si, já é algo importante o financiamento individual, mas não permite necessariamente que se produza, se comercialize e se consuma localmente. Ora a grande "revolução", se podemos nos expressar assim, é revitalizar as periferias ou a área rural. Quiçá instaurar outras dinâmicas nas grandes cidades. Propiciar que o consumo interno local gere produção, trabalho e integração.

Financiar os indivíduos é importante, mas pode se reduzir a formalizar o informal, E isso é muito polêmico na medida em que sabemos os elos de sustentação que existe no setor formal para "demandar", por assim dizer, um tipo de informal. Ao setor formal corresponde um tipo de informal. Ou melhor, as características do informal correspondem às características do setor formal. Por isso a dificuldade de se pensar medidas focalizadas individuais ou por famílias.

O que significaria revitalizar as periferias e as áreas rurais? A partir do que foi respondido pelos grupos sociais envolvidos e não a partir de uma tomada de posição do pesquisador em função de seu pertencimento ao Movimento, se percebe que há uma luta para criar vínculos de referência na comunidade. Etimologicamente é dar vida de novo, significa ser reconhecidos e ter projetos, fazer parte.

A situação da periferia que sempre foi excluída agravou-se em funções das razões que citamos acima: há uma crise no formal e a ela corresponde uma crise no informal. Há mais gente e menos "bicos" ou os mesmos são ocupados por uma população que antes não estava no informal. As esposas têm mais acesso à renda que os maridos. Essa realidade de desemprego gera, nos homens jovens e maduros, tensões nas famílias e na comunidade.

Enfim, o que se percebe é uma degradação do tecido social. Ainda precisamos investigar essa questão mesmo se esta questão parece muito debatida. Percebemos que temos o seguinte cenário:

Em alguns municípios (Aracaju) não necessariamente a Secretaria está familiarizada com a Economia Solidária;

Em Recife existe um número maior de dinâmicas, criadas há mais tempo com base no espírito da Economia Solidária;

E em Salvador, a integração da Economia Solidária parece depender muito da boa vontade de gestores mesmo com excelentes ações.

Entretanto existe, e a nosso ver isso é uma mudança, um consenso sobre os problemas da comunidade e as soluções possíveis a serem implantadas atualmente. O debate sobre a Economia Solidária é cada vez mais presente. A comunidade se mobiliza em algumas regiões para assumi-la numa perspectiva diferente do que existia até agora. Existe hoje uma vontade de se ter o equivalente a uma sociedade civil, isto é, uma comunidade civil. Vimos isso em Aracaju e de maneira clara é também uma historia forte em Recife. A população representada demanda por mais vínculos sociais na comunidade, até para lutar contra a violência e a desintegração das famílias. Ela também luta para inventar seu próprio trabalho e permitir acesso à renda. Não se trata ainda de refletir se o refluxo em direção a sua comunidade é viável ou positivo.

O que é visível é que agora temos uma comunidade com essas características e que a esfera política talvez esteja aquém desta demanda. Aquém em qual sentido? Em termos de estruturação das políticas. No que se refere, por exemplo, ao micro-credito como o citamos acima, a população quer ter apoio para ter seu próprio banco, não somente ter créditos a juros baixos. A idéia da população é permitir que os membros se sintam responsáveis uns com os outros, que existam dinâmicas de cooperação.

Não podemos deixar de pensar que o Partido dos Trabalhadores, quando assumiu o governo, solidificou essa posição. Entretanto, mesmo nas municipalidades do PT, as Secretarias concebem e realizam políticas que são destinadas a uma concepção de sociedade. Políticas que poderiam ser estendidas a todos. Há uma grande dificuldade em articular esses níveis. Por isso falávamos das dificuldades de se pensar os diferentes papéis. Alguns passos partem no sentido de diminuir os problemas, por exemplo, na questão dos marcos legais. Mas ainda percebemos, tanto nos resultados dos questionários quanto nas entrevistas, que a luta para ter leis que permitiriam novos arranjos para com a população pobre ainda é mínima. Ou seja, é necessário flexibilizar as regras considerando a população em apreço e firmeza para garantir em leis esses novos direitos.

Já podemos dizer que na estruturação vimos vários cenários diferentes que contém pontos positivos ou negativos que não necessariamente garantem o sucesso das políticas ou seu fracasso. Em Recife vimos elos fortes com a comunidade, tradição de lutas na região, fortes movimentos social, tudo isso pode não permitir a continuação do sucesso das dinâmicas das políticas de Economia Solidária. Elas podem ser colocadas em xeque com novas alianças políticas e até fragilizar o que existia. Nesse sentido o fortalecimento da comunidade é fundamental para resistir a novos arranjos e se exercer pressões.

Em Aracajú observamos que a região aparenta ter um tecido social menos estruturado em termos de forças dos movimentos sociais e gestores menos familiarizados com a concepção da Economia Solidária, entretanto, o fato de trabalhar com muita cooperação entre os membros na secretaria garante ganhos para a população. Existe um esforço de sinergia das ações extremamente bem pensado com diferentes interlocuções onde as trajetórias das pessoas são pensadas, gerando impactos e estruturação de elos na comunidade. Isto é, uma Secretaria bem coesa pode permitir através de suas políticas estreitamento das relações na comunidade. Entretanto, os laços com a comunidade organizada ainda são frágeis, bem como, falta investir na compreensão de dinâmicas de integração.

Temos consciência que se trata ainda de um primeiro relatório, mas acreditamos que as pistas desenhadas mereçam contribuir para os debates sobre o tema.

2.3 RELATÓRIO 3: ESTUDO DE CASO DOS MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO, ARACAJÚ E RECIFE⁵

INTRODUÇÃO

O presente texto constitui relatório final de pesquisa sobre políticas públicas de economia solidária no Brasil. Seu propósito é de oferecer um olhar ampliado sobre a realidade de tais políticas. Para tanto, fixa-se neste texto uma caracterização fina de tal realidade, a fim de permitir uma compreensão da sua natureza e singularidades.

Metodologicamente a construção do presente relatório apóia-se em três fontes principais de pesquisa. A principal delas é a própria pesquisa empírica de base qualitativa, fundada essencialmente em entrevistas com gestores públicos responsáveis pelas políticas e representantes de entidades da sociedade civil que foram parceiras na construção e implementação da política. As informações resultado desta pesquisa foram complementadas através de análise de documentos e textos de trabalho produzidos nas respectivas gestões e das respostas ao questionário previamente enviado a rede brasileira de gestores públicos de economia solidária.

Como modo de apreensão da natureza singular desse gênero novo de política pública no Brasil, consideramos a seguir quatro elementos fundamentais que encerram uma caracterização de tais políticas, segundo revela a presente pesquisa. Essas quatro características definem ao mesmo tempo a própria estrutura do presente relatório.

Na primeira, o propósito fora de contextualizar um pouco tais políticas, sublinhando seu caráter recente. Este aponta a dimensão processual ou de construção que vive tais políticas neste momento, reflexo da ausência de um quadro institucional e de metodologias definitivas que sirvam de suporte e orientem a construção destas práticas na realidade. Estes aspectos sinalizam a questão do reconhecimento institucional como uma das problemáticas centrais da economia solidária no país. Mas, como todo processo em construção, indica uma grande diversidade na concepção e modo de realização prática de tais políticas no cenário nacional. Uma tal diversidade relaciona-se as próprias características do tecido organizativo societário local, bem como, o padrão de cultura política prevalecente na relação entre estado e sociedade em cada contexto governamental. Porém, tal diversidade reflete ainda a forma de apropriação do tema da economia solidária em cada lugar, que esta relacionado as diferentes concepções de política pública neste campo servindo de suporte as práticas efetivas empreendidas nos territórios. Neste sentido, são apresentados neste momento do trabalho uma síntese dos três casos de políticas locais investigados nesta etapa da pesquisa, a saber: Aracaju, Recife e São Paulo. Esta síntese baseia-se em quatro aspectos relevantes para a caracterização de tais políticas. Ou seja, sua concepção, seu nível de estruturação, o modo de participação social dos atores e seu modo de execução.

Os três momentos seguintes do texto exploram três outras características que definem, a partir sobretudo dos casos de Recife e São Paulo, o que poderíamos considerar aqui como três vocações de uma política pública efetiva de economia solidária em termos de características fortes. A primeira salientando sua dimensão de articulação como condição para sua efetividade. Uma articulação definida sobretudo na sua relação com a sociedade civil, mas que também supõe uma dimensão intra-governamental. A segunda afirmando a vocação indutiva de tais políticas e a

⁵ Relatório escrito por Genauto Carvalho de França Filho.

terceira o caráter de uma política de organização da sociedade. Por fim, na conclusão são salientadas algumas implicações em termos de originalidade de tais políticas na construção de um novo padrão de relações entre estado e sociedade no Brasil.

UMA POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO: O CARÁTER DIVERSO DA REALIDADE ATUAL

A noção de “política em construção” que afirmamos neste momento relaciona-se ao fato de tratar-se de experiências ainda muito recentes no país, cujas metodologias encontram-se, portanto, em processo de experimentação.

Além disso, essa idéia de uma “política em construção” diz respeito também ao fato da temática da economia solidária constituir-se por enquanto num assunto ainda impreciso para muitos, apresentando assim um certo polimorfismo de interpretação. Ou seja, parecem diversas as formas de compreender o tema, e por conseguinte, seu modo de elaborá-lo na prática. Aliás, em alguns momentos, o termo economia solidária ganha ares de modismo, deslizando com simpatia no interior das estruturas de governo, sem entretanto apresentar unanimidade quanto ao modo de defini-lo.

Portanto, enquanto política em construção, existe uma heterogeneidade nas formas de apreensão de tais políticas. Esta heterogeneidade compreende, ao mesmo tempo, o nível de estruturação e lugar destinado à política na arquitetura governamental, a concepção e participação social na política, bem como, seu modo de implementação em relação ao conjunto do território nacional, conforme abordaremos mais adiante.

DE POLÍTICAS DE EMPREGO PARA POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

As diferenças, portanto, nos modos de pensar e fazer a política de economia solidária no Brasil podem, entretanto, ser sintetizadas em duas grandes concepções gerais de tais políticas. Antes de apresentá-las, no entanto, importa salientar sua herança anterior enquanto política pública voltada para o trabalho, referindo-se ao que existe de comum a idéia a priori de uma política pública de economia solidária. De fato, em relação a tais políticas parece inaugurar-se uma preocupação com a questão da geração do trabalho e renda, para além da noção exclusiva de emprego. Com efeito as políticas de emprego anteriores não imaginavam possibilidades de geração de trabalho e renda fora do paradigma da relação assalariada clássica. Neste sentido, a questão fundamental a ser abordada dizia respeito fundamentalmente ao aspecto da qualificação profissional. Tal política baseava-se fundamentalmente em uma disseminação massiva de cursos de capacitação técnica visando um aumento das condições de empregabilidade da mão-de-obra. Existe de modo subjacente a tal prática, uma crença nas capacidades do mercado de trabalho formal e do próprio desenvolvimento centrado no crescimento econômico em poder absorver o conjunto crescente de desempregados. Explica-se, desse modo, o desemprego como exclusivamente um problema de baixa qualificação da mão-de-obra.

Assim, a entrada em cena da idéia de políticas públicas de economia solidária, diante de um contexto apresentando sinais muito claros de um processo que Singer chama de “desassalariamento da economia”, parece refletir um salto na noção de políticas de emprego para a idéia de políticas de geração de trabalho e renda. Tal salto carrega consigo alguns riscos de interpretação, como aquele podendo identificar a noção de geração de trabalho e renda, no lugar da idéia de emprego, como uma tendência precarizante do mercado de trabalho. Tais riscos tornam-se realidade em alguns casos, quando de fato na prática política enfatiza-se simplesmente a organização da economia informal sem maiores conseqüências estratégicas ou uma visão de desenvolvimento que a acompanhe. Por outro lado, a noção de geração de trabalho e renda não parece em si sinônimo de precarização das relações de trabalho. Mas ao contrário, ela aponta algumas possibilidades abertas para novas formas de relações de trabalho, que enfatizam também a questão da garantia de direitos, num contexto do desenvolvimento do capitalismo em que a norma do contrato de assalariamento perde sua centralidade efetiva e entra em crise. Trata-se aqui de uma discussão sobre novos paradigmas que devem ser pensados em relação ao futuro da

chamada sociedade salarial, apontando a importância de se pensar novos marcos e sistemas de regulação relativos ao funcionamento da economia real.

DUAS CONCEPÇÕES DE POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Desse modo, muito embora devamos reconhecer este salto da idéia de políticas de emprego para aquela de políticas de geração de trabalho e renda, pelo menos duas grandes concepções desta última podem ser sumarizadas a título de ilustração sobre a heterogeneidade nos modos de consecução das políticas de economia solidária, que em geral são identificadas como políticas de geração de trabalho e renda. À visão exclusivamente formativa que descrevemos acima, pode-se acrescentar duas outras, que chamaremos aqui de uma *concepção insercional* e uma *concepção ampliada*.

A primeira concepção insiste ainda na importância da qualificação profissional. Porém, critica aquela visão anterior ao considerar a qualificação não como suficiente em si mesma. Estas devem ser pensadas e elaboradas em função de um acompanhamento das tendências de mercado, devendo assim adaptar-se as demandas reais de qualificação conforme define as características e diferentes conjunturas de organização do mercado de trabalho. Mas, além desta dimensão de qualificação, tal concepção enfatiza ainda a necessidade de organização da economia informal numa perspectiva de inserção sócio-econômica. Dissemina-se através dessa concepção os valores de empreendedorismo acoplados a uma visão de negócio devendo orientar os projetos a serem apoiados. Trata-se de uma visão que acredita nas possibilidades de promoção do desenvolvimento via inserção da massa de desempregados e sub-empregados, sobretudo o público vivendo precariamente na economia informal, na economia de mercado sob a forma de novos micro e pequenos empreendedores. A visão, neste caso, está centrada numa maior organização e estruturação da economia informal, sobretudo em termos de reforçar sua lógica de eficiência econômica enquanto negócio produtivo. Pensa-se, assim, numa política de geração de trabalho e renda numa perspectiva inclusiva no sentido da acomodação dessa economia informal nos marcos institucionais regulatórios de uma economia de mercado, sem incorporar uma estratégia efetiva de desenvolvimento diferenciado ou inovador.

A segunda concepção reconhece a importância dessa primeira, ao considerar necessário responder a certas demandas do mercado formal, bem como, ter uma ação de organização da economia informal que encontra-se dispersa, fragmentada e muito precarizada. Porém, trata-se de uma concepção que insiste antes de tudo sobre a construção de estratégias territoriais de desenvolvimento em torno do fomento de uma outra dinâmica econômica, baseada na construção e fortalecimento de cadeias sócio-produtivas locais integradas ao tecido de relações social, político e cultural do lugar. Mais do que simplesmente uma política de geração de trabalho e renda para parcelas marginalizadas da sociedade, trata-se, portanto, de uma concepção de política estratégica, na medida em que pensa o desenvolvimento em contextos territoriais. Além disso, tal desenvolvimento não é pensado apenas como simplesmente um fortalecimento de iniciativas sócio-produtivas locais. Trata-se de pensar a construção de iniciativas econômicas articuladas em cadeias sócio-produtivas locais e ainda integradas a outras iniciativas locais, visando o fortalecimento das dimensões sociais, políticas, culturais e ambientais num determinado contexto espacial. Trata-se, neste caso, de pretender inventar novas institucionalidades em certos territórios, a fim de fomentar o desenvolvimento de uma outra dinâmica econômica, baseada na combinação do potencial das formas não capitalistas de produção no bojo de iniciativas populares solidárias articulando-as a outras iniciativas no campo da sociedade civil.

Essas diferentes concepções refletem a dificuldade mesmo de unanimidade da compreensão do que seja economia solidária. É verdade que ambas buscam demarcar-se da concepção anterior fundada no registro de uma política de emprego, que acredita nas possibilidades do mercado formal poder tudo absorver, respondendo inclusive aos processos de extrema desigualdade social. A primeira concepção já admite os limites de uma política de emprego no contexto atual marcado entre outras características por um processo de “*desassalariamento* da economia”. Diante de um

tal cenário afirma-se a idéia de uma política de geração de trabalho e renda (sem perder de vista a dimensão da qualificação profissional), voltado principalmente para os setores informais e as formas não capitalistas de produção. Porém, o horizonte paradigmático de tal concepção permanece aquele de uma economia de mercado, no sentido em que os grupos informais devem investir-se de sua lógica e modo de funcionamento, segundo a idéia de empreendedorismo comumente em voga. Neste sentido, os grupos deverão estar aptos a inserirem-se no circuito convencional da economia, considerado como único caminho possível para produzir e viver socialmente. Isto significa assimilar a lógica mercantil como único meio de troca econômica possível, bem como, o interesse utilitário como motivador fundamental para ação empreendedora individual e coletiva. Em termos metodológicos, tal concepção costuma traduzir-se por ações pontuais de apoio a iniciativas específicas envolvendo grupos informais no sentido de tornarem-se aptos enquanto empreendimentos produtivos estáveis em certos contextos de mercado ou o apoio aos chamados arranjos produtivos locais (APL), que significa fortalecer *clusters* produtivos territoriais formados por um conjunto de micro e pequenos empreendimentos sob uma base territorial específica.

Já a segunda concepção assimila o sentido fundamental de uma economia solidária ao sugerir uma dupla inscrição dos empreendimentos a serem construídos: a primeira econômica, no sentido de serem sócio-produtivos, gerando trabalho, renda e permitindo circulação de riquezas num contexto territorial específico; e, a segunda, política, no sentido de pensar tais iniciativas como também formas de intervenção num espaço público. Isto é, trata-se de incitar uma dinâmica associativa devendo participar da ação de tais grupos. Ou seja, nesse caso a noção de negócio é resignificada em favor da ênfase sobre as dimensões social, cultural, política e ambiental que participam da iniciativa.

EXAMINANDO TRÊS CASOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Uma ilustração dessa heterogeneidade no modo de tratamento da política pública de economia solidária, pode já ser observada nos casos de São Paulo e Recife em relação aquele de Aracaju.

O CASO ARACAJU

Nesta prefeitura a concepção de uma política de economia solidária parece ainda pouco amadurecida (o que não é diferente do que ocorre na maior parte do país), em razão da natureza das ações empreendidas e da própria concepção mais geral servindo de suporte para tais ações – muito embora seja notável o esforço ali empreendido nesta direção. Identificada com a idéia de geração de trabalho e renda, o termo economia solidária entrou da estrutura do governo muito mais como um modismo, ficando a cargo da Fundação Municipal de Trabalho (Fundat), instituição responsável pela política de trabalho e renda no município e vinculada ao Gabinete do Prefeito. No dizer de Edson Caetano, presidente da instituição, “(...) procurávamos nos informar sobre novidades neste campo..., vão surgindo as denominações..., aí ouvimos falar em economia solidária. Então agente começou a se inserir, buscando conhecer quais eram estas atividades..., o que isso significava...”⁶.

Entretanto, a ênfase política desta instituição assenta-se em três preocupações fundamentais: uma política de qualificação profissional; uma política de intermediação de mão-de-obra e um

⁶ Entrevista concedida em 29/03/05.

projeto de disseminação de micro-créditos através da estruturação dos chamados bancos do povo, refletido, em especial, na experiência intitulada “Credicidadania”. A preocupação maior da instituição (e “carro-chefe” de suas políticas) é o aumento das possibilidades de inserção da população no mercado de trabalho. Para tanto, estabelece convênios com diferentes entidades e instituições como Sebrae, Senai, Universidades, etc., visando a promoção de programas de qualificação profissional. Diante da constatação de que a qualificação em si não garantia a inserção profissional, a instituição passou a adotar uma política de intermediação de mão-de-obra, através de parcerias com diferentes segmentos empresariais locais.

A Fundat encontra-se estruturada em três diretorias: financeira, operacional e técnica. A diretoria operacional ficou a cargo das ações de qualificação profissional, de intermediação de mão-de-obra e os chamados programas de economia solidária, que resumem-se fundamentalmente em três projetos: Projeto Cooperar, Projeto Freguesia, e Projeto Trabalho Cidadão. Este último projeto contava ainda como o apoio da diretoria técnica, que estando responsável pelo programa de micro-crédito (CredCidadania), articulava-se no apoio a tais programas.

Esses vários projetos de geração de trabalho e renda são construídos através de articulações junto a outras instituições parceiras, como Fundação Banco do Brasil, Petrobrás, alguns grandes bancos públicos (como CEF), instituições do sistema S, e outras entidades. O Projeto Cooperar consiste no fomento a implantação de unidades produtivas em bairros populares que deverão ser transformadas em cooperativas de médio e grande porte. Através das parcerias, a Fundat presta apoio no sentido da qualificação profissional para a gestão dos empreendimentos, bem como apoio técnico, financeiro e de equipamentos. Os poucos projetos de empreendimentos cooperativos encaminhados situam-se nas áreas de pesca, costura e produção de alimentos. A escolha dos projetos é fruto ao mesmo tempo de demandas comunitárias e da ação da prefeitura estimulando iniciativas em determinados territórios. Conforme explica Marcelo Barreto (diretor operacional da Fundat), “(...) Recentemente recebemos a visita do pessoal do bairro perto de Farolandia, que é muito pobre..., eles queriam montar uma cooperativa de doce, então eles vieram aqui na prefeitura, pedindo apoio na parte de qualificação, orientação técnica, preparação do local, equipamentos, etc.. Então já estamos fechando essa parceria com a comunidade. Mas, nós temos uma ação muito forte ligada ao Orçamento Participativo que identificou algumas reivindicações em algumas áreas onde não tinha uma ação da comunidade no sentido de procurar o poder público para montar algum negócio, algum arranjo produtivo..., e em cima dessa constatação que nos identificamos no OP somado a um estudo que a prefeitura fez sobre cadeias produtivas da cidade de Aracajú, então começamos a ver que haviam potencialidades em algumas áreas e uma delas foi a da pesca. Isto porque temos uma área costeira muito grande costeira e (...) ainda mais dois grandes rios (...), então temos uma comunidade de pescadores muito grande..., porém uma comunidade carente, desorganizada. Assim, com essa identificação que o estudo fez mais o OP, nós começamos a trabalhar junto com essa comunidade, foi feito um projeto..., (...) nós começamos a procurar algumas lideranças nesses bairros e eles criaram a cooperativa. Porém, agente tem uma grande preocupação, pois não temos uma tradição forte nessa área de cooperativa e nos preocupamos muito com a falta de capacidade gerencial nestes empreendimentos (...). Por exemplo, em relação a cooperativa de pesca, nós começamos a ver as condições de ajudar esses pescadores, porque por um lado você tem o pescador artesanal, mas você tem também o pescador que tem barcos..., você tem engenheiro naval dentro da cooperativa, você tem uma mistura grande de pessoas (...). e nesse

projeto buscamos várias parcerias..., a prefeitura comprou o terreno, a Petrobrás vai entrar com uma parte do recurso, que é do Programa Fome Zero, e a Fundação Banco do Brasil com outra parte do recurso. Nesse projeto vamos trabalhar com a questão da alfabetização desses pescadores, com a questão da qualificação, junto às novas tecnologias na área de pesca. O objetivo é a montagem de uma unidade de processamento de pescado, com uma produção estimada em 10 toneladas/dia de pescado (...)"⁷.

O projeto freguesia diz respeito a qualificação de artesãos e apoio na organização das feiras de artesanato com música, comidas típicas e bordados da região. O propósito é de buscar, “por meio da realização de feiras livres, integrar três áreas importantes de atuação na sociedade: criar um canal de comercialização para artistas e artesãos; divulgar a cultura e a comida típica de Sergipe; estabelecer espaços de convivência para a população local. (...) O projeto já permitiu a formação de grupos de produção, tendo sido cadastrados 300 artesãos, que receberam uniformes e acesso a crédito para a padronização das barracas”⁸.

O projeto trabalho-cidadão consiste na organização das atividades de comércio informal realizada por ambulantes na cidade, através especialmente da disponibilização e organização de espaços destinado para tais atividades, bem como, cadastramento dos ambulantes, concessão de fardamento, formação educacional e apoio na organização da associação dos ambulantes. “A implantação do projeto ocorreu em janeiro de 2001, sendo consolidado em 2002. Sua área inicial de atuação foi a Orla de Atalaia, com 193 vendedores cadastrados, identificados funcionalmente e crédito disponibilizado para o financiamento dos equipamentos. A Fundat, no início, desenvolveu parceria com a Universidade Tiradentes para proporcionar cursos de capacitação, tais como Relações Humanas, Higiene, Manipulação de Alimentos, Qualidade no Atendimento e Noções de Turismo. Em 2003, a Fundat passou a assumir todas as ações de treinamento e o Projeto foi ampliado para as ruas e praças centrais da cidade. O projeto já atende 1.621 ambulantes que contam com o apoio da Fundat, inclusive fornecimento de fardamento para o trabalho”⁹.

Parece prevalecer nestas iniciativas uma visão bastante marcada pela idéia de empreendedorismo como capacidade de profissionalização de micro e pequenas iniciativas informais no sentido de estarem aptas a absorverem uma lógica de negócio caracterizada pelo imperativo econômico da gestão. A concepção de empreendedorismo em que o econômico tem primazia sobre outras dimensões da gestão como o político, o social e o cultural afetando a finalidade e dinâmica organizacional (ao contrário de uma perspectiva de equilíbrio dinâmico entre estas várias lógicas e dimensões atravessando o funcionamento das experiências), constitui visão dominante hoje em termos de geração de trabalho e renda, tal como refletido na concepção de muitas instituições que apóiam tais ações a exemplo das que compõem o sistema S. Observa-se, desse modo, como no Projeto Cooperar, por exemplo, tal visão ganha importância ao enfatizar-se na construção dos empreendimentos muito mais os problemas de gestão mais técnica, de capacitação da mão-de-obra e da sua logística em termos de equipamentos necessários à implementação das iniciativas e muito menos os aspectos mais relacionados a dinâmica associativa de tais empreendimentos o que sugeriria uma visão mais sócio-política.

Parece muito relevante o esforço da prefeitura em estimular a estruturação de muitos empreendimentos informais, a fim de superar as condições precárias em relação a muitos aspectos

⁷ Entrevista concedida em 29/03/05.

⁸ Relatório de gestão das atividades da FUNDAT, 2004, p.14.

⁹ Ibid., p.13.

(educação e formação do pessoal, higiene, etc.), que caracterizam o funcionamento de tais atividades. Essa relevância tornar-se-ia ainda maior caso fosse mais enfatizada ações de estímulo também à própria organização política dessa economia informal, conforme indicado na entrevista de maneira muito tímida, por exemplo, através da proposta de constituição de redes e associações de ambulantes.

O caso de Aracaju revela um esforço importante da prefeitura no sentido do apoio a iniciativas voltadas para o campo da organização popular, com propostas diversificadas e criativas no intuito da geração de trabalho e renda. Por outro lado, percebe-se como fundamento da política neste caso ainda uma certa crença na lógica de mercado e sua capacidade em garantir o desenvolvimento para o conjunto da população. Isto porque a saída posta nestas experiências tem salientado mais o horizonte de micro e pequenos empreendimentos econômicos em que a noção de negócio aparece como alicerce fundamental das iniciativas, subordinando os demais aspectos como o social e o político. De certo modo, uma tal política aposta implicitamente na capacidade de superação da pobreza segundo a idéia de transformação de desempregados ou subempregados em micro-empresendedores privados. É como se pudéssemos imaginar que a solução para a crise do emprego que se vive atualmente, em diferentes contextos societários inclusive, pudesse ser resolvida através da multiplicação de micro-negócios capitalistas. De todo modo, cabe ressaltar a dimensão de processo na consolidação da política de economia solidária neste caso, o esforço e empenho dos seus gestores públicos.

O CASO RECIFE

Diferentemente de Aracaju, o caso de Recife revela uma política pública de economia solidária mais estruturada e com uma concepção de fundo bastante diferenciada. Tal diferença pode explicar-se, a princípio, segundo três aspectos. O primeiro aspecto parece melhor esclarecido se recorrermos a uma sociologia dos atores. Com efeito, em Recife, alguns dos principais atores/gestores públicos importantes na condução da política, como sua coordenadora, fora oriunda da própria sociedade civil e do movimento de economia popular e solidária local. Ao contrário de Aracaju, em que os principais atores/gestores públicos envolvidos na política tem um histórico de atuação no funcionalismo público em instituições financeiras, bem como no movimento sindical. Além disso, e como segundo aspecto, o tecido organizativo local revela-se profundamente diferente no sentido em que praticamente inexistente um movimento de economia popular e solidária em Aracaju, ao contrário da forte tradição de movimentos de organização popular existentes em Recife e que desembocam hoje no papel importante desempenhado pelo Fórum Pernambucano de Economia Popular e Solidária.

O terceiro aspecto diz respeito ao próprio lugar destinado a política de economia solidária na estrutura do governo municipal. De fato, em Recife, tal política ficava a cargo da chamada Diretoria de Economia Popular e Solidária ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Tal Secretaria era constituída ainda de duas outras diretorias que cuidavam respectivamente das ações de desenvolvimento econômico afetando o campo do setor privado e das questões ligadas a qualificação profissional do trabalhador: eram elas a Diretoria de Competitividade e Capitação de Investimentos e a Diretoria Geral de Promoção do Trabalho e Renda, respectivamente. Ao lado disso, e como instrumento de apoio importante à construção de uma política pública de economia solidária, fora criado de modo vinculado ao Gabinete do Prefeito, os chamados Centros Públicos de Promoção do Trabalho e Renda (CPPTR). Estes continham duas instâncias estratégicas responsáveis pela formulação e articulação das ações mais gerais de geração de trabalho e renda em economia solidária: o Observatório do Trabalho e o Laboratório de Metodologias.

Estes CPPTR representam espaços fundamentais para a construção da política pública de economia popular e solidária, pois neles são desenvolvidas atividades de formação profissional, bem como, discutidas as próprias políticas. Seu papel é ainda de grande relevância pois permite uma descentralização das ações e maior proximidade com a população. Para Alzira Medeiros, então Coordenadora da Diretoria de Economia Popular e Solidária, tais Centros constituíam-se

como “espaço de referência onde a população discute e propõe as ações prioritárias para superar a exclusão social, além de discutirem alternativas de enfrentamento do desemprego e servir como espaço de criação de diálogos e construção de diretrizes a partir da participação direta”¹⁰.

Tais CPPTR deveriam ser instalados nas chamadas regiões político-administrativas (RPA) da cidade. Esta é a forma de divisão territorial do espaço da cidade previsto na lei orgânica do município, servindo como instrumento de planejamento institucional e gestão da cidade. A missão destes CPPTR, para Carlúcio Castanha (então coordenador da Diretoria Geral de Promoção do Trabalho e Renda), “é de integração de todo esse conjunto de políticas com métodos de desenvolvimento local”¹¹. Para ele, ex-sindicalista da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) da CUT, suas origens remontam a discussões e polêmicas anteriores na história do movimento sindical e da CUT. Em especial, tem haver com a crítica que o movimento sindical fez a história da qualificação profissional no Brasil, no sentido da construção de uma institucionalidade efetivamente pública, com representações dos vários segmentos da sociedade, ongs, setores empresariais, trabalhadores, etc. Carlúcio Castanha sublinha desse modo a ousadia que representava aquela idéia de Centros Públicos: “construir um espaço que seja uma universidade do trabalho, mas com gestão pública, com tudo o que tiver de vivo no território, se movimentando..., gestão pública multipartite...”¹².

Embora inspirado nesta discussão anterior, os CPPTR, com essa nomenclatura e formato, são uma construção especificamente pernambucana, afirma Alzira Medeiros. Segundo ela, a reflexão inicial é de que “deveria existir um espaço público com uma visão para além do estado que não fosse só de formação profissional, mas fosse um espaço de articulação social do território”¹³. Nesta estrutura, o Observatório do Trabalho dedica-se a estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho. Em parceria com o DIEESE, a idéia é de fornecer uma leitura ampliada do universo do trabalho, absorvendo tanto seu mundo formal (no sentido de acompanhar, por exemplo, as tendências de emprego e desemprego em certas categorias profissionais), quanto o universo do chamado trabalho por conta própria ou da economia popular e solidária, com suas especificidades, etc. Para Alzira Medeiros, o intuito é de “ampliar essa visão daquilo que aqui chamamos de trabalho e emprego para poder-se dialogar com o que de vivo esta existindo nos territórios”¹⁴. Já o Laboratório de Metodologias representa o espaço de sistematização das diversas práticas compreendidas por diferentes grupos de assessoria e instituições de apoio, visando o intercâmbio comum e aperfeiçoamento de metodologias para intervenção na realidade. Segundo Alzira Medeiros, o objetivo de tal espaço é de “reunir entidades..., das universidades, do mundo do trabalho, das Ongs..., para discutir e aprofundar o que de fato elas estavam produzindo entorno de novas técnicas, de novos métodos..., e tentar construir uma metodologia própria de trabalho para economia popular e solidária no território”¹⁵. Os dois espaços constituem eixos estratégicos de tais políticas, auxiliando-as tanto no nível da sua formulação quanto da sua própria implementação efetiva.

¹⁰ Entrevista concedida em 28/03/05.

¹¹ Entrevista concedida em 28/03.05.

¹² Ibid.

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico desenvolvia oito programas estratégicos, dos quais três eram de responsabilidade direta da Diretoria de Economia Popular e Solidária: o Programa de Democratização do Acesso ao Crédito; o Programa de Apoio ao Artesanato (Prodarte); e, o Programa de Apoio ao Associativismo e Redes de Empreendedores.

Este último eixo de ações evidencia com mais nitidez aquilo que em Recife é pensado como princípio norteador das práticas de economia popular e solidária: o associativismo. Este eixo desdobra-se em dois gêneros de iniciativas: a) reforço e apoio às redes sociais de economia solidária e b) reforço e apoio ao desenvolvimento do associativismo e cooperativismo. No primeiro caso, enfatiza-se mais uma dimensão sócio-política nas ações, que assumem um nível de abrangência ampliado, pois implicando pensar o desenvolvimento local. Neste sentido, procura-se afirmar a dimensão de espaço local como locus de expressão das identidades culturais, do viver em conjunto, do exercício da solidariedade, etc., numa perspectiva de enfrentamento do “desafio de integrar estes espaços locais e de contribuir na construção de novas relações sociais visando à construção de espaços públicos autônomos”¹⁶. Para Alzira Medeiros, portanto, a idéia fora de pensar um projeto de desenvolvimento visando integrar os diferentes atores locais na perspectiva do desenvolvimento do território. É assim que tais ações são desenvolvidas nas chamadas zonas especiais de interesse público (ZEIS). O objetivo principal das ações neste caso é de “contribuir ao mesmo tempo com a maior autonomia de cada cidadão e sua melhor relação com os demais numa perspectiva de organizar redes sociais. A prática segue então duas direções principais. A primeira no sentido de uma ação interna junto com as diferentes organizações sociais, religiosas, artísticas, esportivas, culturais e de lazer de cada bairro; e, a segunda, com organizações voltadas para a emancipação e a organização dos bairros, como as Ongs, igrejas e outras instituições governamentais ou privadas”¹⁷. Os exemplos aqui foram a rede de desenvolvimento do bairro de Santo Amaro e a rede dos bairros de Caranguejo Tabaiães e Ilha de Deus.

Já em relação ao segundo caso, ainda neste eixo estratégico da política, o propósito maior fora de “fortalecer e consolidar a organização associativa já praticada pelos diversos grupos e setores de atividade socioeconômica e de apoiar a criação e dinamização de cooperativas para a geração de trabalho e renda, e ainda, de se articular com o fórum pernambucano de economia popular e solidária, criado em 2003”, explica Alzira Medeiros¹⁸. Com efeito, o programa de apoio e fortalecimento do associativismo e cooperativismo visava incentivar e apoiar os trabalhadores autônomos e empreendedores populares no sentido da elevação do seu nível de escolaridade e inserção cidadã através de diversas formas de organização e articulação social. Em especial, tratava-se de apoio a comercialização solidária, formação em cooperativismo, assessoria jurídica, conselho e orientação para projetos sócio-econômicos, democratização do acesso ao uso e desenvolvimento de tecnologias apropriadas à natureza de tais iniciativas. Tal programa representava ainda um dos principais atores no auxílio ao desenvolvimento e organização do fórum pernambucano de economia solidária, permitindo fortalecer as relações dos poderes públicos com os movimentos sociais, as universidades e os trabalhadores de economia solidária.

¹⁶ Conforme consideram Medeiros, Alzira e Dubeaux Gervais, Ana Maria, “Recife: Une Politique Publique em Construction”, In França Filho, G., Laville, J., Medeiros, A. e Magnen, J.P. (Orgs.), Action Publique et Economie Solidaire – Une Perspective Internationale, Eres, Toulouse, 2005, p.207, tradução nossa.

¹⁷ Ibid., p.208.

¹⁸ Entrevista concedida em 28/03/05.

Alguns exemplos aqui são a cooperativas de catadores, de roupas e os pequenos restaurantes e produtores de alimentos.

Um segundo eixo estratégico dessa política fora o programa de desenvolvimento do artesanato (Prodarte). Este consistia em ações destinadas, entre outras, ao apoio de maneira mais qualificada das feiras públicas de arte e artesanato, além da sua gestão, ao desenvolvimento do artesanato em design e a democratização das oportunidades de comercialização deste campo de atividades com vistas a elevação do volume de negócios e de renda para os artesãos. Tais ações tinham como propósito maior o resgate e preservação de identidades culturais locais, permitindo uma inserção cultural de populações não absorvidas pelo mercado formal, além de buscar elevar os níveis de cidadania do trabalhador artesão, bem como fortalecer seu grau de auto-organização. A concepção deste programa fora oriundo de um diagnóstico crítico da realidade do artesanato local em que observava-se, de um lado, a importância dessas atividades enquanto modo de preservação da expressão e identidade cultural da população, além de constituir-se como oportunidade de trabalho e garantia de renda para muitas pessoas. Por outro lado, tal diagnóstico revelava o forte processo de deterioração pelo qual vinha passando este setor de atividades na região, impactando diretamente nas condições de trabalho do artesão e na própria realidade da produção artesanal, refletindo, por exemplo, na diminuição de espaços públicos para comercialização na cidade, entre outros aspectos, que levavam muitos artesãos a abandonarem suas atividades e comercializarem outros produtos informalmente, sobretudo aqueles oriundos do comércio clandestino com o Paraguai. Enfim, estava em jogo do ponto de vista de uma política pública, para Alzira Medeiros, a esperança do artesão de poder viver decentemente do seu *métier* e o que representava para a cultura local este campo de atividades.

Finalmente, o terceiro grande eixo desta política fora o programa de democratização do acesso ao crédito (e fundos públicos para economia popular e solidária). Este partia de um diagnóstico crítico sobre experiências anteriores e presentes no campo do micro-crédito que revelavam limitações no apoio a economia popular e solidária pelo fato de ter incorporado a lógica exclusivamente técnica do capital financeiro, distanciando-se das reais necessidades e características desses grupos populares que exigia, entre outros aspectos, a incorporação da dimensão de solidariedade na avaliação metodológica da análise de investimento. Neste eixo estratégico, duas ações fundamentais mereciam destaque. A criação de um fundo público, intitulado Recife Solidário (ou Recife Sol), através de recursos da ordem de um milhão de reais disponibilizados pelo tesouro municipal. Uma das grandes especificidades deste fundo fora de apoiar organizações como OSCIPs e cooperativas que já atuavam com o micro-crédito numa perspectiva de finanças solidárias. Outra inovação importante nesta ação dizia respeito a sua gestão. Esta supunha um conselho (de gestão do fundo) constituído por representantes da sociedade civil e dos poderes públicos, cuja avaliação dos projetos deveria estar conforme os princípios estratégicos da política de economia popular e solidária, com ênfase na participação democrática direta e fixação de regras para viabilizar seu controle coletivo.

A segunda ação importante neste eixo estratégico da política fora a reorientação das ações do banco do povo, criado na gestão municipal anterior. No lugar de uma ação dispersa, conforme diagnóstico crítico da nova gestão, a instituição deveria passar a funcionar como instrumento da política de apoio a economia popular e solidária, voltando-se prioritariamente para micro-empresas, associações e cooperativas que promovem o desenvolvimento sócio-econômico na cidade. As ações do banco do povo, envolvendo não apenas a avaliação e concessão do crédito, mas também seu acompanhamento através de assessoria técnica passou a ser empreendida em articulação estreita com a ação dos CPPTR. Para Alzira Medeiros, “a grande inovação desta ação complementar do banco do povo diz respeito a formação de novos empreendedores. Aos iniciantes é oferecido um curso de criação de novos negócios, para que, a partir do mesmo, seja formulado um plano de negócios e se obtenha mais clareza acerca do que significa empreender de forma solidária na realidade social, cultural e econômica do seu bairro, município e país”. Além disso,

insiste Alzira, “a ação mais significativa do programa esta em articular os empreendedores e empreendedoras de cada bairro e território, por RPA, para estimular a sua participação e surgimento dos núcleos locais como interlocutores com a política da municipalidade e que dessa forma possam se inserir na gestão do CPPTR e no fórum pernambucano de economia popular e solidária como espaços públicos de trocas e organização”¹⁹.

Este caso revela o exemplo de uma política pública de economia solidária apresentando um desenho muito claro em termos de concepção e nível de estruturação. As ações compreendem diferentes aspectos relacionados ao fortalecimento da economia popular e solidária, envolvendo formação e qualificação profissional, apoio ao crédito e assessoria na gestão de empreendimentos, além de incubação, formação de redes associativas, etc. Chama atenção, no nível conceitual, a ênfase atribuída a dimensão associativa no apoio as práticas, refletindo a importância de se pensar tanto os aspectos econômicos quanto os aspectos políticos para a sustentabilidade dos projetos. Uma sustentabilidade que supõe um trabalho anterior de organização dos próprios agentes coletivos no seu território, através da importância atribuída a constituição de redes locais associativas.

Do ponto de vista da execução da política, foram criados instrumentos extremamente inovadores como a idéia dos Centros Públicos de Promoção do Trabalho e Renda. Estes vieram representar espaços efetivos de construção social da política. Aliás, percebe-se que a clareza no desenho da política tem haver com um nível de articulação com a sociedade civil muito forte construído desde o seu início. Fora precisamente esta articulação que permitiu a construção da própria política, através do fornecimento não apenas de técnicas mas de um acúmulo de conhecimento sob a forma de pesquisas e diagnósticos sobre os problemas da cidade que já vinham sendo feitas por muitas entidades da sociedade civil organizada, em especial aquelas com uma trajetória antiga de organização do movimento popular na cidade. Os próprios gestores públicos neste caso tem origem direta dos movimentos sociais, a exemplo principalmente da sua coordenadora que fora recrutada junto a uma entidade da sociedade civil local de referência junto aos chamados movimentos populares.

O CASO SÃO PAULO

A experiência de uma política pública de economia solidária vivida na antiga gestão da prefeitura da cidade de São Paulo revela-se bastante singular em relação ao caso brasileiro por duas razões inicialmente. A primeira diz respeito a sua complexidade, tanto em termos da sua concepção, quanto da sua efetividade. A segunda concerne seu grau de abrangência, dado o número de pessoas envolvidas pela política de diferentes maneiras, bem como seu espaço de atuação territorial, implicando ações nas mais variadas regiões da cidade.

UMA VISÃO COMPLEXA DA PROBLEMÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A complexidade da política paulistana traduz-se numa concepção bastante fina em relação ao modo de enfrentamento da problemática da pobreza relacionada à perspectiva de geração de trabalho e renda. Isto porque, de um lado, articula uma amplitude muito grande de ações concernentes às práticas de economia popular e solidária (envolvendo crédito, incubação de empreendimentos e capacitação profissional, fomento a constituição de redes, pesquisa tecnológica e de construção de metodologias de gestão, entre outras). Do outro lado, mobiliza

¹⁹ Entrevista concedida em 28/03/05.

diferentes atores, tanto no campo da sociedade civil, quanto da própria máquina pública, construindo inclusive canais e espaços específicos de encaminhamento e monitoramento conjunto de suas ações. Além disso, importa ressaltar a estratégia mais geral inserindo tal política, que esclarece inclusive o lugar atribuído a ela na estrutura de governo.

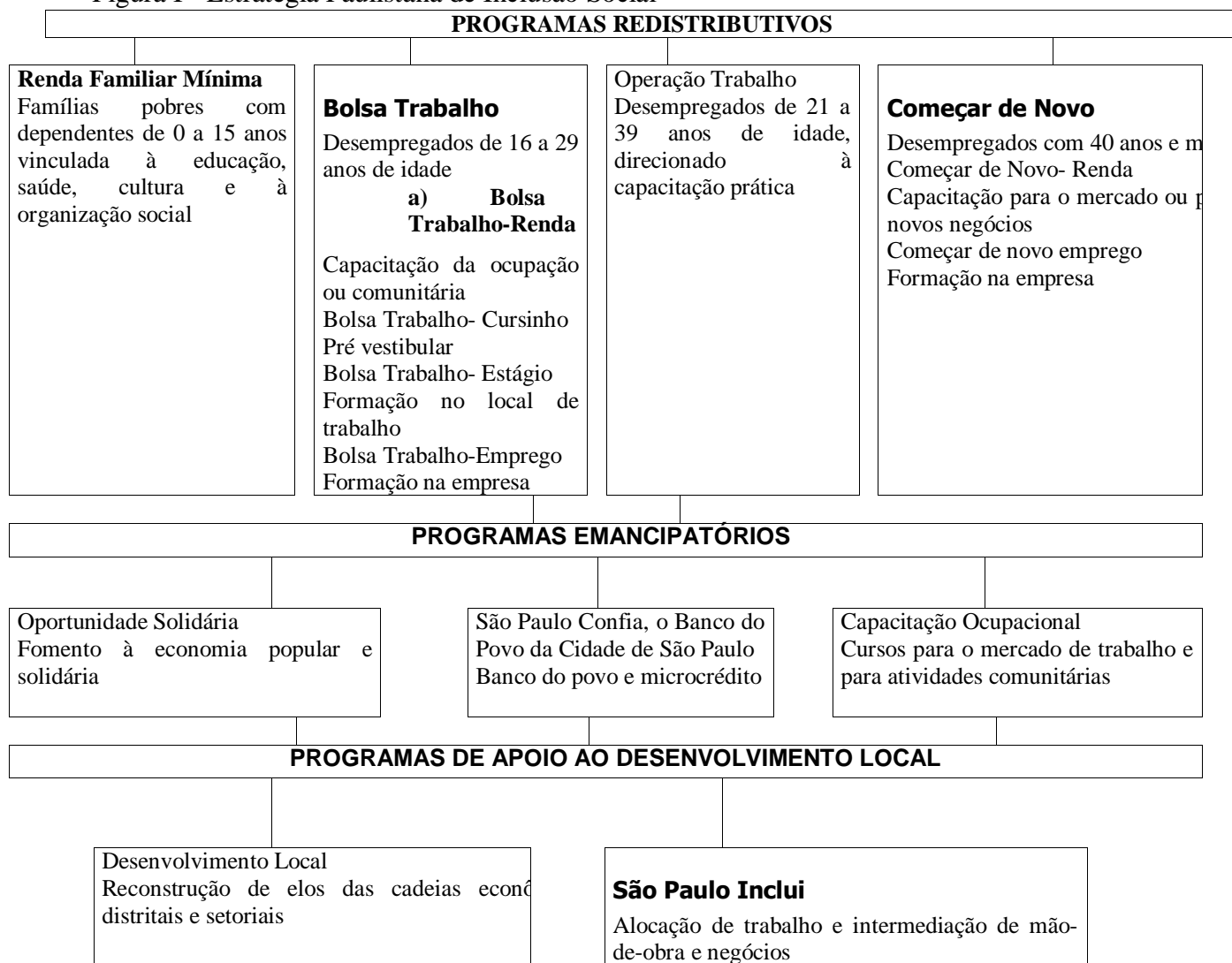
Com efeito, a política de economia solidária neste caso fora levada a cabo pela Secretaria do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade (SDTS) e traduz-se pelo programa intitulado “oportunidade solidária”. Tal programa estava longe de representar algo pontual. Ao contrário, ele inscrevia-se numa estratégia mais ampla de inclusão social pensada no bojo de uma política pública de combate à pobreza a cargo da SDTS. Assim, a compreensão da política de economia solidária no caso de São Paulo aparece de modo indissociável de uma visão sobre os fundamentos de tal estratégia de inclusão social.

A ESTRATÉGIA PAULISTANA DE INCLUSÃO SOCIAL

Tal estratégia continha uma forte preocupação em afastar-se de um viés mais assistencial no tratamento da questão da pobreza. Isto porque seus princípios sugeriam ao mesmo tempo, conforme enfatiza Angela Schwengber (então coordenadora da política de economia solidária), a superação do caráter compensatório com vistas à promoção da emancipação sócio-econômica, a integração e universalização das ações, a priorização da atuação em bolsões de pobreza e violência, o incentivo a cidadania com a percepção do pertencimento, dos direitos, do protagonismo, da organização social e, finalmente, a geração de inclusão social.

O modo de estruturação de tal estratégia revelava-se também bastante original ao conceber nove programas específicos em torno de três eixos programáticos (conforme figura abaixo).

Figura I - Estratégia Paulistana de Inclusão Social



Fonte: Schwengber, Ângela; Praxedes, Sandra; e Parra, Henrique; Programa Oportunidade Solidária: Construindo uma Política Pública de Economia Solidária, Texto de trabalho, 2004.

No primeiro eixo encontram-se os programas de caráter redistributivo, voltados a garantir a complementação de renda para as famílias mais vulneráveis. Conforme explicam Schwengber, Praxedes e Parra, “no caso dos programas Renda Mínima (...) e Bolsa Trabalho (...), busca-se garantir temporariamente renda associada à ampliação da escolaridade e ao envolvimento com atividades comunitárias. O Programa Bolsa Trabalho também possibilita ao jovem carente o acesso seletivo a cursos pré-vestibulares gratuitos (Bolsa Trabalho-Cursinho), assim como visa disponibilizar bolsas em universidades privadas para ampliar a escolaridade dos jovens de baixa renda. Para a formação no local de trabalho de jovens carentes em fase de conclusão do ensino médio ou universitário, o Programa Bolsa Trabalho oferece uma linha de estágios nos setores público e privado (Bolsa Trabalho-Estágio), assim como a experiência de formação com contrato

formal de trabalho (Bolsa Trabalho-Emprego). Em relação aos programas Operação Trabalho (...) e Começar de Novo (...), a garantia temporária de renda encontram-se combinada à educação para o trabalho assalariado, autônomo, à criação de empreendimentos populares solidários e para atividades comunitárias. Ainda para o programa Começar de Novo há a garantia de formação no local de trabalho para recém contratados com 40 anos e mais e com ensino fundamental concluído (Começar de Novo Emprego)²⁰ (p.3).

No segundo eixo programático localizam-se os programas emancipatórios, que operam de forma simultânea aos programas re-distributivos. Para as famílias do Programa Renda Mínima, há a disseminação de conhecimentos básicos, como alfabetização, economia doméstica e orçamentária, saúde e higiene, entre outros, bem como apoio para organização de empreendimentos populares e solidários que possam gerar ou melhorar a renda da família e a reatar os laços comunitários. “Já para os demais beneficiários dos programas re-distributivos há a possibilidade de escolha, após a passagem por um módulo básico de dois meses de formação cidadã (ética, cidadania e cultura política e econômica), de módulos específicos, de 4 a 24 meses, nas áreas de aprendizagem e incubação de empreendimentos populares solidários, a capacitação para trabalho assalariado, autônomo e de atividades comunitárias (agentes comunitários de lazer, de meio ambiente, de transporte, entre outros) pelo programa Capacitação Ocupacional. As atividades de fomento à economia popular e solidária para os beneficiários dos vários programas re-distributivos estão a cargo do Programa Oportunidade Solidária, que atua em várias frentes, em especial na capacitação para a autogestão, para o cooperativismo, associativismo e empreendedorismo; assessoria para elaboração do plano de viabilidade e implantação do empreendimento; fomento à tecnologias adequadas aos empreendimentos populares; acesso à linha de crédito especial para financiar os novos negócios, apoio à constituição de redes solidárias, entre outras ações (ver mais adiante). O São Paulo Confia, o Banco do Povo da Cidade de São Paulo, realiza micro-empréstimos à taxas de juros compatíveis com a capacidade de pagamento, como forma de viabilizar o início e o desenvolvimento dos pequenos negócios”²¹.

Por fim, no terceiro eixo programático situam-se os programas de apoio ao desenvolvimento local, estruturados nos próprios distritos onde se localizam os beneficiários dos programas re-distributivos. “Dessa forma, a Prefeitura de São Paulo procura aproximar os locais de moradia e de possível exercício de trabalho, propondo a reorganização geográfica dos postos de trabalho, captando novas vagas e viabilizando novas formas de re-inserção no mercado (Programa São Paulo Inclui). Paralelamente, o poder público local apóia a reestruturação empresarial, com ênfase no desenvolvimento de cadeias produtivas fortemente empregadoras e geradoras de negócios, no intuito de dinamizar o distrito e absorver parte dos beneficiários dos programas sociais”²².

Para estes autores, em suma, “as ações emancipatórias e de apoio ao desenvolvimento local visam o longo prazo, atuando sobre o capital social de grupos de pessoas e comunidades (distritos) e criando novas potencialidades produtivas e de viabilização da cidadania. O segundo eixo atua sobre a formação e disseminação de parcerias e cooperativas com o objetivo de fortalecer os laços sociais, enquanto o terceiro eixo territorializa estas ações, desenvolvendo arranjos produtivos

²⁰ Schwengber, Ângela; Praxedes, Sandra; e Parra, Henrique; Programa Oportunidade Solidária: Construindo uma Política Pública de Economia Solidária, Texto de trabalho, 2004, p.03.

²¹ Ibid., p.04.

²² Ibid.

locais nos vários distritos”²³. Todos encontram-se intrinsecamente relacionados ao primeiro eixo, que promove um choque distributivo de renda.

Uma primeira apreciação geral desta estratégia permite-nos assinalar de imediato duas características fortes (que discutiremos mais adiante) a primeira diz respeito a articulação entre programas assistenciais e programas emancipatórios e a segunda concerne o caráter indutivo da política de ES.

O PROGRAMA “OPORTUNIDADE SOLIDÁRIA”

A política de economia solidária empreendida pela prefeitura de São Paulo chama atenção pelo grau de diversificação e articulação das ações no âmbito das práticas de economia solidária. Foram elas: incubação de empreendimentos populares solidários; acesso ao crédito; intermediação de negócios; projeto bolsa empreendedor, capacitação ocupacional; apoio à realização de feiras de economia solidária; organização de associações entre empreendimentos de um mesmo segmento econômico e articulação de projetos setoriais; telecentro de negócios e; centros públicos de economia popular solidária.

Como a política fora caracterizada por um permanente processo de monitoramento e auto-avaliação, algumas dessas ações foram aparecendo ao longo do seu desenvolvimento. O que significa frisar que o conjunto dessas ações não ocorreu simultaneamente. Algumas aconteceram apenas em momentos muito distintos durante o tempo de execução da política. Contudo, de certo modo o conjunto das ações articula-se em torno da atividade central de incubação.

A INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS

Este programa de incubação estrutura-se em diferentes fases. A primeira delas, chamada de **Sensibilização**, “é a fase em que os beneficiários dos Programas re-distributivos de renda participam de uma primeira atividade de caráter informativo sobre o Programa Oportunidade Solidária e decidem pela participação no mesmo. Tem duração média de 8 horas”²⁴. Depois vem a fase de **pré-incubação**, que “consiste em desenvolver junto aos beneficiários a iniciativa empreendedora e a cultura associativa/solidária; construir projetos de geração de ocupação e renda com vistas à emancipação socioeconômica dos participantes; capacitar os participantes para a autogestão organizativa e socioeconômica dos empreendimentos em gestação; propiciar formação cidadã e o fortalecimento da cidadania, bem como o desenvolvimento pessoal; estimular a participação na promoção do desenvolvimento comunitário e local com base na cultura solidária e na sustentabilidade econômica, social e ambiental. Nesta fase os beneficiários ainda estão inseridos em programas de transferência de renda e devem, como contrapartida, participar de alguma outra atividade (de capacitação, incubação, etc) oferecida pela SDTS. Tem duração média de 4 meses e cerca de 200 horas de atividades de capacitação e assessoria”²⁵. Em seguida, na fase de **Incubação** propriamente dita, “permanecem apenas aqueles participantes que chegaram a elaborar na *pré-incubação* um projeto de empreendimento e que desejam incubá-lo. Além de seguir aprofundando os conteúdos das fases anteriores, neste momento a finalidade é assessorar os beneficiários para que criem e coloquem em funcionamento os projetos de empreendimentos elaborados, além de promover a integração com outros atores locais, visando criar bases de

²³ Ibid.

²⁴ Angela Schwengber, resposta ao formulário para coleta de informações sobre políticas públicas de economia solidária.

²⁵ Ibid.

fortalecimento, de viabilização e de sustentabilidade socioeconômica dos empreendimentos. Tem em média 6 meses de duração, com cerca de 300 horas de atividades de capacitação e assessoria”²⁶. Este processo de incubação conclui-se através da fase de **pós-Incubação**. “Nesta fase são implementados projetos de Redes Solidárias Locais, as quais visam integrar os empreendimentos constituídos entre si e eles com o ambiente onde estão inseridos, criando melhores condições de sustentabilidade dos empreendimentos e também despertando neles o seu papel de agentes locais de desenvolvimento. É um momento de buscar outros atores governamentais, não governamentais e comunitários e construir alianças e projetos comuns. Tem em média 6 meses de duração e mais 300 horas de capacitação, assessoria e outras atividades”²⁷.

Evidentemente que o processo de incubação não encerra o conjunto das ações empreendidas. Concomitante a todas estas fases, o Programa, diretamente ou em parceria, articulou e procurou disponibilizar outros instrumentos e desencadear outras ações de apoio, que são apresentadas a seguir.

Uma delas são as ações de **Acesso ao crédito**, sobretudo para os casos de “novos negócios”, onde as atividades econômicas iniciam-se no ponto “zero”. Neste intuito, “foi criada uma linha de fomento à economia popular solidária, no âmbito do Programa Central de Crédito Popular São Paulo Confia, a partir de um fundo específico, com objetivo de apoiar o desenvolvimento dos novos empreendimentos populares e solidários, individuais ou coletivos, oriundos e encaminhados pelo Programa Oportunidade Solidária. Os créditos desta linha são concedidos nas modalidades crédito incubação e primeiro crédito. O Crédito-incubação tem a finalidade de gerar dinâmicas econômicas para os grupos/indivíduos em processo de formação para a constituição de empreendimentos, bem como uma função educativa para a gestão financeira de negócios. O Primeiro Crédito é concedido para o empreendimento, familiar e/ou individual ou coletivo, constituído no processo de incubação do Programa Oportunidade Solidária, considerando-se exclusivamente as necessidades específicas do negócio, bem como a respectiva capacidade de pagamento. Ainda no âmbito desta linha foi criado espaço central que passou a ser o “Comitê de Crédito”. Nele, propicia-se o encontro entre as diferentes racionalidades que permeiam o processo de avaliação e de concessão de crédito para os empreendimentos populares oriundos do Programa. O Comitê reúne, semanalmente, representantes do Programa Oportunidade Solidária, do São Paulo Confia e da Incubadora que irá apresentar o plano de negócios do empreendimento que ela está assessorando. Em algumas situações, representantes do empreendimento também participam deste Comitê. Nesta reunião, além de se analisar as informações presentes no plano de negócios, procura-se agregar um conjunto de outras informações (externas à simples análise econômico-financeira) a partir das experiências fornecidas pelos partícipes do Comitê, melhorando assim a qualidade do conhecimento sobre o empreendimento solicitante (situação interna do grupo, inserção na economia local, etc)”²⁸.

Uma outra ação fora chamada de **“Intermediação de Negócios”**, consistindo na criação de um sistema de intermediação de negócios populares de modo articulado ao Programa São Paulo Incluir. “Trata-se de um sistema de informações, gerenciado pelo programa que estimula e organiza a demanda por produtos e serviços da economia solidária e direciona-as para um cadastro de empreendimentos incubados. Os empreendimentos puderam estabelecer vários negócios a partir

²⁶ Ibid.

²⁷ Ibid.

²⁸ Ibid.

deste sistema bem como o poder público pode construir parcerias com empresas e com órgãos da administração para apoiar o escoamento da produção dos empreendimentos”²⁹.

Houve também a ação intitulada “**Projeto Bolsa Empreendedor**”, que consistiu na criação de um projeto específico voltado ao público universitário para fomento à pesquisa e inovação tecnológica. “Trata-se do Projeto Bolsa Empreendedor, um concurso de projetos para estudantes no nível da graduação, que concorrem a uma bolsa de 6 meses para o desenvolvimento de soluções, ferramentas e produtos tecnológicos voltados, prioritariamente para os empreendimentos solidários. Sistemas de informação simplificados e de baixo custo; aprimoramento de processos organizacionais dos empreendimentos, softwares de geo-referenciamento para a gestão pública, produtos gráficos para divulgação de práticas de economia solidária, elaboração de materiais didáticos sobre diferentes aspectos que tocam a viabilidade econômica dos empreendimentos, entre outros, são alguns exemplos de projetos desenvolvidos por estudantes no âmbito do Bolsa Empreendedor. Um dos objetivos deste Projeto é dinamizar, através de uma rede de parcerias com universidades da cidade de São Paulo, o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias voltadas à compreensão e superação de problemas sociais, incentivando assim uma relação de cooperação entre universidades e poder público”³⁰.

Além destas foi criada ainda uma “**Capacitação ocupacional**” nas áreas afins aos empreendimentos que estavam sendo constituídos, como, por exemplo, alimentação, artesanato ou mesmo de técnicas específicas como vendas. Assim como, outras ações diziam respeito ao “**Apoio à realização de Feiras de Economia Solidária**”, concebidas como espaços de comercialização, integração, formação e difusão dos princípios da economia solidária.

A organização de associações entre empreendimentos de um mesmo segmento econômico e articulação de projetos setoriais com vistas ao fortalecimento e maior integração e cooperação entre eles, constituiu outra iniciativa relevante do programa. Assim como, o chamado **Telecentro de Negócios**: “um projeto que é ao mesmo tempo um espaço de capacitação para jovens e um centro de assessoria continuada e apoio aos empreendimentos na constituição, administração, divulgação, integração, acesso a tecnologias, entre outros instrumentos”³¹.

Além destas várias ações, duas outras apareceram com grande relevância em razão do seu propósito de se posicionar claramente frente os novos desafios que surgem ao longo do processo de implantação do programa. Desafios que se colocam tanto para os empreendimentos constituídos como para o poder público na sua estratégia de políticas públicas não compensatórias e sim efetivas de combate à pobreza e exclusão social com caráter de desenvolvimento. As duas ações que tinham muito mais um propósito de continuidade foram o Projeto de criação das **Incubadoras Públicas de Empreendimentos Populares Solidários**, e o projeto dos **Centros de Referência da Economia Popular Solidária** ou Centros Públicos de Economia Popular Solidária. Nestes últimos, explica Ângela Schwengber, “estariam disponibilizados instrumentos e serviços (como aperfeiçoamento técnico, assessoria técnica, crédito e investimento, tecnologias, espaço de comercialização, etc.) e poderiam ser desenvolvidos novos instrumentos e serviços adequados ao setor. Além disso, seriam espaços de convergência dos vários atores do setor para possibilitar a

²⁹ Ibid.

³⁰ Ibid.

³¹ Ibid.

organização em redes, cadeias produtivas, fóruns e de catalisar e expandir os princípios e estratégias da economia popular solidária”³².

DESAFIOS E AVALIAÇÃO CRÍTICA DA POLÍTICA

Na avaliação da equipe de coordenação, foram três os principais desafios na implementação da política. O primeiro foi de fomentar uma atitude cidadã na sociedade, o que significava romper com uma tradição de cultura política da relação entre Estado e sociedade marcada por um legado histórico de subordinação, assistencialismo, clientelismo, desconfiança, descrença e abandono. “Soma-se a isto o desafio de criar contextos favoráveis à organização sócio-econômica coletiva e autogestionária entre pessoas que acabaram de se conhecer e que compartilham mais carências que recursos para a construção de um projeto associativo”³³.

Um segundo desafio consistia em partir de um Estado desestruturado para promover políticas públicas de caráter democrático e cidadão. Conforme explicam estes autores-atores: “Particularmente nas regiões mais periféricas e de maior concentração de pobreza é evidente a ausência ou fragmentação da ação e dos recursos e equipamentos públicos, a ausência de espaços comunitários que possam servir de pontos de referência para a construção de uma nova sociabilidade, para tornar acessível e desenvolver conhecimentos e proporcionar experimentação e vivências para a construção de projetos comunitários e de economia popular solidária”³⁴.

Um terceiro desafio na avaliação destes autores-atores colocava-se em relação a necessidade de reconstrução das relações entre o Estado e as entidades civis que cada vez mais ocupam papel relevante na implantação de políticas sociais no Brasil. “Na onda neoliberal da desestruturação das capacidades do Estado de fazer-se responsável pela ampliação e garantia dos direitos civis e de cidadania, houve um processo de transferência desta responsabilidade para entidades civis. Desta forma, o Estado virou quase que exclusivamente financiador, com recursos públicos, de uma infinidade de projetos sociais, fragmentados e desarticulados, que não concorrem para a ampliação e universalização de direitos de cidadania, antes são ações compensatórias que amenizam as condições da pobreza sem força para romper com sua lógica de reprodução. Por outro lado, muitas destas entidades civis têm experiência e um aprendizado fundamental para enriquecer e ramificar a ação pública. Então, o que o Programa Oportunidade Solidária encarou como desafio foi criar redes que integrassem, articulassem, complementassem saberes, experiências e capacidades e pudessem apontar para fortalecimentos organizativos entre os participantes/beneficiários da ação pública e efetivamente convergissem para o desenho de uma política pública com garantia de direitos, reconhecidos e regulados pelo Estado”³⁵. Neste sentido, a visão dos autores-atores fora da transformação do próprio Programa em um “espaço público de construção de uma política pública de fomento à economia popular solidária no âmbito do município”.

No enfrentamento de tais desafios várias soluções inovadoras foram criadas que vieram assim caracterizar o próprio processo de implantação do programa. Em relação ao primeiro desafio, por exemplo, “o programa apostou na cooperação técnica com instituições não-governamentais, entidades civis e universidades para difundir, construir, experimentar, vivenciar novas práticas sociais entre os participantes do programa, capacitar para a autogestão e incubar

³² Ibid.

³³ Schwengber, Ângela; Praxedes, Sandra; e Parra, Henrique; Op.Cit, p.08.

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibid.

empreendimentos, criar novos vínculos sociais e redes solidárias”³⁶. Já em relação ao enfrentamento do terceiro desafio, com reflexos diretos sobre os dois outros, a solução aportada no programa fora a gestão compartilhada com as várias entidades conveniadas e com outros programas da SDTS. Essa gestão compartilhada traduziu-se na instituição de quatro fóruns de organização das atividades: a coordenação das parcerias, os grupos de trabalho, os seminários e as reuniões de coordenação do programa com cada instituição parceira. Para Schwengber, Praxedes e Parra, “esta gestão compartilhada tem um viés de democratizar a gestão pública, mas também se insere na estratégia de ampliar a sustentabilidade desta política pública para além do tempo de governo. Já não se trata de financiamento público para projetos pulverizados de “n” instituições sociais, mas sim de articular os vários agentes e suas ações em torno de uma estratégia pública de enfrentamento à pobreza e exclusão social”³⁷.

A concepção do próprio programa como um espaço público de construção da política apareceu com mais nitidez no enfrentamento do segundo desafio. Conforme explica os seus autores-atores, ele (programa), seria “como o laboratório que indicaria os caminhos, as estratégias, os instrumentos, os atores, entre outros aspectos do que teríamos que consolidar como marco legal, ou marco regulatório em âmbito municipal para fomentar a economia popular solidária. Nesse sentido, por meio do Convênio com a ITCP/UFRJ, também foi sistematizado, a partir das vivências do Programa, um projeto de lei para a criação da Política Pública de Economia Solidária do Município de São Paulo (...)”, posteriormente enviado à Câmara Municipal de Vereadores. “Mas o segundo desafio requer algo muito maior que uma Lei, requer atores sociais relevantes que façam ouvir suas demandas, legitimem a necessidade e negociem o seu atendimento. Ou seja, é necessário que a sociedade se organize, que a cidadania se manifeste. Neste sentido, o trabalho de formação cidadã, de capacitação e de organização promovido pelo Programa por meio das entidades conveniadas também faz parte da estratégia de superação do segundo desafio”³⁸.

O painel descritivo traçado nestas últimas linhas permite perceber já o nível de complexidade de uma tal política pública, tanto na sua concepção quanto em termos de sua dinâmica de implementação. Aliás, este último quesito revelou uma capacidade impressionante de auto-organização da política, que em função dos processos permanentes de monitoramento e auto-avaliação das ações, vinculadas a dinâmica muito instável do social num crescente incremento de suas demandas, implicou um constante processo de revisão e reelaboração dos seus instrumentos e metodologias de ação.

Aliado a este aspecto merece destaque o nível de articulação com a sociedade civil promovido nesta política. Foram mais de quinze entidades conveniadas, o que implicou uma costura de relações nada fácil entre primeiro o poder público e as entidades da sociedade civil, em seguida entre as próprias entidades que se viram impelidas ao estabelecimento de relações de cooperação as quais não estavam habituadas. De um processo extremamente conflitivo e muito doloroso em alguns momentos, pode-se depreender, segundo depoimento de Ângela Schwengber, um saldo muito positivo relativo ao processo de aprendizagem vivenciado tanto em termos do intercâmbio de conhecimento e saberes quanto em relação ao próprio exercício da democracia nas relações entre atores da sociedade civil e entre estes e os poderes públicos.

³⁶ Ibid, p.09.

³⁷ Ibid. p.10.

³⁸ Ibid., p.11.

Por outro lado, algumas fragilidades afluíram, o que parece salutar no processo de crescimento e consolidação de um movimento de economia popular e solidária no país na perspectiva da sua maior institucionalização. Por exemplo, “a avaliação resultante do processo de monitoramento feito pelo Programa sobre as metodologias utilizadas pelas entidades no processo de incubação, via de regra, considera-se que elas respondem bem aos aspectos de desenvolvimento pessoal e cidadão, mobilização e organização social. No entanto, são ainda bastante frágeis nas estratégias de desenvolvimento econômico dos grupos, ou seja, os aspectos relacionados à construção do negócio, o que aumenta a desmobilização dos beneficiários que precisam encontrar outras alternativas de sobrevivência. Em alguns casos não é propriamente a metodologia que não é adequada, mas a qualificação das equipes técnicas envolvidas”³⁹.

Alguns indicadores de natureza mais quantitativo relativo aos resultados alcançados pelo programa revelam o número de cerca de 50.000 pessoas sensibilizadas pelas suas atividades, das quais 17.500 passaram por um processo formativo na fase de pré-incubação. Ao final, cerca de 2.000 iniciativas foram lançadas, empregando 3.600 pessoas. Embora estes números ofereçam uma noção de grandeza sobre os efeitos da política, por outro lado revelam-se extremamente limitados na sua capacidade de apreender outros efeitos de natureza mais qualitativa e que projetam-se no médio e longo prazo operados pelo programa. Estes relacionam-se com mudanças de atitudes, valores e formas de relações que se operam na vida das pessoas, nas comunidades e territórios. O programa parece impactar fortemente nos modos de organização comunitária, interferindo de modo central na trajetória de sujeitos cujo percurso e itinerário de vida social sempre fora marcado por um alto grau de vulnerabilidade social. É como se representasse um primeiro estímulo. Na verdade, o caráter de médio e longo prazo no nível dos resultados operados em tal tipo de política esta relacionado ao seu propósito específico. Ou seja, trata-se de primeiro qualificar e organizar sócio-politicamente os grupos nos seus territórios, para apenas numa segunda etapa desenvolver a dimensão mais econômica dos projetos.

UMA POLÍTICA FUNDADA EM INTERAÇÕES RECÍPROCAS

Essa é uma segunda característica fundamental das políticas de economia solidária, particularmente emblemáticas nos casos de São Paulo e Recife. Uma política fundada em interações recíprocas significa dizer que elas não são concebidas em gabinetes ou “de cima para baixo” – do Estado para a sociedade, mas, ao contrário, supõe uma relação dinâmica com a sociedade civil, fundada em articulações e até parcerias diversas. Porém, a noção de interação aqui supõe dois níveis de articulação: a) intra-governamental e b) com a sociedade civil.

A) A NECESSIDADE DE ARTICULAÇÕES INTRA-GOVERNAMENTAIS

Embora tenhamos frisado aqui a noção de necessidade, este primeiro aspecto define-se muito mais como uma vocação de tais políticas do que como sua realidade efetiva no momento atual. Uma vocação pois o tema da economia solidária possui natureza transversal, tendendo a mobilizar diferentes áreas de atuação política em razão da natureza mesmo desse objeto. Ou seja, a economia solidária não diz respeito apenas a um problema econômico, ela envolve outras questões como a sociabilidade nos territórios, a participação política das pessoas, o grau de organização associativa, a preservação ambiental, a afirmação de identidades culturais, etc. Isto porque, conceitualmente, em economia solidária a economia, entendida como as atividades associadas ao trabalho, torna-se

³⁹ Ibid., p.14.

um meio para a realização de outros objetivos não econômicos: como objetivos sociais, através da melhoria das condições de sociabilidade entre as pessoas bem como o fortalecimento dos seus vínculos no território; ou objetivos políticos, através da consideração desses espaços de organização sócio-produtivos como também espaços públicos em que as pessoas discutem seus problemas comuns ligados as condições de vida no bairro, por exemplo, encaminhando soluções até sob forma de iniciativas econômicas visando resolver problemas públicos concretos. Além disso, trata-se de iniciativas políticas também no sentido em que tais empreendimentos são pensados como formas associativas, incitando uma dinâmica portanto de ação pública que se combina aquelas ações mais sócio-produtivas. Além de social e político, as iniciativas de economia solidária podem também mobilizar uma dimensão cultural e ambiental forte ao investir em iniciativas que contribuem para o resgate e afirmação de identidades culturais territoriais e preservação do meio ambiente.

É neste sentido que projetos de economia solidária podem e são empreendidos em diferentes secretarias de governo ao envolverem diferentes temáticas como por exemplo educação ambiental, transporte, lazer e esporte, habitação, segurança alimentar, etc. Ela (economia solidária) possui, portanto, uma vocação de transversalidade enquanto temática, exigindo assim uma complexidade no seu tratamento.

Uma tal vocação não se efetiva sempre na realidade em razão da lógica mesmo de estruturação política e funcionamento dos governos em que na maioria das vezes as secretarias não dialogam entre si, pelas razões as mais diversas, inclusive relacionadas a disputas políticas em torno da legitimidade dos diferentes projetos elaborados. O mero desconhecimento sobre o que faz um vizinho de secretaria ou o ciúme pelo projeto alheio, pode ser fator inibidor das possibilidades de um efetivo tratamento transversal dos assuntos políticos.

Além desses fatores, a própria novidade do tema, ligado ao seu pouco entendimento efetivo, não confere a ele ainda status suficiente para poder ter um papel de aglutinação de várias secretarias.

B) AS ARTICULAÇÕES COM A SOCIEDADE CIVIL

Se as interações intra-governamentais se apresentam hoje muito mais como uma vocação de tais políticas, as articulações com entidades da sociedade civil, por outro lado, representam uma condição mesmo para efetividade de tais políticas. É como se devêssemos afirmar que tais políticas não se constroem ou podem ser implementadas prescindindo de um tal nível de articulação.

As razões devem-se a própria novidade do tema, relacionado ao fato dele representar uma emanção direta da sociedade civil e dos meios populares. São, portanto, sobretudo entidades da sociedade civil que acumularam conhecimento acerca dessa realidade de uma economia popular e solidária, bem como dos meios de fomentá-la, que passam a interagir com o poder público na concepção e implementação de tais políticas. Isto explica, porque encontramos nos casos mais emblemáticos de políticas públicas de economia solidária a presença de gestores públicos, sobretudo em situação de coordenação, oriundos do próprio campo da economia popular e solidária, com um percurso de vida e itinerário profissional em geral ligado a uma forte atuação em entidade de apoio e fomento a economia solidária.

O efeito mais visível desta articulação necessária entre sociedade civil e estado na constituição de tais políticas encontra-se no próprio formato prático que elas costumam assumir enquanto espaços públicos de discussão, reflexão, elaboração e encaminhamento de propostas e idéias. A ênfase na constituição de Centros públicos como estratégia de implementação de tais políticas, como particularmente ilustrado nos casos de Recife e São Paulo, revela talvez aquilo que exista de mais inovador nesse gênero novo de política pública no Brasil, sinalizando novos padrões de definição das relações entre estado e sociedade.

Embora resida neste aspecto, nitidamente, uma tendência de redemocratização significativa das relações entre estado e sociedade, elas evidentemente não ocorrem sem dificuldades no espaço

da constituição de tais políticas. Muitas são as tensões e fricções caracterizando tal relação o que parece apontar um paradoxo constitutivo da sua natureza mesmo, ou seja, o de supor um padrão de relação que é sempre ao mesmo de cooperação e conflito. Um paradoxo, que aliás, parece inerente a condição e possibilidade do exercício democrático.

Importa salientar também que o grau de consistência em tais interações varia em função do nível de organização do campo da economia popular e solidária em cada contexto de realidade, bem como, das próprias características e composição desse tecido organizativo local. Ou seja, o tipo de entidade parceira pode variar significativamente entre uma realidade e outra, com reflexos evidentes sobre a própria consistência da política.

UMA POLÍTICA COM FORTE VOCAÇÃO INDUTIVA

Esta característica indica o caráter estratégico das políticas de economia solidária enquanto modo de desenvolvimento. Isto porque, trata-se de uma política não apenas de resposta às pressões e demandas, mas de indução de processos de organização e desenvolvimento.

Importa salientar que, enquanto políticas de geração de trabalho e renda numa perspectiva de combate à pobreza e às desigualdades sociais, tais políticas lidam na maioria dos casos com categorias marginalizadas da sociedade. Tal população apresenta muito mais características de dispersão, desmobilização e desorganização do que o contrário. Atuando, portanto, em tecidos organizativos locais profundamente fragilizados, tais políticas buscam em primeiro lugar estimular processos de auto-organização coletivo. Elas induzem a organização dos grupos sociais nos territórios como primeiro passo para uma tentativa de construção de processos mais sustentáveis de desenvolvimento.

Reside precisamente neste aspecto a visão estratégica da passagem de uma condição de simples reprodução das condições básicas de vida, para uma possibilidade de reprodução ampliada das condições de vida, ou seja, que permita transformações institucionais nas condições mais gerais de vida de pessoas num território. Esta é também a visão estratégica da passagem de um estado de subsistência das iniciativas empreendidas para um estado de sustentabilidade, refletindo o salto estratégico necessário que induzem tais políticas de uma condição de economia popular apenas, para uma condição de economia popular e solidária. Um salto que pode ser ilustrado ainda através da ênfase no deslocamento das noções de assistência e compensação para aquela de emancipação.

É por esta razão que as políticas públicas efetivas de economia solidária vão atribuir grande ênfase as dimensões não econômicas, como os aspectos de organização política e social dos grupos nos seus territórios. Daí também a ênfase em dinâmicas associativas devendo complementar a visão exclusivamente econômica de negócios. É assim que ações muito valorizadas em tais políticas dizem respeito exatamente ao apoio e fomento a organização dos grupos e constituição de redes, segundo o pressuposto de que primeiro deve-se organizar sócio-politicamente esses grupos no seu território, fortalecendo o seu capital social, para que haja condições efetivas de geração de trabalho e renda.

UMA POLÍTICA DE “ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE”

Trata-se, portanto, de uma “política de organização da sociedade”. Ou seja, seus beneficiários diretos não são indivíduos isolados ou assistidos, mas sim coletivos concretos, entes organizados, etc.. Ou seja, a vocação de uma política de economia solidária não é de promover saídas individuais, segundo uma lógica de empreendedorismo assentada em valores de competição e sucesso pessoal.

Mas, ao contrário, as iniciativas apoiadas são pensadas em relação a cadeias sócio-produtivas mais amplas que se articulam no espaço de um território específico, daí a importância atribuída a organização dos grupos e fortalecimento das redes sociais e políticas, com o fomento do associativismo local. Trata-se de buscar operar novas institucionalidades ou marcos regulatórios territoriais, re-significando o sentido das práticas econômicas que vão operar-se em relação estreita

com a própria vida social, política, cultural e ambiental nos seus respectivos territórios. O econômico passa a fazer sentido apenas em relação a outras esferas da vida local, mas também como modo de articulação associativa entre produtores e consumidores locais a fim de evitar processos de exclusão.

Enquanto políticas de organização da sociedade, seus efeitos e resultados apresentam natureza particular e remetem ao médio e longo prazo. A noção de resultado aqui deve ser revista no sentido da construção de critérios e parâmetros de avaliação que reflitam os avanços substanciais e qualitativos que ocorrem nestes processos. No nível, por exemplo, da organização política, das relações sociais, das atitudes individuais, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto procuramos mostrar inicialmente que existem diferenças entre as noções de política de geração de trabalho e renda e políticas de emprego. Em seguida, sugerimos que as políticas de economia solidária representam uma forma específica de operar ações de geração de trabalho e renda, pois estão assentadas em uma concepção estratégica de desenvolvimento territorial. Porém, tal concepção e modo de implementar as políticas de economia solidária não encontra unanimidade em razão da diversidade de contextos nos quais tais políticas são empreendidas, implicando diferentes visões sobre a concepção da política, seu nível de estruturação, bem como sua forma de implementação. E ainda, mudanças significativas no próprio tecido organizativo local que compõe a dinâmica de economia popular e solidária também afetam a própria configuração da política. Assim, diferenças substanciais existem nos diferentes casos de implementação de tais políticas no Brasil, tendo sido as experiências de São Paulo e Recife particularmente emblemáticas, segundo nosso entendimento.

Emblemáticas precisamente em relação as três características que extraímos da análise desses dois casos. Ou seja, são políticas supondo uma relação de parceria com a sociedade civil como condição para sua efetividade; elas apresentam ainda uma forte vocação indutiva; e, apontam um horizonte como escopo da política que é exatamente aquele de organização da própria sociedade, relacionado a determinados contextos territoriais numa perspectiva de construção de novas institucionalidades ou marcos regulatórios .

Diante de uma caracterização que guarda ares de tanta ousadia na análise do fenômeno, nada mais coerente do que propor neste momento uma hipótese também ousada acerca da inovação que o fenômeno suscita. Neste sentido, sugerimos que tais políticas inauguram uma concepção renovada em termos de geração de trabalho e renda, bem como aponta novas tendências na configuração das relações entre estado e sociedade no caminho da sua maior democratização.

Entretanto, uma tal hipótese apresenta desafios muito grandes para sua efetividade. E o maior deles diz respeito a outra face desta análise, isto é, o nível de fragilidade institucional sob o qual repousa tais políticas. Este tem haver com a ausência de um marco institucional que fortaleça este campo de práticas, o que torna as iniciativas políticas desse gênero muito vulneráveis em relação às conjunturas políticas. Deve-se somar a isto o próprio reconhecimento institucional ainda limitado do tema e sua incompreensão importante em muitos contextos, ficando o êxito institucional relativo em alguns casos muito dependente das características e sensibilidade do gestor público responsável pela política.

O paradoxo de um objeto que se revela ao mesmo tempo tão frágil e inovador aponta os horizontes muito incertos dessa problemática. Resta a esperança de que estejam plantadas aí as sementes de uma nova cultura democrática nas relações entre sociedade civil e estado.

Secretaria Nacional de Economia Solidária
Departamento de Estudos e Divulgação
Esplanada dos Ministérios - Bloco F – sala 331
Brasília – Distrito Federal – 70.059-900

Diretoria de Estudos Sociais
SBS Quadra 1 Bloco J
Ed. BNDES sala 1411
Brasília DF - 70.076-900

FORMULÁRIO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Código do Formulário:

I – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

1. Nome:
2. E-mail:
3. Município/UF ou Estado:
4. Órgão ao qual está vinculado: Sigla:
4. Cargo:
5. Tipo de vínculo:
6. Endereço completo do órgão:
UF: Município: CEP:
8. Telefone: () FAX:()
9. Página do órgão na Internet:
10. Data do preenchimento:

II – NÍVEL DE ESTRUTURAÇÃO:

1. Como está estruturada a política⁴⁰ de apoio à Economia Solidária no seu município/estado? (Se for o caso, a resposta pode ser múltipla).

☞ Existe um Plano Geral do Órgão/ Secretaria/ Diretoria, ou o equivalente? Se existe, descreva quais suas estratégias e diretrizes, programas e ações. (Se não, passe à pergunta seguinte).

☞ Existe um ou mais Programas? Se existe(m), descreva cada um deles e quais seus objetivos. (Se não, passe à pergunta seguinte).

⁴⁰ Ver glossário no final do formulário.

☐ Existe(m) ação(ões) – projetos ou atividades. Descreva cada uma delas e quais seus objetivos:

2. Você poderia desenhar esquematicamente a estrutura/rede da política de apoio à economia solidária no seu município/estado? Ou seja, como se articulam os vários programas e ações e seus respectivos objetivos?

3. Existe uma legislação que organiza a política de apoio à economia solidária? Se existe, qual?

4. Existe articulação institucional com outros órgãos deste governo (municipal/estadual) no desenvolvimento dos programas/ações de apoio à economia solidária? Se existe(m), com qual(is) e com qual finalidade?

5. Para a implementação da política de apoio à economia solidária, o Poder Público teve que buscar parceiros?

☐Sim ☐Não

6. Se sim, por que?

☐ Necessidade de recursos financeiros;

☐ Necessidade de pessoal especializado (conhecimentos, metodologias, composição de equipes, etc);

☐ Necessidade de infra-estrutura física e material;

☐ Proximidade com o público alvo;

☐ Estratégico para a implementação da Economia Solidária;

☐ Outros. Quais?

7. Tipos de organizações com que tem parceria:

TIPO	QUAL(IS) ENTIDADES	PROGRAMAS/AÇÕES	MECANISMO *	FINALIDADE DA PARCERIA
Religiosas (Igrejas, pastorais, etc.).				
Unidade de Ensino Superior (Universidade etc.).				
Central Sindical, Federação ou Sindicato.				
Movimento social				
ONG's				
Empreendimentos de economia solidária				
Empresa Privada.				
Sistema S (Sebrae, SESCOOP, SENAR, SENAC etc.).				
Outra(s). Citar:				

*Tipos de mecanismos: 1 – contrato; 2 – convênio; 3 – protocolo de intenções; 4 – termo de cessão de espaço público; 5 - informais (relação de confiança, cooperação, voluntariado).

8. Como são implementado(a)s o(a)s programas/ações?

☐ Na maioria dos casos diretamente pelo governo.

☐ Na maioria das vezes pela mediação de organizações não governamentais.

☐ Outra forma. Citar:

III – CONCEPÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA POLÍTICA

(Plano/programa/ações de acordo com a questão 1)

1. Como foi formulada essa política de apoio à economia solidária? (Se for o caso, a resposta pode ser múltipla).

☐ A partir de um diagnóstico da realidade social do município/estado;

☐ A partir da articulação (pressão, demanda, etc) com interlocutores sociais;

☐ A partir da sensibilidade dos dirigentes;

☐ A partir de interação com outros municípios.

☐ Outros, quais?

2. Como participam os atores sociais da Política? (Se for o caso, a resposta pode ser múltipla).

☐ Concepção/formulação;

☐ Implementação/execução;

☐ Controle social;

☐ Avaliação;

☐ Não participam.

3. Quais os canais de participação dos atores sociais na Política e suas atribuições. (Se for o caso, a resposta pode ser múltipla).

CANAIS DE PARTICIPAÇÃO	ATRIBUIÇÕES			
	1	2	3	4
Conselho ou Comissão ☐ Institucional ☐ Informal				
Fóruns.				
Orçamento participativo.				
Outros. Citar.				

*Atribuições: 1 – deliberativo; 2 – consultivo; 3 – acompanhamento; 4 – fiscalização.

4. Que organizações (atores sociais) participam desses canais e em quais programas/ações?

TIPO	ENTIDADES	PROGRAMAS/AÇÕES
Religiosas (Igrejas, pastorais, etc.).		
Organizações não governamentais.		
Empreendimentos de economia solidária (cooperativas, associações, grupos, redes etc.).		
Instituição de Ensino Superior (Universidade, etc.).		
Central Sindical, Federação ou Sindicato.		
Movimento social.		
Sistema S (Sebrae, SESCOOP, SENAR, SENAC etc.).		
Outra(s). Citar:		

5. Que tipo de ajuda o Poder Público recebe dos envolvidos com o movimento de economia solidária na implementação da política?

IV – EXECUÇÃO E RESULTADOS

1. Público prioritário das Ações

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	DESCRIÇÃO DO PÚBLICO PRIORITÁRIO*	UNIVERSO POTENCIAL CONSIDERADO (QUANTIFICAR O PÚBLICO DESCRITO)	DESCRIÇÃO DA META QUALITATIVA

* **Tipo de público:** 1. Organizações coletivas – empreendimentos de economia solidária; 2. Entidades de apoio e fomento à economia solidária (ONGs, OSCIPs, Fundações, etc.); 3. Microempresas; 4. Artesãos; 5. Trabalhadores autônomos; 6. Famílias de programas sociais; 7. Outro (Citar).

2. Tipos de empreendimentos coletivos de economia solidária com os quais atua:

☐ Cooperativas. Tipo: _____

☐ Associações. Tipo: _____

☐ Grupos informais. Tipo: _____

☐ Microempresas. Tipo: _____

☐ Empresas recuperadas autogestionárias.

☐ Outro(s). Qual (is)?

3. Formas de acesso do público prioritário aos (as) programa/ações. (Se for o caso, a resposta pode ser múltipla).

☐ Apresentação de propostas ou projetos

☐ Licitação ou edital público.

☐ Cadastro feito por órgão público.

☐ Demanda identificada diretamente pelo órgão público.

☐ Outra. Qual?

4. Atividades e/ou serviços mais frequentes executada(o)s diretamente pelo governo: (ordene de 0 a 10 por ordem de importância).

☐ Levantamento ou diagnóstico socioeconômico dos beneficiários.

☐ Assessoria pedagógica (acompanhamento).

☐ Assessoria gerencial.

☐ Assistência Técnica.

☐ Formação/capacitação/qualificação.

☐ Mobilização, articulação.

☐ Incubação de empreendimentos populares.

☐ Desenvolvimento/difusão de tecnologias.

☐ Apoio a comercialização dos produtos.

☐ Apoio creditício.

☐ Outra. Qual?

5. Atividades e/ou serviços mais freqüentes executada(o)s pelas ONGs e universidades nas ações governamentais: (ordene de 0 a 10 por ordem de importância)

ف Levantamento ou diagnóstico socioeconômico dos beneficiários.

ف Assessoria pedagógica (acompanhamento).

ف Assessoria gerencial.

ف Assistência Técnica.

ف Formação/capacitação/qualificação.

ف Mobilização, articulação.

ف Incubação de empreendimentos populares

ف Desenvolvimento/difusão de tecnologias.

ف Apoio a comercialização dos produtos.

ف Apoio creditício.

ف Outra(o). Qual?

6. Metas realizadas no ano de 2003 (em relação às principais atividades ou serviços do programa)

Número de empreendimentos coletivos apoiados	
Número de microempresas apoiadas	
Número de entidades de apoio e fomento apoiadas	
Número de participantes dos empreendimentos apoiados	
Outra(s). Citar.	

7. Metas previstas para o ano de 2004 (principais atividades ou serviços do programa)

Número de empreendimentos coletivos apoiados	
Número de microempresas apoiadas	
Número de entidades de apoio e fomento apoiados	
Número de participantes dos empreendimentos apoiados	
Outra(s). Citar.	

V – RECURSOS DO PROGRAMA

1. Fontes de recursos financeiros e orçamentários do Programa:

FONTE	% *	DESCRIÇÃO DA FONTE
Orçamento próprio na esfera governamental		
Repasse ou convênios com governo estadual		
Repasse ou convênio com governo federal		
Convênios com organismos multilaterais		
Fundo especial para o programa		
Outra fonte.		

* Percentual do orçamento da fonte sobre o total do orçamento do Programa

2. Recursos orçamentários previstos para 2003: R\$
3. Recursos orçamentários executados em 2003: R\$
4. Recursos orçamentários previstos para 2004: R\$
5. Recursos de terceiros previstos ou executados para 2003: R\$
6. Recursos de terceiros previstos para 2004: R\$

7. Descreva a infra-estrutura pública (estado)/(espaços físicos) existente para a execução dos programas/ações e qual sua finalidade.

VI – PESSOAL

1. Descreva a equipe de trabalho (Número de servidores sem vínculos e de servidores).
- 2: Número de membros da equipe por função:
Técnica ou assessoria:
Administração ou gestão:
3. Descreva a posição da economia solidária na hierarquia da instituição. Anexar cópia do organograma.

GLOSSÁRIO DE TERMOS UTILIZADOS NO FORMULÁRIO

Políticas – Conjunto de objetivos e prioridades enunciados como modo de fazer e desenvolver estratégias concebidas, formalizadas e implementadas com o propósito de alcançar objetivos e resultados de interesse público, que garantam a todo(a)s o(a)s cidadãos/ãs o acesso a bens e serviços necessários à sua sobrevivência e desenvolvimento. Na prática, as estratégias visam à construção de viabilidade para o plano.

Exemplo de Políticas

- capacitação de gestores públicos para a implementação e promoção da Economia Solidária e autogestão;
- preservação do processo de organização de atividades de subsistência e produção, levando em consideração a cultura endógena do modo de produção solidária e comunal.
- priorização do acesso de famílias aos programas sociais do governo federal.
- fomento à constituição de redes com os empreendimentos de autogestão.
- fomento à constituição de empreendimentos e de cadeias produtivas solidárias, partindo das oportunidades e recursos existentes em outras políticas sociais e setoriais do governo federal a exemplo da segurança alimentar, educação de jovens e adultos, habitação e outros.

Plano – É uma proposta normativa composta pelos programas e suas ações, concebidos com a finalidade de possibilitar a execução de uma política pública.

Programa – É o instrumento de organização da ação governamental, que visa à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano.

Exemplo de programa:

Promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Objetivos Específicos:

- elaborar e propor medidas para a articulação de Políticas de Finanças Solidárias, em suas múltiplas modalidades, ampliando a escala de suas operações, os serviços financeiros prestados e legitimando novas institucionalidades econômicas;
- intervir na reformulação do arcabouço legal que regula as cooperativas e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário, que permita consolidar sua identidade, implementar um sistema de proteção a seus trabalhadores e orientar as ações de fiscalização;
- difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, com a promoção do desenvolvimento de tecnologia adequada; apoiar materialmente as agências de fomento da economia solidária; articular cadeias produtivas, ampliando a produção, distribuição e consumo dos produtos da economia solidária, apoiando o consumo ético e o comércio justo;
- estimular e promover a produção de conhecimento voltado para a Economia Solidária, articulando para tanto políticas de educação e de pesquisa; definir um sistema de acompanhamento e de avaliação de seu desenvolvimento; disseminar experiências bem sucedidas e disponibilizar um sistema de informações;
- fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais, na formulação de políticas públicas para a economia solidária e implantar o Conselho Nacional de Economia Solidária.

Ação – Ato de intervenção que pode se materializar como projeto ou atividade.

Exemplos de ações:

- realização de encontros estaduais com representantes dos empreendimentos de Economia Solidária, organizações da sociedade civil, universidades e órgãos públicos de apoio e fomento à Economia Solidária.
- apoio à construção de Centros Públicos de Economia Solidária.
- apoio à organização da cadeia do mel no nordeste.
- apoio à realização do Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária.
- apoio à organização econômica e social das comunidades quilombolas.

Projeto – Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações a serem executadas dentro de **um período de tempo determinado**, do qual resulta um produto que deve contribuir para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo.

Atividade – Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realiza de **modo contínuo e permanente**, do qual resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

ANEXO 2: LISTA DOS ENTES FEDERADOS QUE RESPONDERAM

NÚMERO NA TABULAÇÃO	ENTES FEDERADOS
01	SÃO BERNARDO DO CAMPO
02	CAXIAS DO SUL/RS
03	NITERÓI
04	SÃO CARLOS/SP
05	LONDRINA/PR
06	BLUMENAU/SC
07	SANTO ANDRÉ/SP
08	PREFEITURA DO MUN DE SÃO PAULO
09	EMBÚ/SP
10	MAUÁ/SP
11	BELO HORIZONTE/ MG
12	BAHIA
13	ARACAJÚ/SE
14	CONCÓRIDA/SC
15	GUARULHOS/SP
16	DOURADOS/MS
17	VALADARES/MG
18	RECIFE/PE

ANEXO 3 TERMO DE REFERÊNCIA DA PESQUISA

I – Introdução

As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego em massa. São milhões de trabalhadores e trabalhadoras que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sua sobrevivência.

De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. Na Economia Solidária encontramos milhares de trabalhadores e trabalhadoras organizadas e gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação. São iniciativas de Organizações Não Governamentais voltadas a projetos produtivos coletivos: cooperativas populares, redes de produção – consumo – comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, trabalhadores de empresas em estado falimentar que se organizam sob forma cooperativa ou autogestionária, empreendimentos fomentados por políticas públicas e incubadoras universitárias, entre outras modalidades e formas de experiência. Esta nova realidade do mundo do trabalho está contribuindo de forma significativa para o surgimento de novos atores sociais e também para construção de novos espaços institucionais.

Neste contexto, a partir da segunda metade da década de 1990, foram implementados no âmbito dos governos municipais e estaduais programas e projetos voltados ao fortalecimento da economia solidária como estratégia de inclusão social pela geração de trabalho e renda em atividades coletivas e autogestionadas. O acúmulo institucional e político resultaram na criação da Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Fomento de Economia Popular e Solidária (Rede de Gestores). Um dos desafios colocados pela rede de Gestores é o da identificação, intercâmbio e sistematização das políticas existentes.

Portanto, há uma expansiva experimentação social e política que indica a existência de um acúmulo de práticas que devem ser mais bem conhecidas. Para isso, faz-se necessário inventariar e analisar as políticas públicas de economia solidária existentes hoje no Brasil criando indicadores para acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados.

II. Objeto

As políticas públicas de economia solidária são aquelas formuladas e executadas com a finalidade de fortalecimento da economia solidária, por meio do apoio para formação e consolidação de empreendimentos solidários. Essas políticas se traduzem em planos, programas e projetos executados diretamente por órgãos governamentais e/ou em parcerias com outras organizações da sociedade civil.

III – Objetivos

Objetivo geral

Identificar, analisar e sistematizar as políticas públicas municipais e estaduais de economia solidária que estão sendo implementadas no país.

Objetivos específicos

Identificar as políticas públicas municipais e estaduais de economia solidária;

Formular tipologias de políticas públicas de economia solidária;

Sistematizar os marcos conceituais e referenciais teóricos que norteiam a experiência da autogestão e da economia solidária apoiada pelas políticas públicas;

Identificar e sistematizar os indicadores construídos para sistematização das políticas públicas municipais e estaduais voltadas ao fortalecimento da economia solidária;

Constituir uma base de dados sobre as políticas públicas de economia solidária.

IV – Metodologia

Realização de pesquisas exploratórias seguidas de pesquisa qualitativa e avaliativa sobre as características e resultados alcançados por programas e projetos governamentais de economia solidária. Os conhecimentos acumulados deverão subsidiar a construção de indicadores de acompanhamento e análise que enfoquem questões cujas respostas contribuam para o aperfeiçoamento das políticas públicas nas três esferas governamentais.

Na identificação das políticas públicas considerar os seguintes itens⁴¹:

	itens
Identificação	Código de identificação (automático) Nome e sigla do plano, programa ou projeto
Órgão ao qual está vinculado	Nome e sigla do órgão Esfera governamental Endereço completo Vínculo a órgão superior Pessoa de contato
Atividades, serviços e bens	Atividades executadas, serviços ou bens disponibilizados. Formas de acesso Metas físicas previstas para o atual período Metas físicas alcançadas no ano anterior
Público a que se destina	Características gerais Critérios de participação nas ações Metas físicas de alcance Percentual de alcance do público alvo (demanda geral)
Parcerias na execução das ações	Outros órgãos públicos Outras organizações da sociedade civil
Fontes dos recursos	Fontes de financiamento do plano, programa ou projeto Qual o orçamento projetado para o período atual Qual o orçamento executado no período anterior
Formas de gestão e controle	Conselhos ou comissões vinculados Formas de planejamento e levantamento de demandas Formas de acompanhamento, monitoramento e sistematização
Avanços e desafios	Contribuição do programa para o fortalecimento da economia solidária (considerações qualitativas)

A análise qualitativa implica na sistematização de estudos já realizados (fontes secundárias) e uma pesquisa comparativa de experiências de políticas públicas considerando uma amostra construída para representar qualitativamente as tipologias identificadas. Cada experiência analisada constituirá um estudo de caso.

⁴¹ O questionário anexo é uma referência para o levantamento das políticas públicas existentes.

V - Produtos

1) Relatório sobre a experiência brasileira de políticas públicas voltadas a economia solidária, contendo a identificação dos programas e projetos governamentais já implementados no país, suas dimensões e características, bem como alguns dos seus resultados.

2) Base de dados contendo a identificação e características gerais das políticas públicas municipais e estaduais de economia solidária a ser disponibilizada para acesso público na página da SENAES.

VI – Procedimentos

Foi criado um grupo de trabalho composto por pesquisadores do IPEA, por membros da SENAES, um representante dos gestores públicos de economia solidária e três pesquisadores convidados. Este grupo deverá reunir-se pelo menos três vezes, uma no mês de agosto para acertar cronogramas e atribuições, uma em outubro para apresentação do andamento do trabalho e uma em dezembro para a discussão dos resultados finais.